

Maria Izabel Machado  
(Organizadora)

# SOCIOLOGIA:

Tempo, indivíduo e sociedade 2



Maria Izabel Machado  
(Organizadora)

# SOCIOLOGIA:

Tempo, indivíduo e sociedade 2



**Editora chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Editora executiva**

Natalia Oliveira

**Assistente editorial**

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto gráfico**

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

**Imagens da capa**

iStock

**Edição de arte**

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial****Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso  
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



## Sociologia: tempo, indivíduo e sociedade 2

**Diagramação:** Camila Alves de Cremo  
**Correção:** Yaidy Paola Martinez  
**Indexação:** Amanda Kelly da Costa Veiga  
**Revisão:** Os autores  
**Organizadora:** Maria Izabel Machado

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S678 Sociologia: tempo, indivíduo e sociedade 2 / Organizadora Maria Izabel Machado. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0108-7

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.087223005>

1. Sociologia. I. Machado, Maria Izabel (Organizadora).

II. Título.

CDD 301

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

contato@atenaeditora.com.br



**Atena**  
Editora  
Ano 2022

## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



## DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



## APRESENTAÇÃO

A obra *Sociologia: Tempo, Indivíduo e Sociedade II* neste segundo volume nos convida a refletir sobre sociologias múltiplas: dos desastres, da educação, sobre o ambiente e como nos relacionamos com ele.

Os lugares múltiplos que ocupamos como sujeitos são cada vez mais pressionados pelo consumo e suas implicações com nossas identidades e pertencimentos. Em contraposição somos demandados a assumir responsabilidades éticas frente aos desastres multifacetados que nos assolam.








Os capítulos que seguem estão organizados de maneira a nos conduzir por essas que são ao mesmo tempo grandes questões sociológicas e a vida cotidiana como experimentada por múltiplos sujeitos. O binômio indivíduo/sociedade, que tem polarizado leituras clássicas e contemporâneas, é colocado aqui em outra perspectiva: o modo como somos intersectados pelas redes.



Boa leitura.

Maria Izabel Machado



## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
ETNODESENVOLVIMENTO E IDENTIDADE PATAXÓ: DA ALDEIA PARA O MUNDO Simone Jörg  <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.0872230051">https://doi.org/10.22533/at.ed.0872230051</a>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>7</b>
POLÍTICA DE INCLUSÃO SOCIAL E PRODUTIVA DOS MAIS POBRES NO BRASIL: UM CASO DE <i>WORKFARE STATE</i> ? Adriane Vieira Ferrarini  <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.0872230052">https://doi.org/10.22533/at.ed.0872230052</a>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>18</b>
DESCOMPOSICIÓN GLOBAL SOCIAL, MIGRACIÓN PERENNE Gumersindo Vera Hernández Elsa González Paredes  <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.0872230053">https://doi.org/10.22533/at.ed.0872230053</a>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>26</b>
MIGRAÇÃO E PERTENCIMENTO: ESTRATÉGIAS MIGRANTES NA CONSTRUÇÃO DO SENTIDO DE PERTENÇA Antonio Nolberto de Oliveira Xavier  <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.0872230054">https://doi.org/10.22533/at.ed.0872230054</a>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>44</b>
ENQUADRAMENTOS SOCIOAMBIENTAIS EM DISPUTA NA CONSTRUÇÃO DO IMAGINÁRIO SOCIAL DE GRANDES DESASTRES DA MINERAÇÃO Raquel Lucena Paiva  <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.0872230055">https://doi.org/10.22533/at.ed.0872230055</a>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>61</b>
SOCIEDADE DE CONSUMO E A POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS: CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS Ana Cristina Bagatini Marotti Juliano Costa Gonçalves Cristine Diniz Santiago Erica Pugliesi Luiza de Lima Neves Aline Chitero Bueno  <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.0872230056">https://doi.org/10.22533/at.ed.0872230056</a>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>75</b>
SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO Adelcio Machado dos Santos  <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.0872230057">https://doi.org/10.22533/at.ed.0872230057</a>	

<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>87</b>
A FORÇA COMUNICACIONAL DO YOUTUBE E O FENÔMENO DE WHINDERSSON NUNES	
Leonardo Gonçalves de Souza	
Diego Rafael Munhak	
Cristiano de Souza	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.0872230058">https://doi.org/10.22533/at.ed.0872230058</a>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>92</b>
FOME E MODERNIDADE: DESAFIOS PARA OS PROGRAMAS E POLÍTICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR	
Tania Elias Magno da Silva	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.0872230059">https://doi.org/10.22533/at.ed.0872230059</a>	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA</b> .....	<b>104</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	<b>105</b>

# CAPÍTULO 1

## ETNODESENVOLVIMENTO E IDENTIDADE PATAXÓ: DA ALDEIA PARA O MUNDO

Data de aceite: 02/05/2022

Data de submissão: 07/04/2022

**Simone Jörg**

Instituto de Psicologia – Universidade de São  
Paulo  
São Paulo - SP  
<http://lattes.cnpq.br/4679974193151981>

**RESUMO:** Considerado extinto por Darcy Ribeiro (1970) o povo pataxó no extremo sul da Bahia, na pesquisa de Jörg (2017), apresenta sua luta pela defesa do território e identidade pataxó com o projeto de Etnodesenvolvimento elaborado e implantado na Reserva Pataxó da Jaqueira. Litte (2002) esclarece as acepções do termo etnodesenvolvimento e seus desdobramentos econômicos, políticos e sociais para o grupo étnico. Os saberes indígenas convocados pelos pataxó encontraram na memória coletiva de sua cultura a inspiração e a resistência da ancestralidade ameríndia; ressaltada por Krenak (2019) ao tecer críticas sobre a narrativa hegemônica globalizante capaz de alienar a humanidade do organismo de que são parte, a natureza.

**PALAVRAS-CHAVE:** Etnodesenvolvimento. Saberes indígenas. Descolonização da Natureza.

### ETHNODEVELOPMENT AND PATAXÓ IDENTITY: FROM THE VILLAGE TO THE WORLD

**ABSTRACT:** Considered extinct by Darcy Ribeiro (1970) the Pataxó people in the extreme south of Bahia, in Jörg's research (2017), presents their struggle for the defense of Pataxó territory and identity with the Ethnodevelopment project elaborated and implemented in the Pataxó da Jaqueira Reserve. Litte (2002) clarifies the meanings of the term ethnodevelopment and its economic, political and social consequences for the ethnic group. The indigenous Knowledge summoned by the Pataxó found in the collective memory of their culture the inspiration and resistance of Amerindian ancestry; highlighted by Krenak (2019) when criticizing the globalizing hegemonic narrative capable of alienating humanity from the organism of which they are a part, the nature.

**KEYWORDS:** Ethnodevelopment. Indigenous Knowledge. Decolonization of Nature.

Conforme Jörg (2017: pp. 56-58), Darcy Ribeiro (1970:171) menciona que no início do século XX, imensas regiões “[...] foram ocupadas pacificamente pela sociedade brasileira; e os índios que as habitavam passaram a viver nos postos indígenas, assentados em pequenas parcelas dos antigos territórios tribais”.

Com o apoio irrestrito do SPI<sup>1</sup> (Serviço de Proteção ao Índio), o qual teve como função “disciplinar” os grupos indígenas que

<sup>1</sup> O SPI foi instituído em 20 de julho de 1910, sob o decreto de nº 8072 e inaugurado em 7 de setembro de 1910.

ocupavam os sertões brasileiros, por meio de estratégias de assimilação<sup>2</sup>, fazendo com que comunidades abandonassem suas vastas áreas territoriais, para que fossem ocupadas por brasileiros que se beneficiariam através de suas terras, áreas prósperas, como é apresentado por Darcy Ribeiro, onde se encontravam alguns dos maiores cafezais do Brasil, e se desenvolveram grandes cidades e fazendas, regiões de grandes riquezas, assinala Cunha (2010).

Cunha (2010) menciona que para Moonen (1983), na visão do colonizador brasileiro as terras dos indígenas eram *terras de ninguém* e tais, seriam de posse de quem investisse dinheiro e esforço para explorá-las. Entre o final do séc. XIX e início do séc. XX, imigrantes europeus ocupavam estados do sul do Brasil, exterminando aldeias indígenas, com a justificativa de progresso e prosperidade da nação. Nesta perspectiva, territórios indígenas foram cedidos a estrangeiros e os nativos que conseguiam escapar dos massacres foram condenados à indigência, como posseiros de uma área territorial, demarcada pelo governo e jamais como proprietários<sup>3</sup>.

O governador do Estado da Bahia, Francisco Marques de Góes Calmom, através da Lei estadual de nº 1916, em 09/08/1926, autorizava a cessão de 50 léguas quadradas das terras do Estado à União oportunizando aos índios Tupinambá, Pataxó e de outras etnias que habitavam o sul baiano a permanência em áreas demarcadas, assegurando a preservação das essências florestais naturais. Estas demarcações aconteceram entre os anos de 1926 e 1930, efetivadas sob a gerência do Capitão Vicente de Paulo Teixeira da Fonseca Vasconcelos<sup>4</sup> (PARAÍSO, 1989 apud CUNHA, 2010).

Tão logo souberam da demarcação das referidas terras que constavam em lei, os fazendeiros locais se mobilizaram para impedi-la: “pois vinham constantemente solicitando mediação de áreas onde, antes da reserva, eram consideradas terras devolutas, para transformá-las em fazendas de cacau ou de gado”<sup>5</sup>.

Darcy Ribeiro (1996) ao estudar o Brasil indígena do século XX quanto as etapas da integração, elabora duas relações dos grupos indígenas brasileiros, distribuídos por categorias referentes ao grau de integração em que cada um deles se encontrava em 1900 e em 1957, início e fim do período objeto de análise.

Na primeira relação retrata o Brasil indígena em 1900, isto é, a situação em que se encontravam os grupos indígenas que sobreviveram até então quanto ao tipo de contato que mantinham com a sociedade nacional por meio das categorias “isolados”, “contato

2 Conforme Cunha (2010), o SPI tinha a intencionalidade de uma re-elaboração de “uma guerra justa” que segundo LIMA, Antonio Carlos de Souza. *Um Grande Cerco de Paz: Poder Tutelar, Indianista e Formação do Estado No Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995, p. 43. Trata-se de “[...] populações que, destruídas, submetidas através da guerra, ou tendo sido componentes de variados sistemas e modos de dominação hegemônicos pelo conquistador passaram pelo poder tutelar”.

3 MOONEN, Francisco. *Pindorama Conquistada – Repensando a Questão Indígena no Brasil*. João Pessoa: Alternativa, 1983, p. 57.

4 PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. *Os Índios de Olivença e a Zona de Veraneio dos Senhores de Cacau da Bahia*. Revista de Antropologia (São Paulo), São Paulo, v. 30-32, 1989, p. 79-110.

5 LINS, Marcelo. *Vermelhos na terra do cacau: atividades comunistas no sul da Bahia*. Salvador. UFBA. 2007. [dissertação de mestrado].

intermitente<sup>6</sup>”, “contato permanente<sup>7</sup>” e “integrados<sup>8</sup>” e, no período mencionado, os Pataxó encontram-se na categoria “*isolados*”, ou seja, tribos vivendo em zonas não alcançadas pela sociedade nacional, que só haviam experimentado contatos acidentais e raros com civilizados.

Ao analisar o quadro 2, ou seja, da segunda relação construída por Darcy Ribeiro, Jörg (2017: 43,44) constata a situação dos mesmos grupos em 1957, ou seja, os que então permaneciam *isolados*, os que entraram em *contato intermitente* ou *permanente*, os *integrados* e, finalmente os *extintos*, isto é, os que desapareceram nesse meio século como grupos tribais diferenciados da população brasileira, surpreendentemente aponta a **extinção do povo Pataxó**.

Com o lema: “Pra Frente Brasil”, O Brasil, durante a década de 1970, permitia a aquisição de terras em prol do desenvolvimento agrário e pecuário: “a essas pessoas eram dadas garantias documentais de que não havia a presença de gente naquelas terras e que, portanto, poderiam ser colonizadas sem receio<sup>9</sup>. Prática usual, nos territórios habitados por índios, no nordeste do Brasil, e ignorada pela própria lei, em razão da afirmação que nesta região não havia registro de “índios puros” (CUNHA, 2010).

Para surpresa de etnólogos e órgãos de apoio ao índio, a população ameríndia cresceu no decorrer da segunda metade do séc. XX, juntamente com o seu desejo de autoafirmação frente à comunidade brasileira que, segundo Darcy Ribeiro<sup>10</sup> seria explicado pelo sentimento de identificação tribal capaz de ensejar a luta travada pelos grupos étnicos por conservar sua identidade e autonomia ( IBID, 2010).

Little (2002, p.38) demonstra que os antropólogos começaram a trabalhar com o conceito de “desenvolvimento local” com o objetivo de documentar etnograficamente as distintas maneiras pelas quais o conceito de desenvolvimento é concebido, operacionalizado ou apropriado por distintas sociedades, como contraponto à hegemonia ocidental (DAHL & RABO, 1992). O material dessas pesquisas revelou que o desenvolvimento tem múltiplos

6 A categoria “contato intermitente” construída por Darcy Ribeiro (1996) diz respeito aos indígenas que viviam em regiões que começavam a ser ocupadas pelas frentes de expansão da sociedade brasileira e o determinante fundamental de seu destino era, já então, o valor das terras que ocupavam, a critério dos civilizados, ou mesmo seu próprio valor como mão-de-obra, quando utilizável para qualquer produção mercantil (...) e, nessa categoria encontravam em 1900, 57 grupos, 24% do total de 230 (pp.259-260).

7 Estão relacionados na categoria “contato permanente” as tribos que mantinham, em 1900, comunicação direta e permanente com grupos mais numerosos e mais diferenciados de representantes da civilização. Havia perdido em grande parte a autonomia cultural, uma vez que se encontravam em completa dependência do fornecimento de artigos de metal, sal, medicamentos, panos e muitos outros produtos industriais. Nessas condições se encontravam, em 1900, 39 grupos indígenas ou 16,9 % do total de 230. (IBIDEM, pp. 261-262)

8 Na categoria “integrados” estão relacionados os grupos que, tendo experimentado todas as compulsões referidas e conseguido sobreviver, chegaram ao século XX ilhados em meio à população nacional, à cuja vida econômica se haviam incorporado como reserva de mão-de-obra ou como produtores especializados de certos artigos para comércio. Estavam confinados em parcelas do antigo território ou despojados de suas terras, perambulando de um lugar a outro, sempre escorraçados. Compreendiam 29 tribos – 12,6% do total – e, entre todas, eram as que enfrentavam mais precárias condições de vida, maior dependência e miséria. Aparentemente, haviam percorrido todo o caminho da aculturação, mas para se assimilarem faltava alguma coisa imponderável – um passo apenas que não podiam dar (IBIDEM, p. 262).

9 MUNDUKURU, Daniel apud Cunha (2010) *O Banquete dos Deuses – Conversa sobre a Origem da Cultura Brasileira*. Coleção Jovem Século 21. São Paulo: Angra, 1999, p. 83.

10 RIBEIRO, Darcy. *Os Índios e a Civilização: A Integração das Populações Indígenas no Brasil Moderno*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1970, p. 212.

sentidos e que interage em formas diferenciadas entre distintos grupos étnicos e religiosos.

O autor esclarece que o termo etnodesenvolvimento possui duas grandes acepções na leitura especializada: (1) diz respeito ao desenvolvimento econômico de um grupo étnico e; (2) o desenvolvimento da etnicidade de um grupo social (STAVENHAGEN, 1985), sendo as duas acepções não excludentes, ao contrário, existem em relação dialética constante de tal modo que é possível afirmar que o desenvolvimento da etnicidade sem um correspondente avanço no pano econômico só promoveria a existência de um grupo étnico marginal e pobre; e um desenvolvimento econômico que destrói as bases da etnicidade de um grupo representaria uma volta à hegemonia da modernização que foi altamente destruidora da diversidade cultural. Sendo assim, o foco central de quaisquer programas ou atividades do etnodesenvolvimento visa o grupo étnico e suas necessidades econômicas e reivindicações políticas. Para tanto, o principal nível no qual se trabalha o etnodesenvolvimento é o local, justamente por ser este o nível reduto das maiores oportunidades para os grupos étnicos exercerem influência nas decisões que lhes afetam e, conseqüentemente, promover possíveis mudanças em suas práticas econômicas e sociais. Também é no nível local que se inicia o processo de construção da autogestão étnica<sup>11</sup>.

Entendemos por “saberes indígenas” conhecimentos, valores e práticas apoiadas na ancestralidade indígena; e que possam até mesmo guardar relações conceituais próximas/semelhantes com a cosmovisão ancestral do Altiplano andino<sup>12</sup>.

Vozes indígenas emblemáticas como de Ailton Krenak e Davi Kopenawa, tanto para a sociedade indígena como não-indígena, quer a nível nacional quanto internacional, há décadas compartilham os saberes ancestrais que, nas palavras do autor Krenak, em seu livro “Ideias para adiar o fim do mundo” faz referência ao livro “A queda do céu: palavras de um xamã yanomami” de autoria de Davi Kopenawa, como um livro que:

“tem a potência de mostrar a todos que estão numa espécie de fim dos mundos, como é possível que um conjunto de culturas e de povos ainda seja capaz de habitar uma cosmovisão, habitar um lugar neste planeta que compartilhamos de uma maneira tão especial, em que tudo ganha um sentido. As pessoas podem viver com o espírito da floresta, viver com a floresta, estar na floresta” (p.25).

Krenak faz críticas à narrativa hegemônica globalizante responsável por alienar o que se chama de “humanidade” do organismo de que são parte, a Terra, a pensar que ele é uma coisa e nós, outra. O autor afirma: “Eu não percebo onde tem alguma coisa que não seja natureza. Tudo é natureza. O cosmos é natureza. Tudo em que eu consigo pensar é natureza” (pp.16-17).

Nesse sentido, Jörg (2017) apresenta-nos em sua pesquisa de doutoramento os

11 Para o impacto desejado, tais mudanças precisam ocorrer nos níveis regional, nacional e internacional igualmente, conforme Little (2002, p.40).

12 Ver “El Buen Vivir y los saberes ancestrales frente al neoextractivismo del siglo XXI” de Bruna Muriel Huertas Fuscaldó & Vivian Urquidí da Universidade de São Paulo in: Polis, Revista Latinoamericana, Volumen 14, N° 40, 2015, p. 81-99.

saberes ancestrais do povo pataxó da Reserva Pataxó da Jaqueira e a retomada de seu território sagrado, com ajuda coletiva das demais aldeias pataxó do extremo sul da Bahia.

Em 1997, a Terra Indígena Pataxó, Coroa Vermelha, que estava em processo de demarcação, incluía a área que hoje denomina-se Reserva Pataxó da Jaqueira. A retomada da Jaqueira contribuiu para apressar a homologação da Terra Indígena Coroa Vermelha.

O processo de retomada ocorreu porque na época aquele que se dizia dono da terra (a empresa Góes Cohabita<sup>13</sup>) começou a degradar a área que já estava em processo de demarcação para área indígena. Como sua intenção era realizar loteamentos, começou um intenso processo de desmatamento. Em 11 de outubro de 1997, os indígenas se reuniram e ocuparam a área com a ajuda das aldeias Caramuru, Paraguaçu, Boca da Mata, Barra Velha, Mata Medonha e a sede Coroa Vermelha.

Após muitas reuniões e discussões, contando com o apoio de amigos e parentes, a ASPECTUR (Associação Pataxó de Ecoturismo) foi reconhecida e registrada em Ata, no dia 25 de janeiro de 1999.

Depois de criada a Associação, percebeu-que era necessária a elaboração de um projeto que gerasse fundos para garantir a manutenção e proteção da Reserva da Jaqueira. Foi assim que uma nova comissão formada por Nitynawã, Aruã, Saracura e Jean vão à FUNAI (por se tratar de um órgão federal de apoio aos povos indígenas no Brasil), em Brasília em agosto de 2000, apresentar a proposta; tendo sido aprovada em 11 de outubro do mesmo ano.

E assim “a Reserva da Jaqueira serve como exemplo de afirmação cultural e preservação ambiental em terra indígena. Desde o início do nosso trabalho estamos desenvolvendo a conscientização do meio ambiente e também o fortalecimento dos nossos costumes e tradições”, afirma a liderança e autora Nitynawã Pataxó (2011, p.44).

Abrir para a visitação de turistas foi a forma encontrada para manter a preservação do local, para tanto, são realizadas palestras de educação ambiental e cultural, trabalho conhecido como etnoturismo, já que é realizado em uma área indígena. Assim, a visita não se restringe a passeio na mata, mas também o conhecimento da cultura pataxó; pois “o nosso principal objetivo é o fortalecimento da cultura e a preservação da mata e o etnoturismo é um complemento que nos ajuda a manter a Reserva”, segundo a autora Nitynawã Pataxó (2011, p.44).

Etnoturismo este que hoje é reconhecimento internacionalmente, salienta Jörg (2017).

---

13 “Gleba B” (onde localiza-se a Reserva da Jaqueira) sabia-se então que se encontrava nominalmente em poder das imobiliárias Coroa Vermelha - do grupo Góes- Cohabita, com sede em Salvador – e Brasil Colônia - de Belo Horizonte - e da empresa agro-industrial “Florestas Rio Doce”, subsidiária da Companhia Vale do Rio Doce” (SAMPAIO, 2010, p.115).

## REFERÊNCIAS

DAHL, G.; RABO, A. (ed.). **Kam-ap or take-off: local notions of development**. Stockholm: Stockholm Studies in Social Anthropology, 1992.

FUSCALDO, B. M. H. & URQUIDI, V. **O Buen Vivire os saberes ancestrais frente ao neo-extrativismo do século XXI**. Polis, Revista Latinoamericana, Volumen 14, N° 40, 2015, p. 81-99.

JÖRG, S. **Clínica da Identidade: da Cosmovisão Pataxó à luta por emancipação**. Tese de Doutorado em Psicologia Social. PUCSP, 2017.

KOPENAWA, D. & ALBERT, B. **A Queda do Céu**: Palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LITTLE, P. E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil**: por uma antropologia da territorialidade. Brasília: UNB, 2002. Série Antropologia n° 322. 32p.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização**: a integração das populações indígenas no Brasil moderno. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

STAVENHAGEN, R. **Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista**. Anuário Antropológico 84. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p. 13- 56, 1985.



# CAPÍTULO 2

## POLÍTICA DE INCLUSÃO SOCIAL E PRODUTIVA DOS MAIS POBRES NO BRASIL: UM CASO DE *WORKFARE STATE*?

Data de aceite: 02/05/2022

**Adriane Vieira Ferrarini**

**RESUMO:** A busca pela instauração de alternativas de autossustentação econômica de famílias assistidas tem sido colocada como possibilidade de autonomia através do trabalho. Para tanto, programas de inclusão social e produtiva foram instaurados a partir de 2011 no âmbito do Programa Brasil sem Miséria - com foco em beneficiárias do Programa Bolsa Família - envolvendo um conjunto de iniciativas de geração de renda, qualificação profissional, economia solidária e desenvolvimento local. Frente às críticas de que a inclusão social e produtiva significaria uma perda de direito social - aos moldes das políticas de ativação europeias e norte-americanas - este artigo buscou analisar se esta política no Brasil se constitui, de fato, como um caso de *workfare state*. A metodologia foi composta por pesquisa exploratória, entrevistas com gestores e beneficiárias do Bolsa Família e pesquisa-ação participante. A pesquisa revelou que, apesar da ampla cobertura em capacitação profissional, sua implementação apresentou baixa eficácia devido principalmente à carência da intersetorialidade - e seus deletérios efeitos - e à baixa participação da população nos programas. Ainda assim, a inclusão social e produtiva não se trata, até o momento, de um caso de *workfare* no Brasil. O acesso ao trabalho não é compulsório nem condiciona o recebimento dos benefícios sociais. A inclusão socioeconômica dos

vulneráveis - que a política de inclusão social e produtiva endereça - revela um debate complexo e inconcluso, o qual merece esforços para sua implementação de forma cidadã.

**PALABRAS CLAVE:** Pobreza; política social; inclusão produtiva; emancipação.

### POLICY FOR THE SOCIAL AND PRODUCTIVE INCLUSION OF THE IMPOVERISHED IN BRAZIL: A CASE OF *WORKFARE STATE*?

**ABSTRACT:** The search for the establishment of alternatives for the economic self-sustainability of assisted families has been presented as a possibility of autonomy through labor. To this end, social and productive inclusion programs were introduced in 2011 within the scope of the Brasil sem Miséria Program - focusing on beneficiaries of the Bolsa Família Program - involving a set of initiatives to generate income, professional qualification, solidarity economy and local development. In the face of criticism that social and productive inclusion would mean a loss of social rights - along the lines of European and North American activation policies - this article sought to analyze whether this policy in Brazil is, in fact, a case of *workfare state*. The methodology consisted of exploratory research, interviews with Bolsa Família managers and beneficiaries and participatory action research. The research revealed that, despite the wide coverage of professional training, its implementation was not very effective, mainly due to the lack of intersectoriality - and its deleterious effects - and the low participation of the population in

the programs. Even so, social and productive inclusion is not, so far, a case of workfare in Brazil. Access to work is not compulsory nor does it condition the receipt of social benefits. The socio-economic inclusion of the vulnerable - which the social and productive inclusion policy addresses - reveals a complex and unfinished debate, that deserves efforts for its implementation in a citizen way.

**KEYWORDS:** Poverty; social policy; productive inclusion; emancipation.

## 1 | INTRODUÇÃO

A pobreza é fenômeno persistente no continente latino-americano, com raízes históricas e causas estruturais. O governo brasileiro assumiu a erradicação da pobreza como meta prioritária na última década e meia. Ações de proteção social são necessárias, porém insuficientes. A autossustentação econômica tem sido posta como requisito à autonomia e cidadania de famílias assistidas. Para tanto, um dos eixos da proteção social básica no âmbito da política de assistência social é a chamada “inclusão produtiva”, a qual envolve um conjunto de iniciativas de geração de renda, qualificação profissional, economia solidária e desenvolvimento local.

Esta análise é resultante de pesquisa científica, cujo objetivo é conhecer e analisar a inclusão produtiva de populações em situação de pobreza e vulnerabilidade social – com foco em beneficiárias do Programa Bolsa Família e conta com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul (FAPERGS) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). A metodologia foi composta por quatro etapas: pesquisa exploratória, em que foram realizadas entrevistas com gestores públicos da política social e econômica e com beneficiárias do Programa Bolsa Família, bem como consulta a dados secundários; pesquisa-ação participante com gestores e técnicos; reuniões inter-secretarias e entrevistas com gestores do Ministério do Desenvolvimento Social. A primeira etapa da pesquisa foi concluída, a partir da qual foram criadas metodologias de intervenção intersetorial e de inclusão produtiva das famílias. Na segunda etapa, em curso, estes instrumentos estão sendo aplicados de forma experimental com algumas famílias pela equipe pesquisadora.

Neste texto, inicialmente serão problematizadas as origens e fundamentos que incidem na compreensão acerca da pobreza e das formas de superação que se situam na interface entre o social e o econômico. Posteriormente, a partir de experiências antecessoras – políticas de ativação e *welfare state* – e que catalisam o debate acumulado no campo, será analisada a inclusão produtiva no Brasil, com ênfase na identificação dos diversos e complexos avanços e desafios que a cercam.

## 2 | MARCO TEÓRICO/MARCO CONCEPTUAL

Historicamente, a assistência social se configurou como sistema de proteção

determinado por segmentos populacionais pobres e pela necessidade de atendê-los. Critérios de proximidade ou territorialidade e de inaptidão para o trabalho encontram-se nas raízes da assistência social e são ainda bastante atuais.

A Modernidade europeia contribuiu para a desnaturalização da pobreza devido ao hiato gerado entre a ordem jurídica e a impossibilidade de exercê-la em decorrência da desigualdade de acesso a bens e oportunidades (Castel, 1998). Sendo questão social, a pobreza justifica a busca por reparação. O Estado de Bem-estar Social assumiu papel de integração dos excluídos, captando o círculo virtuoso entre o econômico e o social e promovendo equilíbrio entre sociedade salarial e proteção social (Behring & Boschetti, 2008). Porém, apesar de funcionar de forma satisfatória em países desenvolvidos, especialmente no período pós-guerra, a pobreza persiste, o que permite o questionamento de Robert Castel: “É possível chamar de “sociais” tais políticas? Sim, pelo menos em sentido mínimo em que seu objetivo é assegurar a ordem pública e, portanto, preservar o equilíbrio social. Não, se forem entendidas como um conjunto de práticas (...) para atenuar o hiato entre a ordem econômica e a ordem política (1998, p. 142).

Se não se alteram as formas de distribuição de recursos, as políticas sociais se tornam residuais e compensatórias. “Elas apenas confirmam e legitimam a exclusão por meio de benefícios que não constituem legítima apropriação social dos resultados da economia (...) cuja dinâmica bane e descarta parcelas da população” (Martins, 2008, p. 14).

Essa reflexão é substantiva e precedente a análises das tentativas históricas de superação da pobreza, pois coloca a questão social essencialmente como questão econômica (e do trabalho). Neste caso, sua superação dar-se-ia por novos arranjos e perspectivas que questionam a concepção canônica da economia como sinônimo de mercado e des(socializada) - algo imponderável e improvável em curto a médio prazo - ou pelo reconhecimento do caráter compensatório da política social, se não acompanhada da geração de oportunidades econômicas.

Abordagens integradas entre política social e economia têm longa tradição teórica, desde Marx a Weber, Durkheim e Polanyi. As últimas décadas deram tratamento dissociado à economia e política social, mas ambas têm sido reintegradas através de novos estudos de desenvolvimento, os quais vão desde a tendência tradicional de pensar a política social como subordinada à econômica (ou os efeitos de políticas sociais sobre o crescimento econômico) até aquela comprometida com o desenvolvimento efetivo e centrado nas pessoas (Mkandawire, 2000; Draibe & Riesco, 2011).

Dentre as matrizes analíticas geradas, destaca-se o produtivismo ou a inclusão produtiva. Nessa substituição de uma lógica passiva para uma mais ativa, o conceito de ativação permanece vago e abarca um conjunto de dispositivos e práticas muito diferentes, conforme os países (Laville, 2000). Desde a década de 1950, em seus variados formatos (investimento em capital humano, *workfare* americano com contrapartida às ajudas recebidas e medidas disciplinares e punitivas, políticas de inserção com perspectiva

solidarista ou *welfare-to-work* para beneficiários de programas sociais), em geral são vistas como um incentivo positivo (e não financeiro) ou como uma oportunidade (Roche, 1992).

No campo das políticas sociais, as medidas de ativação testemunham que as formas tradicionais de ação social estão sendo postas em causa (Laville, 2000 apud Moser, 2011). Por um lado, se considerado o acesso ao trabalho como direito econômico a uma vida autossustentada, a inclusão produtiva pode ser entendida como restituição do direito negado, reconhecendo a existência de uma dimensão emancipatória na medida em que os programas de ativação promovem a reinserção social e vida plena a pessoas que viviam dependentes de subsídios. Neste sentido, a ativação poderia ser considerada uma nova abordagem dos direitos sociais.

Por outro lado, são-lhe desveladas inúmeras críticas, em especial pela dimensão moral, que questiona a ajuda incondicional. Por detrás desse questionamento, reside a ideia de que a assistência social é uma política com efeito perverso, que torna os pobres dependentes da ajuda do Estado e de que o bem-estar incondicional fracassou frente aos imperativos do capital; ele passa a ser produto do mérito individual e não mais direito social (Silva, 2011). Quanto aos resultados, critica-se a geração de um mercado de trabalho secundário, de ocupações meramente temporárias e empregos inapropriados.

A disputa entre *welfare state* e *workfare state* possui duas interpretações: trata-se de subordinação da política social às necessidades de flexibilização do mercado de trabalho para a redução dos gastos advindos do *welfare* ou do trabalho como direito econômico e como forma de inclusão produtiva, emancipação e autonomia, sem desconsiderar o direito de o cidadão ser assistido?

Apesar das críticas e de não ter atingido objetivos tão audaciosos, as políticas de ativação disseminam-se amplamente. No Brasil, uma perspectiva de ativação pode ser reconhecida nas ações de inclusão produtiva massivamente desencadeadas nos últimos dez anos. A constituição de 1988 forneceu o arcabouço sobre o qual se erigiram políticas públicas democráticas e universais. À assistência social como direito de cidadania acresceu-se a inclusão produtiva como perspectiva de autonomia. Porém, o caráter retardatário e incompleto do *welfare state* latino-americano, a extrema e persistente desigualdade, estruturas estatais coronelistas e caudilhistas constituem um cenário que pode ser descrito como dramático para evocar-se a superação da pobreza com viés emancipatório.

O termo “inclusão produtiva” tem sido utilizado a partir de 2011 para incidir no velho abismo entre o social e o econômico: “A inclusão produtiva não seria atribuição da assistência social, porém as áreas do trabalho e da educação ‘não entendiam’ as especificidades da inclusão de indivíduos e famílias em situação de pobreza” (Gestor Público Federal). A lógica dos gestores de políticas de desenvolvimento econômico e dos empresários era voltada para o mercado e para a maximização de lucros, tendo a inclusão produtiva sido criada para garantir a intersetorialidade.

Ademais, apenas no tocante à qualificação profissional, por exemplo, as ações

encontravam-se dispersas em 18 ministérios, sendo necessária uma coordenação mais específica para articulá-los em torno do objetivo de inclusão dos mais pobres. As duas principais ações de inclusão produtiva foram o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), que envolve cursos de capacitação profissional, e o Programa de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho (ACESSUAS Trabalho), que mobiliza, encaminha, monitora e acompanha a execução das ações e os usuários, articulando com as demais áreas, como saúde, educação e trabalho.

### 3 | METODOLOGIA

A pesquisa empírica sobre inclusão social e produtiva foi realizada no município de Canoas (Estado do Rio Grande do Sul, Brasil) no período de 2013 a 2016. Trata-se de município de médio porte, com o segundo maior Produto Interno Bruto (PIB) do estado. A metodologia foi composta por etapa exploratória (estudos, entrevistas - com quatro gestores e com três beneficiárias do Programa Bolsa Família - e consulta a dados secundários), pesquisa-ação participante com gestoras e técnicas das políticas de assistência social e de desenvolvimento econômico, reuniões intersecretarias (Desenvolvimento Social e Desenvolvimento Econômico - 23 encontros com a participação de quinze pessoas por encontro, em média), treze entrevistas domiciliares com beneficiárias do Programa Bolsa Família e entrevistas com três gestores do Governo Federal. Também foi feita análise documental a partir de relatórios do município, tendo sido possível verificar avanços e limites das ações de inclusão produtiva empreendidas em nível local.

A **primeira evidência** veio ao encontro da fala dos gestores federais entrevistados: “a inclusão produtiva é um palavrão na assistência social, precisamos tratar com outro nome” (Gestora Municipal). Quanto à operacionalização, “cuidar da violação de direitos e da proteção social já exige muito dos técnicos: como ainda vamos encaminhar para o mercado de trabalho?” (Técnica do CRAS). Antes de mais nada, verificou-se que não havia um debate nem concepções definidas entre gestores e técnicos, tampouco metodologia definida, “cada CRAS faz do seu jeito” (Técnica do CRAS).

A partir dessa constatação inicial, um grupo de pesquisa-ação participante constituiu-se e reuniu-se sistematicamente ao longo de um ano e meio. Ele foi formado por gestores da assistência social, técnicas dos CRAS e CREAS - Centros de Referência (Básica e Especializada) de Assistência Social, agentes do Pronatec e ainda contou com participação pontual de gestores do desenvolvimento econômico.

### 4 | ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Ao longo do processo, foi identificado que a “resistência” dos gestores e trabalhadores da assistência social se devia à compreensão de que cabe a essa política a função de informar, capacitar, encaminhar e acompanhar a trajetória dos beneficiários ao

mundo do trabalho. Contudo “a inclusão produtiva é intersetorial por natureza (...) Atribuir responsabilidades de tal porte a um programa somente é um risco alto” (Castro; Satyro; Ribeiro & Soares, 2010). Isso torna ainda mais necessária a discussão sobre o papel, atributos, metodologia de intervenção, possibilidades e limites da assistência social, a fim inclusive de saber “o que” demandar outras políticas e “como” fazê-lo. Dentre outros produtos da pesquisa, o grupo produziu, de forma participativa, uma metodologia inovadora de intervenção e proposições para adequação do PRONATEC à realidade das famílias assistidas.

Posteriormente, gestores do desenvolvimento econômico, provocados pelo debate, propuseram a construção de um Programa Intersetorial de Inclusão Social Produtiva, o qual também se pode ser considerado uma inovação social em seu formato, mas não chegou a ser implementado. A razão consiste principalmente de entraves organizacionais pautados em dificuldades de mudança da cultura organizacional tradicional ou setorializada, tendo despertado sentimentos de insegurança quanto a qual secretaria ficaria delegado o possível atingimento de metas e receio de perda de referências e especificidades de cada área. Novamente, a experiência parece ter coadunado com a fala de um Gestor Público Federal entrevistado: “Quem pode constituir a intersetorialidade é a assistência social (...) A política deu certo onde a assistência coordenou, mas o gestor local tem que entender o papel de articulação e também ‘olhar com o olhar da economia.’ Nem sempre acontece”.

Quanto às beneficiárias, identificou-se que a maioria desconhece o termo “inclusão social e produtiva” e não relaciona os cursos do PRONATEC com a possibilidade de ingresso no mundo do trabalho. Não pareceu claro para elas a perspectiva de construção de autonomia, tanto concreta quanto subjetivamente (Ferrarini, 2014). Porém, percebe-se avanço na medida em que a maioria das beneficiárias que participaram do PRONATEC está desempenhando atividades econômicas. Ainda que majoritariamente inseridas em atividades informais, as beneficiárias tiveram um incremento na sua renda, o que lhes permitiu acesso a bens e serviços. Elas referem que estão fazendo uso das aprendizagens, em especial no aprimoramento técnico da atividade produtiva, na comercialização (através do desenvolvimento da capacidade de definir o preço das mercadorias) e na realização de melhorias nas suas casas. Elas também demonstram aumento da autoestima e do reconhecimento social (Dihl, 2015).

A revisão bibliográfica, aliada ao estudo de caso, demonstrou que a inclusão produtiva envolve um debate recente e inconcluso, sendo ainda necessário desvelar a complexidade de argumentos favoráveis e desfavoráveis.

Como elementos positivos, destaca-se primeiramente a visão mais ampla da proteção social e da economia, possibilitando a quebra epistemológica de especializações disciplinares e contribuindo para a concepção mais plena de direitos sociais (em conjunto com direitos econômicos). Em segundo lugar, salienta-se o direcionamento de políticas e programas de qualificação profissional para segmentos com baixa escolaridade, sem

experiência profissional e com uma série de vulnerabilidades sociais. Houve bons resultados operacionais e grande montante de recursos investidos.

Como elementos desfavoráveis, elencam-se a baixa efetividade devido a questões de várias ordens, tais como: (1) organizacionais: carência da intersetorialidade imprescindível para responder às demandas multidimensionais da inclusão socioeconômica em meio à estrutura tecnoburocrática fragmentada. Mostra-se necessária a disseminação de informações, delimitação de atribuições, construção de metodologias inclusivas, capacitação de gestores para um olhar sistêmico e protagonismo do gestor da assistência social na busca da intersetorialidade; (2) macro-políticas: ações de caráter distributivo - importantes para a geração das oportunidades e necessárias num projeto de desenvolvimento inclusivo - parecem não ter acompanhado os esforços de ativação; (3) contextuais: elevada desigualdade e condição de pobreza intergeracional e multidimensional do público, com forte presença de mulheres chefes de família sem projetos de vida profissional e sem condições asseguradas para ingresso do mercado de trabalho, especialmente para o emprego formal - via mais estimulada. Acresce-se certa invalidação de iniciativas econômicas plurais como passíveis de inclusão digna e cidadã, mesmo quando acompanhadas por direitos e ganhos extraeconômicos, caso da economia solidária e do microempreendedorismo; (4) programática: baixa participação da população na definição de áreas de interesse, o que se expressa na relação dúbia entre a oferta dos cursos, a demanda do mercado e as habilidades dos usuários.

## 5 | CONCLUSÕES

A revisão bibliográfica e a pesquisa empírica possibilitaram um conjunto de dados sobre questões da subjetividade das mulheres do Programa Bolsa Família, ações de inclusão social e produtiva e metodologias de trabalho no campo da assistência social e no município como um todo.

Com base na revisão histórica e conceitual e nos dados empíricos produzidos, o estudo concluiu que a política de inclusão social e produtiva no Brasil não se trata de um caso típico de *workfare*. O ingresso ao mundo do trabalho não é compulsório nem condiciona benefícios sociais, não significando a perda de direitos sociais. Quando isso ocorre - e há relatos - trata-se de um desvio ou inadequada compreensão de gestores, que não pode ser atribuída ao modelo. Diferentemente da realidade europeia, a primeira década e meia dos anos 2000 - que demarcou os ditos governos progressistas no Brasil no sentido das políticas inclusivas - foi caracterizada pela ampliação dos investimentos neste campo, ainda que com as limitações de outras ordens já explicitadas.

No entanto, a inclusão social e produtiva no Brasil, na prática, não tem se mostrado capaz de promover satisfatoriamente a ampliação de direitos sociais (aliados aos econômicos). Quanto à assistência social, identificou-se que gestores e operadores

tecem críticas pautadas numa ideia assumida de que esta política pública deveria dar conta sozinha da inclusão social e produtiva.

Tal noção se justifica por duas **evidências**: a **primeira** relaciona-se à falta de articulação entre as políticas afins (educação, saúde, mas principalmente do desenvolvimento econômico). As famílias em situação de pobreza e vulnerabilidade social apresentam demandas multidimensionais para sua inclusão social e econômica. Ao não encontrar uma rede de concepções, procedimentos e recursos articulada, a tarefa de incluir produtivamente famílias vulneráveis torna-se hercúlea para a assistência social. Além disso, a baixa participação da população faz com que muitas ações não respondam às expectativas e possibilidades dessa população. Com isso, perdem sua efetividade.

A **segunda** evidência refere-se à falta de oportunidades econômicas para a população pobre em contexto de extrema desigualdade, como é caso brasileiro. Superar a pobreza de forma efetiva e emancipatória só é possível a partir de um projeto de desenvolvimento mais inclusivo e sustentável. É necessário melhorar a qualificação profissional da população empobrecida - e há resultados positivos nos últimos anos (Montagner & Muller, 2015), mas isso não se sustenta sem a criação de oportunidades dignas. Em geral, considera-se que tais oportunidades são aquelas vinculadas ao mercado formal com direitos trabalhistas assegurados, mas essa realidade mostra-se empiricamente inviável para uma população com baixa escolaridade, necessidade de flexibilidade de horários para prover cuidados domésticos, dificuldade de mobilidade urbana, problemas crônicos de saúde, etc. Ainda assim, pesquisas recentes com mulheres do Bolsa Família demonstram que há nelas o desejo de trabalhar e de se emancipar (Dihl, 2015), tornando necessário aprofundar a escuta de desejos e perspectivas locais de desenvolvimento.

Uma visão social capaz de entender que a população tem necessidades, mas também possibilidades ou capacidades que devem e podem ser desenvolvidas. Assim, uma análise da situação não pode ser só das ausências, mas também das presenças até mesmo como desejos em superar a situação atual (BRASIL, PNAS, 2004).

Conhecer e reconhecer a presença de alternativas econômicas não capitalistas (economia solidária e cooperativismo) ou mesmo do empreendedorismo individual em contextos de pobreza é um caminho para a inclusão com direitos em todas as formas produtivas. Podem ser iniciativas com amparo legal, em que os empreendedores individuais ou coletivos garantem seus direitos. No caso da economia solidária, apesar de pouco mais da metade dos empreendimentos serem informais (Gaiger & Grupo Ecosol, 2014), a luta pelo marco legal encontra-se em curso. Além disso, pesquisa recente (Kuyven, 2015) demonstrou estatisticamente que a economia solidária é uma alternativa concreta para a superação da pobreza no Brasil, com aumento mais significativo de renda para aqueles em maior desvantagem, em especial mulheres com baixa escolaridade, não brancas e de meio rural.



Novamente, as críticas a essas formas econômicas são compreensíveis, visto que o estímulo ao empreendedorismo em países desenvolvidos tem significado a transformação da natureza das políticas sociais em prol de crescente individualização das políticas e das responsabilizações. Porém, a realidade brasileira difere-se enormemente, até porque o mercado formal não é a referência de famílias em situação de pobreza multigeracional. Além disso, é preciso ter a ousadia de propor novas saídas para o limbo criado entre o social e econômico no contexto nacional. Este limbo encerra o dilema profundo que envolve a inclusão produtiva: a política social precisa ter dimensão econômica para não ser compensatória, se se entende a pobreza como expressão da questão social de uma sociedade capitalista excludente e predatória - e não como produto de incapacidade individual.

Por isso, apesar de a inclusão produtiva mostrar-se como tema delicado e evitado de controvérsias, se pretende chamar a atenção para sua importância. Primeiramente porque ela versa sobre a superação da pobreza, a busca de autossustentação de famílias que se encontram sob a cobertura de benefícios sociais. Ainda que sejam direitos e que se deva mantê-los e ampliá-los a famílias que ainda estão à margem dele, esses tempos recentes de crise econômica e de desestabilização política no Brasil sinalizam risco de redução de direitos. A partir de análises críticas das políticas de ativação, cabe aos gestores, trabalhadores e pesquisadores do campo da assistência social - historicamente comprometidos com a garantia de direitos e com a construção de uma sociedade inclusiva e justa - propor alternativas para tornar as políticas sociais com arranjos mais ativos, porém de forma cidadã.

Por fim, destaca-se ainda, nesta análise, a necessidade de se levar em conta que a inclusão produtiva é muito recente, sendo difícil captar certos efeitos sociais e econômicos, os quais, neste caso, não se consolidam no curto prazo. São ainda incipientes as pesquisas em dados municipais, tanto qualitativa quanto quantitativamente - necessárias para que se possa ter um cenário mais claro. Além disso, tais efeitos foram abalados com a Pandemia de Covid-10, na qual as famílias em condições de maior vulnerabilidade foram as mais afetadas para o exercício de suas atividades laborais.

Apesar das limitações, algumas evitáveis e outras inerentes à busca por inovação social em política pública, a ampliação da perspectiva de autonomia e cidadania das populações assistidas e a intersectorialidade na política pública representam importantes pautas para o Brasil. A conjuntura política brasileira indica o término de um ciclo de “anos gloriosos” da cidadania brasileira do ponto de vista de políticas inclusivas, o qual teve muitas falhas, mas merecia ser aprimorado e ampliado para reversão da abissal e persistente desigualdade brasileira. O que se vê, no entanto, é a retirada de direitos sociais e a degradação da política pública. Nos vazios gerados pela grave crise moral, econômica, política e institucional, os rumos que a sociedade brasileira irá tomar são imprevisíveis.

## REFERENCIAS

BARROS, R.; MENDONÇA, R; TSUKADA, R. (2011) *Portas de saída, inclusão produtiva e erradicação da extrema pobreza no Brasil*. Chamada para debate, textos para discussão. Presidência da República Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE).

BEHRING, E; BOSCHETTI, I (2008). *Política social: fundamentos e história*. Coleção São Paulo: Cortez (Biblioteca Básica de Serviço Social, Volume 2).

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Política Nacional de Assistência Social PNAS/2004*.

CASTEL, R. (1998) *As metamorfoses da questão social: Uma crônica do salário*. Rio de Janeiro: Vozes.

DIHL, E. B. (2015) O Programa Bolsa-família como dispositivo para a inclusão produtiva: possibilidades e desafios. *Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Unisinos*. São Leopoldo: Unisinos.

DRAIBE, S.; RIESCO, M. (2011) Estado de Bem-estar social e estratégias de desenvolvimento na América Latina: Um novo desenvolvimentismo em gestação? *Sociologias* 13.27:220-254.

FERRARINI, A. V. (2014) Social innovation in co-construction of knowledge and practices aimed at the sustainable overcoming of poverty in Brazil. Montreal: *Anais do 4o Colloque International du CRISES*.

GAIGER, L. I.; GRUPO ECOSOL (2014) *A economia solidária no Brasil: uma análise de dados nacionais*. São Leopoldo, Oikos.

KUYVEN, P. S. (2015) Efeitos da economia solidária sobre a geração de renda e a redução da pobreza: um estudo de dados nacionais. *Tese de Doutorado defendida no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Unisinos*. São Leopoldo: Unisinos.

LAVILLE, J-L. (2000) Inserção e *workfare* na Europa: Perspectiva histórica e ideológica. Reflexões a partir do exemplo francês. In: *Seminário europeu: políticas e instrumentos de combate à pobreza na união europeia: a garantia de um rendimento mínimo*, 2000, Almancil/Portugal: União Europeia. Lisboa: Instituto para o Desenvolvimento Social.

MARTINS, J. S. (2008) *A sociedade vista do abismo: Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classe social*. Rio de Janeiro: Vozes.

MKANDAWIRE, T. (2001) *Social policy in a development context*. Geneva: United Nations Research Institute for Social Development.

MONTAGNER, P.; MULLER, L. H. (2015) Inclusão produtiva urbana: o que fez o Pronatec / Bolsa Formação entre 2011 e 2014. *Cadernos de Estudos: Desenvolvimento Social em Debate* 24.

MOSER, L. (2011) A nova geração de políticas sociais no contexto europeu: *Workfare* e medidas de ativação. *Katálysis* 14.1:68-77.

ROCHE, M. (1992) *Rethinking citizenship: inclusão produtiva: Welfare, ideology and change in modern society*. Cambridge: Polity Press.

SILVA, R. G. (2011) Do *welfare* ao *workfare* ou da política social keynesiana/fordista à política social schumpeteriana/pós-fordista. *Tese de doutorado*. Programa de Pós-Graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília – UnB.

## DESCOMPOSICIÓN GLOBAL SOCIAL, MIGRACIÓN PERENNE

*Data de aceite: 02/05/2022*

**Gumersindo Vera Hernández**

IPN-ESCOM

Ciudad de México

<https://docs.google.com/document/d/1dT0luyVnFcUHWLVgfQd9w8lZpkxB8h-u/edit?usp=sharing&oid=113531027859214720408&rtpof=true&sd=true>

**Elsa González Paredes**

IPN-ESIME Culhuacán

Ciudad de México

<https://orcid.org/0000-0002-3611-2368>

**RESUMEN:** El desplazamiento, la movilidad del hombre ha sido históricamente un asunto permanente y, hasta cierto punto necesario. A partir de la aparición del hombre este se ha desplazado de un lugar a otro de una manera regular, tan es así que el poblamiento de la tierra se dio de esa manera; moviéndose de un sitio a otro, oleadas migratorias, que crearon ciudades; casi siempre, buscando mejores condiciones de vida, iniciando en el sur de África y migrando al Asia, Europa, Groenlandia, América del Norte y América del Sur, el mundo entero; Recordemos el mural de Iker Larrauri del Museo Nacional de Antropología donde plasma ese recorrido migratorio de los primeros hombres que vienen del viejo mundo y llegan América.

Continuando con esta cuestión histórica, dice Francisco Alba, en su trabajo sobre las migraciones internacionales. “Casi todas las naciones encuentran su origen en alguna oleada

migratoria. Los movimientos de población son el motor de la historia”, continuando con F. Alba, también, más adelante nos habla sobre las resistencias o temores que hay socialmente respecto de los movimientos migratorios, “nacidas por el temor de la diversidad y los contactos (culturales) con el exterior. Los nacionalismos extremos ilustran trágicamente estas actitudes” (Alba. F. CONACULTA, 2001), lo cual vemos reflejado muy claramente en los últimos años (2018-2019) con las caravanas migratorias de centroamericanos que atraviesan México y pretenden llegar a los EUA. Reacciones diversas han creado ante la sociedad estadounidense tales como: odio, racismo, xenofobia y violencia, incluso armada por algunos grupos extremistas y no solo ha habido estas reacciones por los estadounidenses; también en el caso de algunos sectores del pueblo mexicano vemos ciertas actitudes raciales y de odio, principalmente de las ciudades por las cuales atraviesan estas personas para llegar a la frontera norte.

**PALABRAS CLAVE:** Movilidad, derechos humanos, niñez.

**ABSTRACT:** The displacement, the mobility of man has historically been a permanent issue and, to a certain extent, necessary. From the appearance of man, this has moved from one place to another in a regular way, so much so that the settlement of the earth occurred in that way; moving from one place to another, migratory waves, which created cities; almost always, seeking better living conditions, starting in southern Africa and migrating to Asia, Europe, Greenland, North America and South America,

the entire world; Let us remember the mural by Iker Larrauri in the National Museum of Anthropology where he captures the migratory journey of the first men who came from the old world and arrived in America.

Continuing with this historical question, says Francisco Alba, in his work on international migration. “Almost all nations find their origin in some migratory wave. Population movements are the motor of history”, continuing with F. Alba, also, later on he talks about the resistance or fears that exist socially regarding migratory movements, “born from the fear of diversity and contacts ( cultural) with the outside. Extreme nationalisms tragically illustrate these attitudes” (Alba. F. CONACULTA, 2001), which we see reflected very clearly in recent years (2018-2019) with the migratory caravans of Central Americans who cross Mexico and seek to reach the United States. Diverse reactions have been created before American society such as: hatred, racism, xenophobia and violence, even armed by some extremist groups and not only have there been these reactions by Americans; Also in the case of some sectors of the Mexican people we see certain racial and hateful attitudes, mainly from the cities through which these people pass through to reach the northern border.

**KEYWORDS:** Mobility, human rights, childhood.

## ÉXODOS DEL SIGLO XX

Ahora bien, durante el siglo XX, a partir de las grandes guerras y hasta nuestros días, se ha registrado una gran movilidad de hombres de diversas nacionalidades, en entre guerras ha habido una gran movilidad migratoria de entre 25 y 30 millones de personas de diferentes edades (Alba, 2001), rumbo a lugares más seguros y hasta cierto punto estables social y económicamente. Así, estos hombres se han movido a Europa, Australia, Canadá y los EUA. En el caso de los migrantes del viejo continente y los que viajan hacia los EUA, respecto de los muchos y diversos porqués ellos migran, en ambos casos, no son muy diferentes, casi todos o todos, van en busca de una mejor vida, alejada de la violencia y de la pobreza, buscan, todos, un mejor sueño, una mejor vida para ellos y sus familias. Seres humanos que, de una manera u otra, han perdido su dignidad, su identidad, sus raíces, y conforme sigan moviéndose continuaran siendo unos desarraigados, sujetos sin patria, ni bandera y sin lugar a dudas son seres humanos muy vulnerables.

Nuevos fenómenos sociales que provocan diversas reacciones sociales y hasta cierto punto deshumanas por parte de los residentes que ven llegar a los migrantes a sus territorios, a sus lugares y por ende se ven invadidos de diferentes maneras, no solo en el espacio físico, sino también en el económico, que es uno de los que mayores reacciones agresivas provocan entre la población, invasión a sus vidas y todo lo que ello implica; del otro lado, el del migrante, donde la impotencia, el hambre, el cansancio, el mal trato son una constante pero, la esperanza de cruzar al otro lado no se pierde ni un instante, porque en ello les va la vida; de estos nuevos fenómenos y problemas versará nuestro trabajo.

Una nota aparecida en el periódico El País, en su sección Internacional, el pasado 29 de agosto de 2019, dice que uno de cada tres migrantes sufre agresiones a su paso al

cruzar por el territorio mexicano para llegar a la frontera con los EUA. Es bastante notorio, que para la población de nuestro país, ya se ha vuelto parte del paisaje urbano observar a personas de otros países pidiendo dinero en los semáforos, los mercados y las calles, estas personas portan algún papel, credencial o billetes de su país de origen, con la intención de identificarse y reafirmar que van de paso, que no son mexicanos; las reacciones de los habitantes locales son diversas, hay quienes apoyan y los otros, los menos, los racistas, los xenófobos, los anti migrantes, los violentos, son todos los que agreden e insultan; sin ponerse a pensar mínimamente en que los que migran son seres humanos, que también tienen derechos y la migración, la movilidad, el desplazamiento es uno de estos y ha sido violado y violentado al igual que ellos. Continuando con la nota del País, “Estos migrantes, (nadie se salva, menos aún los niños), han sufrido robos, extorsiones, violaciones e incluso la muerte” esa es la realidad en su tránsito por México hacia los EUA; un estudio de la Universidad Nacional Autónoma de México y de la Universidad de la Ciudad de México, afirma que el 29 % de los migrantes son víctimas de los abusos mencionados antes, la gran mayoría de los migrantes no denuncia ante las autoridades mexicanas por temor a la misma autoridad y por sufrir más vejaciones. (El País, 2019).

## **VIOLENCIA, UNA DE LAS CAUSAS DE LA MIGRACIÓN CENTROAMERICANA**

La crisis económica de los países subdesarrollados o en vías de desarrollo, además de la falta de oportunidades de sobrevivencia, indudablemente afecta mucho más a los pobres y, ante una situación de sobrevivencia desesperada, al no poder obtener ni el equivalente a un dólar para poder vivir, necesariamente tienen que buscar mejores condiciones de vida en otros lugares. La falta de trabajo, comida, casa, servicios de salud, seguridad ante la delincuencia y de otras cosas mínimas necesarias para tener una vida digna, orilla a las personas a migrar a otros lugares. Respecto de este problema internacional se ha escrito y han emprendido iniciativas de acción e investigación por miles, sin embargo, el problema persiste, pero, a últimas fechas se ha agravado y ha tomado vertientes que antes no se observaban, fenómenos causados por las condiciones imperantes de la modernidad y de la globalización, la gente que menos tiene se ve ante la disyuntiva de dedicarse al comercio informal o engrosar las filas de la delincuencia y dedicarse a robar, delinquir.

La violencia tiene diferentes caras, puede ser que a unos no les parezca así, sin embargo, por nimia que esta sea, no deja de ser violencia, de los diversos tipos que hay podemos apuntar las siguientes: física, psicológica, sexual, económica, simbólica, doméstica, laboral, verbal, mediática, etcétera. Dice el historiador y politólogo Héctor Aguilar Camín, en su columna del pasado 16 de agosto respecto de este movimiento migratorio perenne que se presenta en lo que llama el “Triángulo Norte centroamericano” Guatemala, Honduras y El Salvador que es un fenómeno social que ya se ha quedado permanentemente en nuestro país, también nos presenta cifras de dos organismos

autónomos que han investigado las causas que obligan a estas personas a moverse a otros países, principalmente México y los EUA, apunta Aguilar que el aumento de la violencia y la impunidad del crimen son de las causas que obligan a esos centroamericanos a buscar otras opciones de residencia, continuando con su reflexión y respecto de los datos, dice que según una encuesta de la Universidad Centroamericana, 63.8% de los salvadoreños quisiera dejar su país, otra encuesta de la Red Jesuita en Honduras arrojó la cifra de 42% de hondureños deseosos de migrar (Aguilar, H. Milenio 2019). El politólogo, también se refiere a la extorsión, dice que es uno de los graves problemas que atraviesa la población del mencionado triángulo, como ejemplo menciona que en Honduras entre 2016 y 2017 han cerrado, por ese motivo, la extorsión desmedida 1500 tiendas de barrio, en el Salvador el 72% de pequeñas empresas han cerrado y fueron o son víctimas de la delincuencia que cobra el derecho de piso, extorsión. Noticias van y vienen y cada vez es más común ver notas periodísticas que se refieren a negocios baleados, propietarios de pequeñas tiendas secuestrado o baleados, incendio de tiendas y pequeños talleres, estas son acciones que emprende la delincuencia en contra de todos aquellos que se resisten a pagar la extorsión.

Entonces, ante esa situación de grave crisis económica y social, la única posibilidad de sobrevivencia que tiene la población es la de migrar a otras tierras, México o los EUA. La violencia es una permanente, las bandas delincuenciales te obligan a formar parte de estas bandas o bien te asesinan, o violan a tus hermanas, esposa, o te secuestran a un familiar, cualquier acción violenta para obligarte a hacer cosas que las personas no quieren. Violencia que obliga.

## **TODOS SON MIGRANTES, TODOS TIENEN DERECHOS**

Todos o casi todos los que migran andan en busca de algo mejor que lo que tienen, en esa búsqueda, saben que no tienen nada que perder, excepto su dignidad y la vida. El derecho a la vida y la dignidad humana son cada vez menos observadas y violentadas, por ello la Organización de los Estados Americanos (OEA) y la Comisión Interamericana de los Derechos Humanos (CIDH) insisten en varios documentos que es necesario y urgente atender esta problemática de los migrantes. Qué valor tienen ambos derechos (La vida y la Dignidad humana) para los seres humanos. Hasta dónde hemos podido dar cuenta, con las diversas notas y trabajos de académicos, politólogos y periodistas, es notorio que socialmente ya no hay un respeto a la vida, se han desarrollado sentimientos negativos que enfrentan a unos con otros, principalmente con aquellos que residen en las ciudades o localidades donde llegan estos migrantes, las agresiones, los insultos, el menosprecio están a la orden del día, no hemos aprendido nada o poco respecto de este fenómeno social que es la migración, no sabemos su historia, no sabemos que los pueblos, se han construido por los movimientos migratorios, no hay empatía, no hemos aprendido a mirar y respetar al otro.

La movilidad humana es un fenómeno que ha existido históricamente, no es nuevo. Los hombres siempre han buscado a lo largo de su historia, estar bien o lo mejor posible, sin embargo, en esa historia no todos lo cumplen, los pronósticos fallan y muchos, demasiados de esos hombres, entendido esto como todo ser humano, hombres y mujeres. Mucho se ha insistido por el gobierno estadounidense que algunas de las personas que viajan en las caravanas de migrantes son gentes violentas, delincuentes, ladrones y drogadictos y, que por ello no quieren que ingresen a los Estados Unidos Americanos (EUA), como podemos observar es la descalificación social antes que nada, descalificación que influye en la sociedad y que provoca el racismo, el odio, la xenofobia a los migrantes; evidentemente no se alcanza a comprender las causas que motivan esta movilidad social. (Televisa. Noticias, 2018)

Hoy por hoy, la migración en el continente americano está a la orden del día. Si bien siempre ha existido, ahora esta se ha incrementado sustancialmente, miles y miles de hombres, mujeres y niños buscan atravesar el país de México con la finalidad de cruzar la frontera norte y llegar a los Estados Unidos. El fenómeno de los niños desplazados es un tema problema que es urgente observar y atender. En los acontecimientos más recientes, el mundo ha sido testigo de una de las políticas públicas más incongruente y deshumana que se han visto en la historia mundial. La separación de los niños migrantes de sus padres, fue a mediados del 2018 cuando el presidente de aquella nación, tomó la decisión de separar a los niños de sus padres, de su familia<sup>1</sup>, las consecuencias hasta hoy son criminales, como los crímenes de guerra. El gobierno de los EUA tiene una propuesta de cómo hacer para reencontrar a esos miles de infantes con sus padres, es una acción que va a tardar, sin embargo, esperemos logren su cometido, ya que, por políticas o acciones no pensadas, razonadas se procedió a esa represión, se suponía el castigo de los adultos, nunca se pensó en los niños y en los daños psicológicos irreparables de esa política social. Baste ver por internet las imágenes de los dibujos elaborados por los niños, en ellas plasman su experiencia vivida durante el tiempo que vivieron en esos albergues donde fueron reclusos por las autoridades migratorias de los EUA a los que fueron llevados.

Recientemente, se ha publicado una nota en el periódico La Jornada, en su sección Mundo, en la Página 19 del domingo 7 de abril de 2019, una nota titulada “Tardará EU 2 años en encontrar a menores separados, en síntesis la nota se refiere al fenómeno arriba mencionado de 2018 y confirma que fueron poco más de 2700 niños que fueron separados de sus padres, además de que el gobierno de los Estados Unidos va a tardar “hasta dos años en identificar al grupo adicional de miles de menores que fueron separados de sus padres...”,<sup>2</sup> se dice que el gobierno, ahora sí, tiene un plan para llevar a cabo

---

1 Fueron más de 2700 niños, algo sumamente inusitado en la historia de los migrantes en los EUA, que se separaron sin ningún cuidado, sin registro alguno, de tal suerte que de inmediato cayeron en cuenta de que eso iba a ser un desastre, no había manera de volver a juntar a los infantes con sus padres, con sus familiares. <https://www.bbc.com/mundo/noticias-internacional-44570910> última consulta enero de 2019.

2 La Jornada. México, domingo 7 de abril de 2019, Página 19. “Tardará EU 2 años en encontrar a menores separados”.



esa acción, sin embargo en ningún momento se reconoce que hubo errores, errores que tiene consecuencias humanas, médicas, psicológicas que tendrán que afrontar en primer instancia los menores y en un segundo momento los padres de familia. Finalmente, los únicos que pierden, como en la tómbola, son los que menos tienen, los pobres.

## LOS NIÑOS SEPARADOS

Los padres, normalmente actúan, casi siempre, tratando de encontrar mejores condiciones de vida para los suyos, principalmente, los hijos. Por todos los medios se busca tener y cubrir mínimamente sus condiciones y derechos humanos esenciales: alimento, vestido, educación, salud y sobretodo un lugar donde vivir. Además, que el sitio donde viven los haga ir construyendo arraigo e identidad de lugar, de un pueblo, de un país, de clase, y de pertenencia. Puede ser que en otros momentos de la historia también se haya dado un acontecimiento similar al mencionado, no hablamos de la atrocidad de Herodes que esas fueron palabras mayúsculas, nos referimos a la historia más reciente. (Aguayo, S. SEP, 1985)

Una de los factores más graves de la migración es que de un tiempo a la fecha, se movilizan muchas mujeres solas y, no solo eso, también demasiados niños completamente ¡solos! Sin ningún adulto que los cuide, los proteja. Datos realmente alarmantes, han revelado que en el caso de las caravanas de centroamericanos migrantes que buscan llegar a los EUA del 2018 y lo que va del 2019 no solo se están desplazando los que nada tienen sino también aquellos que violentan a los ciudadanos de las comunidades, gente violenta, que algunas de las veces son los responsables de que esos niños se hayan quedado sin padres, sin hogar. Esta información, nos brinda datos, que deben ser observados y atendidos no solo por los académicos sino también por los gobiernos de los países involucrados, tanto los que expulsan, así como los que se ven como refugios. Las políticas públicas de los países, de los gobiernos involucrados en las problemáticas, deben reunirse y buscar soluciones, políticas que vean cómo enfrentar la problemática. No se debe observar, atender como un problema general ya que tiene sus particularidades, no es una política pública, no solo es una acción común, sino que se debe atender en su especificidad, el caso de las mujeres y los niños debe tener prioridad y a la vez tiene su particularidad, no es igual que el de los jóvenes u hombres que viajan solos. “Usan” a niños para asegurar el asilo en EU, alertan especialistas”; “LA VERDADERA CRISIS” ES LA MIGRACIÓN INFANTIL”, así versa el encabezado de una nota periodística de Fabiola Martínez publicada en el diario la Jornada del pasado 4 de agosto de 2019. Nota que de alguna manera nos dice que el verdadero problema y crisis del movimiento migratorio de los últimos años tiene que ver con los daños y afectaciones que está haciéndose con la niñez migrante. (Martínez, F. Jornada, 2019)

El Instituto Nacional de Migración, informó que se ha incrementado el número de

menores migrantes de enero a abril de 2032 a 6843 niños, ya sea solos o acompañados. En los mismos meses el acumulado de niños presentados ante las autoridades migratorias es de 15497. El informe de esos meses indica claramente que las cifras se han disparado, la mayoría de estos niños proceden de Honduras, Guatemala segundo lugar y de El Salvador en tercer lugar. (Jornada, 11 mayo, 2019)

Tan solo en lo que respecta al tema-problema de la salud de los niños migrantes, recientemente se ha reportado que en el sector salud de la Frontera Norte, han sido atendidos por diferentes tipos de malestares o enfermedades en lo que va del año, poco más de 10 000 mil infantes y el problema se agrava más debido a los cambios bruscos de temperatura por el cambio climático, además de todo tipo de enfermedades gastrointestinales diarrea, mareos, náuseas, vomito.

El 12 de agosto del año en curso, por el programa de TV, Azteca, noticias, pude dar cuenta de una escena dramática por demás. A partir de las redadas emprendidas por la Administración de Donald Trump en los meses de junio, julio y agosto. En la imagen se ve a una niña de 10 años que fue separada de su padre por los oficiales de migración estadounidense, la niña llorando y clamando piedad a Dolnad Trump para que no se llevarán a su padre, le decía que tuviera piedad, que no fuera malo, que suelten a sus padres, que no los separen; obviamente por más lágrimas y por más difusión que se diera a la escena de la niña en las redes sociales, la separación fue inminente; ahora seguramente esa niña vivirá con algún familiar o vecino y quién sabe qué será de ella y de sus padres, quién sabe cuándo volverán a estar juntos.

## CONCLUSIÓN INCOMPLETA

Como conclusión, la presente reflexión, intenta plantear una problemática que debe ser atendida, tratando de poner atención a los datos y fenómenos más recientes respecto de esta situación, hasta cierto punto NO atendida, poniendo especial énfasis en los niños. La propuesta aún se encuentra joven, es necesaria una mayor profundidad en la misma; se ha insistido que debe ser una prioridad de los gobiernos involucrados atender este delicado problema, sin embargo, no se dice cómo debe hacerse, no hay un acuerdo, línea, cualquier cosa que diga cómo se va a tender el asunto, y el problema persiste y se agrava (La Jornada, mayo, 2019). Sin embargo, consideraríamos que se hace necesario que las sociedades de todos y cada uno de los países involucrados en este movimiento migratorio hagan conciencia de la importancia de respetar los derechos de estas personas y de que reivindicemos el “derecho que tiene a ser tratados como seres humanos” (Aguayo, S. SEP, 1985).

## REFERENCIAS

Alba, Francisco. Las migraciones internacionales. Tercer Milenio, CONACULTA. México, 2001.

Aguayo, Sergio. El éxodo Centroamericano. SEP, Cultura. México, 1985.

<https://noticieros.televisa.com/ultimas-noticias/trump-caravana-migrante-delincuentes-honduras-mexico/>

Principios interamericanos sobre los derechos humanos de todas las personas migrantes, refugiadas, apátridas y las víctimas de la trata de personas (Resolución 04/19 aprobada por la Comisión el 7 de diciembre de 2019) Consultado en: <https://www.oas.org/es/cidh/informes/pdfs/Principios%20DDHH%20migrantes%20-%20ES.pdf>

Dibujos de niños migrantes de los albergues, consultado en: <https://www.notigape.com/asi-dibujan-ninos-migrantes-los-albergues/194589>

### **Hemerografía**

Periódico *La jornada* en <https://www.jornada.com.mx/>

Periódico *Milenio* en <https://www.milenio.com/impreso>

Periódico *El Universal* en <https://www.eluniversal.com.mx/>

Periódico *El País* en <https://elpais.com/diario/>

Noticiero *TV azteca* en <https://www.tvazteca.com/aztecanoticias/>

Noticiero *Foro TV Televisa* en <https://noticieros.televisa.com/noticias-vivo-forotv/>

## MIGRAÇÃO E PERTENCIMENTO: ESTRATÉGIAS MIGRANTES NA CONSTRUÇÃO DO SENTIDO DE PERTENÇA

Data de aceite: 02/05/2022

Data de submissão: 07/03/2022

**Antonio Nolberto de Oliveira Xavier**

Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) -  
Departamento de Letras e Artes (DLA)  
Ilhéus/BA  
<http://lattes.cnpq.br/8425300991810079>

**RESUMO:** O texto apresenta os dados recolhidos na pesquisa realizada para a elaboração da tese de doutoramento intitulada “EM CASA, FORA DE CASA: estratégias comunicacionais na construção do sentido de pertença”, defendida no Programa de Estudos Pós-Graduados em Comunicação e Semiótica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUCSP. No artigo são apresentadas as características e a realidade próprias dos entrevistados, bem como as respostas referentes ao objeto específico deste estudo, qual seja, as estratégias comunicacionais empregadas pelos informantes. Conceitos como identidade (ORTIZ, 2003), tradição (BHABHA, 1998) e modernidade (HALL, 1999) associam-se às ideias de convergência (JENKINS, 2009), mestiçagem (PINHEIRO, 2009), cultura das bordas (FERREIRA, 2010) e sentido de pertença (SANDOVAL-GARCÍA, 2008) para formar a sustentação teórica que conduz à análise dos dados, em diálogo com as teorias. Como *corpus*, definimos trabalhar com quatro grupos de imigrantes: gaúchos e nordestinos que vivem em São Paulo e brasileiros e nicaraguenses que

vivem na Costa Rica. Esta escolha se mostra relevante por tratar de uma realidade crescente de grupos de sujeitos que se deslocam de seus locais de origem para viver e trabalhar em grandes centros pluriculturais. Entendemos estes movimentos migratórios como integrantes do processo de construção das “encruzilhadas abertas da América Latina” e que, precisamente por isso, fazem-se necessários novos aportes para uma análise sociológica adequada à nova realidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Migrantes; Mídias Digitais; Estratégias; Pertença.

### MIGRATION AND BELONGING: MIGRANT STRATEGIES IN THE CONSTRUCTION OF A SENSE OF BELONGING

**ABSTRACT:** The text presents the data collected in the research carried out for the elaboration of the doctoral thesis entitled “EM CASA, FORA DE CASA: communicational strategies in the construction of the sense of belonging”, defended in the Postgraduate Studies Program in Communication and Semiotics of the Pontifical University Catholic Church of São Paulo – PUCSP. The article presents the characteristics and the reality of the interviewees, as well as the answers referring to the specific object of this study, that is, the communication strategies employed by the informants. Concepts such as identity (ORTIZ, 2003), tradition (BHABHA, 1998) and modernity (HALL, 1999) are associated with the ideas of convergence (JENKINS, 2009), miscegenation (PINHEIRO, 2009), border culture (FERREIRA, 2010) and a sense of belonging (SANDOVAL-GARCÍA, 2008) to form the theoretical support

that leads to data analysis, in dialogue with theories. As a corpus, we defined working with four groups of immigrants: gauchos and northeasterners living in São Paulo and Brazilians and Nicaraguans living in Costa Rica. This choice is relevant because it deals with a growing reality of groups of subjects who move from their places of origin to live and work in large multicultural centers. We understand these migratory movements as part of the process of building the “open crossroads of Latin America” and that, precisely for this reason, new contributions are necessary for a sociological analysis adequate to the new reality.

**KEYWORDS:** Migrants; Digital Media; Strategies; belonging.

## 1 | INTRODUÇÃO

Este estudo se caracteriza como uma pesquisa aplicada, descritiva, com abordagem quantitativa e qualitativa, utilizando o método indutivo e o estudo comparativo entre os grupos, a partir da realização de entrevistas e aplicação de questionários, baseados na metodologia de amostragem. O objeto de nossa pesquisa são os usos que os sujeitos, inseridos em espaços pluriculturais – distanciados temporal e espacialmente de sua cultura de origem – fazem dos meios de comunicação e de seus avanços tecnológicos para construir o sentido de pertença a um novo grupo ou espaço social. Nas citações diretas ou indiretas das respostas dadas, utilizamos as iniciais, seguidas da idade, entre parênteses (AX, 53), a fim de preservar a identidade dos colaboradores.

## 2 | OS SUJEITOS NO CONTEXTO DA PESQUISA

Os quatro grupos de migrantes definidos para o estudo, nesta pesquisa, estão inseridos em contextos bastante diversos, sob variados aspectos. Com relação ao percentual de indivíduos nos espaços físicos, temos a seguinte situação: a região metropolitana de São Paulo possui uma população de cerca de 20 milhões de habitantes em uma área aproximada de 8 mil Km<sup>2</sup>, com uma média de 2.500 habitantes por Km<sup>2</sup>. Desta população, os dados oficiais indicam a presença, segundo o Censo de 2010, de 2 milhões de nordestinos (10%) e 290 mil gaúchos, (1,45%), em sua maioria, residentes na capital.

A Costa Rica possui uma população aproximada de 4,8 milhões de habitantes em uma área de 51 mil Km<sup>2</sup>, ou seja, uma densidade de 90 habitantes por Km<sup>2</sup>. No país existem, segundo os dados oficiais do Censo de 2012, cerca de 500 mil nicaraguenses (embora as estimativas apontem mais de 900 mil) e, de acordo com informações da Embaixada, 780 brasileiros (extraoficialmente, são considerados 1200). Na província de San José, onde se desenvolveu esta pesquisa, existe cerca de 1,7 milhão de habitantes, dos quais 30 mil (1,7%) são nicaraguenses, sendo que, destes, 12 mil vivem no bairro de La Carpio; do total de brasileiros, que vivem na Costa Rica, cerca de 600 (76%) vivem na Província de San José, distribuídos entre as cidades de San José, Santa Ana e Escazú.

O total de indivíduos com os quais realizamos, efetivamente, entrevistas e questionários foi de 103 – se considerarmos as conversas informais, este número chega a

mais de 150 – distribuídos entre 24 gaúchos (23,3%), 27 nordestinos (26,3%), 26 brasileiros (25,2%) e 26 nicaraguenses (25,2%). No momento em que as respostas começavam a apresentar repetição, sem agregar novos elementos para a análise, decidimos encerrar a coleta, embora mantivéssemos o contato informal para a sondagem de possíveis novos informantes.

Entre os gaúchos com os quais tivemos contato, decidimos considerar apenas os nascidos no Rio Grande do Sul e buscamos o contato entre os frequentadores dos CTGs, moradores do município de Embu das Artes e proprietários de estabelecimentos comerciais (churrascarias, mercados, restaurantes). A pesquisa abordou também três grupos diferentes de nordestinos: os frequentadores do CTN, moradores do bairro São Miguel Paulista e funcionários do comércio ou condomínios na região central da capital. O grupo dos brasileiros foi mais restrito, tendo sido abordado em duas frentes: professores do Centro de Estudos Brasileiros e pessoas indicadas por estes que atuam em empresas ou estão estudando na Costa Rica. O grupo de nicaraguenses foi o mais diversificado, e pudemos contatar funcionários do CEB, moradores do bairro La Carpio, pessoas que costumam frequentar a Praça La Merced, aos domingos e algumas pessoas que foram abordadas em seus locais de trabalho, como restaurantes, padarias e bancas no mercado central.

Com relação ao gênero, os pesquisados estão divididos entre 60,5% de indivíduos do sexo masculino e 39,5% do feminino, sendo que o grupo de brasileiros difere dos demais, sendo a maioria (53,8%) de mulheres enquanto os outros grupos apresentam entre 61,5% e 75% de homens. Esta diferença notada entre os brasileiros pode ser explicada pelo motivo da migração: 38,5% dos entrevistados afirmaram ter mudado para acompanhar a família/cônjuge, percentual igual ao motivo “trabalho” e atrás apenas da opção “estudos” que representa 46,2%. Temos que considerar que esta questão permitia elencar mais de um motivo para a mudança.

Ao serem questionados sobre quanto tempo estão vivendo fora de seus locais de origem, também apareceram divergências significativas entre os grupos de indivíduos. Os brasileiros residentes na Costa Rica indicam um tempo entre 6 meses e 20 anos, com destaque para os que migraram em dois períodos: há menos de 1 ano e entre 3 e 5 anos (23,1%). Isso demonstra que o movimento tem uma constância e que, nos últimos anos, tem aumentado o número de migrantes para o país. Entre os nicaraguenses, o período registrado foi de 3 a 20 anos, com um percentual de 53,9% que residem no país por um período entre 15 e 20 anos.

Dos gaúchos e nordestinos que vivem na região metropolitana de São Paulo, contatados nesta pesquisa, todos informaram que migraram há pelo menos 5 anos. Entre os nordestinos podemos perceber um movimento mais constante, dentro desse período, com destaque para os que já residem na capital há mais de 30 anos (33,4%); já os gaúchos apresentam três períodos bem determinados: entre 5 e 10 anos, 12,5%; entre 20 e 30 anos,

37,5% e há mais de 30 anos, 50%. Estes dados corroboram as informações do Censo de 2010, que apontam a diminuição das migrações inter-regionais nos últimos anos, sobretudo da região Nordeste para São Paulo. Um estudo anterior do então Senador Pedro Simon, já indicava também o retrocesso nas emigrações dos gaúchos e o movimento de retorno para o Rio Grande do Sul (SIMON, 2009).

Quando perguntados sobre os motivos da saída de seus lugares de origem para viver em outro país ou estado, o fator trabalho foi o destaque entre os gaúchos (62,5%), os nicaraguenses (53,8%) e os nordestinos (44,4%). Entre os brasileiros, o percentual ficou em 38,5% e o principal motivo indicado foi a busca por estudo (46,2%), seguido pela oportunidade de viajar/conhecer outro país com 23,0%. Os nicaraguenses indicaram o estudo e a oportunidade de jogar beisebol como um motivo importante (15,4%) para migrarem para a Costa Rica e, entre os nordestinos, o fato de acompanhar a família/cônjuge corresponde ao mesmo percentual da busca por trabalho (44,4%).

Quanto às atividades desenvolvidas, os brasileiros investigados apresentam a seguinte situação: 15,4% não trabalham (único grupo investigado que apresenta indivíduos que não trabalham); 53,8% estudam e 84,6% dos que trabalham desenvolvem suas atividades profissionais em órgão público ou instituição. Dos nicaraguenses, 7,7% estudam; 46,2% atuam em órgão público ou instituição; 38,8% atuam em empresa privada; 46,2% trabalham em serviços gerais, sem profissão definida, e 23,0% não têm registro como trabalhador. 25% dos gaúchos atuam em órgãos públicos e 25% em empresas privadas; 50% são profissionais liberais e 37% têm empresa/negócio próprio. Entre os nordestinos, 55,6% trabalham em empresa privada; 22,2% são profissionais liberais e 33,3% têm empresa/negócio próprio.

Antes de entrarmos na apreciação dos dados com relação ao uso das mídias e suas tecnologias, queremos trazer os principais aspectos – positivos e negativos – mencionados pelos sujeitos investigados, quando de sua chegada aos locais de imigração e mesmo ainda hoje.

Para os brasileiros imigrantes na Costa Rica, as principais dificuldades encontradas foram as diferenças culturais e o não conhecimento da língua (46,2%) e, em segundo lugar, a falta de amigos ou a dificuldade em fazer novos (15,4%); entre os nicaraguenses, 30,7% declararam não ter encontrado dificuldades e 38,5% apontaram os altos preços dos aluguéis como um fator negativo na chegada. Isto está diretamente relacionado ao fato de que a maioria dos brasileiros (69,2%) não possuía familiares ou amigos vivendo na Costa Rica, enquanto que, dos nicaraguenses, este mesmo percentual (69,2%) veio para morar com a família ou em casa de amigos. Mas 15,4% destes últimos citaram o preconceito pela nacionalidade e as diferenças culturais como pontos negativos.

Teve muito preconceito, até mesmo no ônibus ou na fila do mercado, quando alguém percebia, pelo sotaque, que eu era da Nicarágua. Por parte do governo, às vezes fazem a gente gastar muito dinheiro com viagens para a

Nicarágua, a fim de conseguir alguns papéis ou documentos, mas isso não garante que vão liberar a “cédula” necessária para a regulamentação da situação no país. (JM, 30).

E, ainda

Os costarricenses não querem que os nicaraguenses venham para cá. Quando cheguei, comia no quarto, sem contato com o restante da família. Quando tinha visitas na casa, eu tinha que ir para o quarto para não aparecer. Não comia a mesma comida que a família. Isso aconteceu na primeira casa em que trabalhei. (MTM, 39).

Os gaúchos destacaram as diferenças culturais e a saudade da família como os principais aspectos negativos (37,5%), além da falta dos amigos (12,5%). “O que eu mais senti de dificuldade foi a distância, porque não dava para viajar para casa quando quisesse, e o fato de ficar longe dos pais e das festas gaúchas que eu estava acostumada. Mais tarde, comecei a participar do CTG” (NBN, 57). Já 44,4% dos nordestinos afirmaram não ter sentido dificuldades, mas entre os que identificaram pontos negativos, preconceito com sua origem foi o mais citado (22,2%). O alto índice de não percepção de dificuldades pode estar relacionado ao fato de que 66,7% dos nordestinos que participaram da pesquisa já chegaram a São Paulo com emprego certo e vinham para morar com parentes ou amigos. Mesmo assim, alguns comentaram que por várias vezes ouviram piadas ou brincadeiras dos colegas de trabalho sobre as roupas que usavam ou com relação ao sotaque.

Para todos os grupos, a possibilidade de um melhor emprego e o fácil acesso ao trabalho foram os principais fatores positivos encontrados em sua nova realidade. Brasileiros e gaúchos destacam também a oportunidade para aprofundar estudos, sobretudo em nível de pós-graduação (38,5% e 44,4%, respectivamente); os nicaraguenses citam a acolhida pelos conterrâneos e parentes (30,8%) e os nordestinos reconhecem como muito positivo o apoio dos familiares que já estavam em São Paulo (33,3%).

O acolhimento por parte de parentes ou amigos, assim como a inserção no mercado de trabalho, representam estratégias importantes na construção do sentido de pertença, para aquelas pessoas que se encontram afastadas de seus referenciais geográficos, familiares, culturais.

### 3 | AS MÍDIAS MAIS UTILIZADAS

Em artigo que aborda a relação entre mídia, identidade cultural e cidadania, Denise Cogo afirma que,

[...] mais do que meros dispositivos técnicos, mídias como a televisão, o rádio ou a Internet passam a atuar como instâncias que atribuem visibilidade às ações de outros campos sociais e instituições e propõem e asseguram modos próprios de existência e estruturação de realidades pertinentes a esses campos. (COGO, 2016, p. 2).



Além das mídias citadas, os dispositivos portáteis – sobretudo os telefones celulares e os *smartphones*, com seus inúmeros aplicativos – configuram-se, cada vez mais, em “extensões do homem” (lembrando McLuhan). O uso constante e crescente dessas mídias faz com que deixem de ser meros dispositivos transportadores de sentidos acrescidos de mensagens para se tornarem ferramentas produtoras e organizadoras de sentido. Esta realidade tem gerado inúmeras discussões entre pesquisadores que defendem a ideia de que as novas tecnologias aproximam as pessoas e os que as consideram um “perigo” às relações interpessoais. O *Facebook*, o *WhatsApp* ou o *Twitter* podem ser tão danosos à aproximação das pessoas quanto já foi considerado o telefone, também uma rede social em mídia terciária (BAITELLO JÚNIOR, 2013).

[...] o efeito “sedação” das redes sociais ou seu efeito “máscara”, de identidades anônimas e ficcionais, pode se reverter e gerar grandes ondas de mobilizações presenciais, com sensorialidades reais, passíveis de reais ferimentos e prisões, como nos tempos dos piores anos de chumbo. A comunicação de distância pode, sim, gerar comunicação de proximidade. (BAITELLO JÚNIOR, 2013, p. 64).

É bem verdade que não existe apenas um lado a ser considerado. Precisamos estar atentos para investigar que tipo de ambiente está sendo gerado a partir do uso dos meios de comunicação oferecidos pelos novos produtos do mercado. Afinal, ao lado da comunicação virtual, de inestimável significado para o progresso dos sujeitos e para “encurtar distâncias”, encontra-se a perversa utilização para o crime de várias expressões, para a dissolução dos costumes, para a promiscuidade, para o comércio de vidas, para a drogadição e todos os resultados trágicos que possam decorrer daí, para a expansão da loucura, para a perda do sentido psicológico existencial.

A imaginação, exacerbada pelo acesso às muitas informações, pode entorpecer as emoções elevadas e contribuir para as alucinadas fugas da realidade, para o prazer desenfreado e o gozo sem limites, em nome do moderno, do oportuno e do “inadiável”.

Entendemos os possíveis perigos que o uso desregrado das tecnologias da comunicação pode trazer para os indivíduos e as convivências sociais; no entanto, queremos dar ênfase, neste estudo, aos fatores positivos desses avanços, sobretudo no que tange às possibilidades de contatos que favoreçam a construção do sentido de pertença entre os sujeitos observados.

A coleta de dados com os informantes, em relação ao uso das mídias, revelou novas aproximações e distanciamentos entre os grupos, em arranjos diferentes dos apresentados acima. Quando perguntados se costumavam acompanhar as notícias de seu país/estado, 100% dos nicaraguenses responderam que sim e o percentual afirmativo também foi alto entre os brasileiros e os gaúchos (92,3% e 87,5%, respectivamente).

Já entre os nordestinos, a maioria (55,6%) respondeu que não tem o hábito de acompanhar as notícias de sua região. Dos 44,4% que afirmaram acompanhar as notícias

de sua região, metade o faz através de *sites* ou jornal *online* e outros 22,2% no contato direto com os familiares. TV, rádio e jornal impresso não são veículos utilizados por este grupo para obter informações sobre seus locais de origem. Esses dados confirmam, de certa maneira, o que já havíamos percebido em outro momento: a maioria dos nordestinos já possui uma vida estabilizada e não tem a intenção imediata de voltar para sua terra natal. Daí o baixo interesse pela situação política ou econômica em que sua terra natal se encontra.

Ao citarmos a Rádio Atual, do CTN, e quando perguntamos se conheciam ou acompanhavam a programação da rádio, a maioria afirmou desconhecer a existência, inclusive os que costumam frequentar as atividades do Centro de Tradições Nordestinas. “A música do Nordeste está em todas as rádios e nos programas de TV, nas novelas. Não é preciso procurar uma rádio especial para ouvir os artistas da Bahia, as bandas de forró” (AVM, 29).

Do baião de Luiz Gonzaga ao reggae da Tribo de Jah, vários são os artistas e bandas que marcam presença no cenário nacional, inclusive marcando movimentos que determinaram a história da música brasileira, como o tropicalismo de Caetano, Gil e Tom Zé, o Axé *Music* de Luiz Caldas e Olodum e o *Manguebeat* que misturou *rock*, *hip hop*, maracatu e música eletrônica com destacados nomes como Chico Science, Nação Zumbi e Lenine. A estratégia, nesse sentido, não é resultado de uma articulação dos migrantes, mas a própria mídia contribui com recursos para que a distância geográfica seja “compensada” pela proximidade a manifestações culturais com alguns elementos de identidade.

Esta situação é bem diferente, com relação à música gaúcha, principalmente a chamada música regional e música nativista, dos festivais. Poucos são os artistas e os ritmos que se destacam em nível nacional. Os mais conhecidos, como a banda Engenheiros do Hawaii, os irmãos Kleiton & Kledir e Vítor Ramil, Adriana Calcanhoto, fazem uma música mais ao estilo *Rock* ou MPB. Alguns nomes do regionalismo gaúcho (Gaúcho da Fronteira, Berenice Azambuja, Os Serranos) chegaram a obter destaque na mídia televisiva nacional, mas suas músicas não estão inseridas no circuito das grandes emissoras de rádio, sobretudo das FMs. Isto explica a procura pelo veículo rádio, através da Internet, registrada entre os gaúchos que participaram desta pesquisa.

Metade dos gaúchos entrevistados tem o hábito de ouvir rádio (Web Rádio) para acompanhar os noticiários e ouvir músicas regionais através deste meio, mas também é alta a busca de informações através de *sites* e jornais *online* (37,5%), pela TV (25%) e no contato com familiares (12,5%).

Todos os dias, no escritório, a primeira coisa, antes de iniciar o trabalho, é entrar na página da rádio Quero-Quero pela Internet. Enquanto reviso a documentação jurídica e o andamento de processos do dia anterior, tomo o meu chimarrão e escuto as músicas do Rio Grande. Esse já é um hábito há mais de 10 anos. (PASL, 45).

Entre os brasileiros, 38,5% afirmaram ter o hábito de acompanhar os noticiários através da TV e 76,9% costumam acessar *sites* e jornais *online*. A distância e a saudade são atenuadas pelo contato diário com informações sobre o Brasil, além das conversas – quase que diárias – com os familiares.

Os nicaraguenses são o grupo que mais se utiliza das diversas mídias e do contato com os familiares e amigos para obter informações sobre seu país/cidade: 69,2% acessam *sites* e jornais *online*; 53,8% acompanham os telejornais; 30,8% têm o hábito de ouvir rádio ou procurar informações através do jornal impresso e 15,4% buscam se informar através do contato com os familiares. Quase todos os entrevistados confirmaram conhecer e já ter acompanhado a programação da rádio Manágua, de San José, mas a maioria disse não ser o veículo de sua preferência. Com relação ao rádio, a motivação maior são as músicas ou os programas esportivos.

O interesse pela política, economia e situação social de seu país é explicado por dois motivos: a preocupação com os familiares que estão na Nicarágua e a busca por mudanças que possibilitem voltar a viver próximo da família, mas com condições dignas de trabalho e sustento.

Tanto na internet quanto no jornal escrito ou na rádio, procuro saber sobre a situação do país, saber das possibilidades de emprego e como está o andamento do projeto do canal<sup>1</sup>. Assim que iniciarem as obras do canal, eu espero 1 ano e retorno, porque acho que os primeiros empregos atraem muita gente marginal; então prefiro esperar uma etapa mais avançada, para conseguir uma atividade melhor. Tenho vontade de retornar para Manágua, pois outros três irmãos, meu pai e minha mãe estão lá. Só não retornei ainda por conta de dificuldade de emprego e dos baixos salários. (JM, 30).

O destaque dado acima à utilização das mídias tradicionais (Rádio, TV, Jornal Impresso) não significa que desconsideramos em nossa pesquisa as mídias sociais, as convergências e mesmo o fato de estas mídias estarem se adaptando e integrando aos formatos digitais. Pelo contrário, serve para demonstrar que, diferentemente do que preconizam alguns autores, os avanços tecnológicos não fazem desaparecer as formas tradicionais, mas possibilitam um maior entrosamento e facilidade de acesso aos usuários, inclusive incentivando, a partir das mídias digitais, a busca de aprofundamento sobre determinada informação nas mídias tradicionais.

Na sequência, apresentamos os dados coletados em nosso estudo, referentes aos principais suportes e aplicativos de mídia utilizados pelos sujeitos investigados, destacando a participação que os usos representam na construção do sentido de pertença para estes sujeitos.

Como já era previsto, em função da alta disseminação, do baixo custo e dos constantes avanços tecnológicos que sofrem, ampliando o alcance, as facilidades de

---

1 O Canal da Nicarágua, segundo o projeto anunciado em julho de 2014, terá 278 quilômetros desde o Mar do Caribe, cruzando boa parte do Rio San Juan, até chegar ao gigantesco Lago Cocibolca, o segundo maior da América Latina, e depois à costa oeste, no Pacífico.

acesso e as possibilidades de envio de dados em linguagens e sistemas variados, os telefones celulares foram citados por 100% dos investigados como meios através dos quais mantêm contato as pessoas em seus lugares de origem. Mas o uso para falar diretamente com familiares e amigos apareceu em totalidade apenas entre os nicaraguenses que vivem na Costa Rica. A explicação, até certo ponto óbvia, está no custo das ligações.

Convém lembrar que as operadoras de telefonia móvel na Costa Rica – e em quase toda a região do Caribe – cobram preços de ligação local para chamadas efetuadas entre os países da América Central e Panamá (assim são anunciadas as promoções, uma vez que o Panamá é considerado território norte-americano). Os brasileiros que vivem na Costa Rica fazem chamadas para parentes em casos muito específicos (15,4%).

Eu ligo para a família apenas quando necessito fazer o encaminhamento de algum negócio específico, ou para orientar quanto ao pagamento de contas que precisam ser realizadas de forma presencial. Também para falar com minha mãe, pois ela não usa o computador (MLS, 56).

Assim como na Costa Rica, no Brasil também temos vários planos promocionais que permitem a utilização entre telefones da mesma operadora, ou chamada de telefones celulares para telefones fixos, a preço de chamadas locais, o que se expressa no fato de que 75% dos gaúchos e 66,8% dos nordestinos que vivem em São Paulo falam com a família que está em outro estado. A sensação de proximidade que a voz traz é apontada como o principal motivo da preferência por usar esta forma de comunicação. Mesmo mediada pelo “aparelho”, esta comunicação está muito mais próxima daquilo que Zumthor denomina *performance*:

Termo antropológico e não histórico, relativo, por um lado, às condições de expressão, e da percepção, por outro, *performance* designa um ato de comunicação como tal; refere-se a um momento tomado como presente. A palavra significa a presença concreta de participantes implicados nesse ato de maneira *imediate*. [...] Ela atualiza virtualidades mais ou menos numerosas, sentidas com maior ou menor clareza. [...] A performance é então um momento da recepção: momento privilegiado, em que um enunciado é realmente recebido. (ZUMTHOR, 2000, p. 59).

A proximidade, proporcionada pelo contato através da voz, acaba por configurar-se como uma das estratégias utilizadas para construir um ambiente onde, através da memória auditiva, certos traços de identidade são reforçados, permitindo aos sujeitos incluírem elementos de familiaridade (no sentido daquilo que já é conhecido, do já vivido) à composição do seu novo espaço de pertença.

Dos aplicativos disponibilizados para os aparelhos móveis – *Smartphones* – o contato via *WhasApp* aparece entre os informantes como o mais utilizado (84,6% entre os brasileiros; 92,3% entre os nicaraguenses; 62,5% entre os gaúchos e 77,8% entre os nordestinos). O uso desse aplicativo, de acordo com os dados da pesquisa, está muito mais ligado ao contato com os amigos, sobretudo os que vivem mais próximos, com a intenção

de enviar mensagens rápidas e curtas, principalmente para chamara à participação em atividades de grupo (ensaios, festas, programação esportiva etc.). Esta prática é apontada como um “aviso” para que o receptor procure maiores informações em outros meios, geralmente nas páginas da Internet ou em mensagens mais detalhadas enviadas através de e-mails.

A facilidade de enviar e receber mensagens pelo *WhatsApp*, individualmente ou nos grupos, agiliza a informação. Muitas vezes o convite para ir a um show ou avisar sobre uma notícia que está passando na TV ou circulando pela Internet é mais fácil e rápido pelo *whats*. Quando a pessoa se interessa, vai atrás para buscar os detalhes, às vezes até na conversa pelo próprio *whats*. (JCD, 34).

Este contato rápido e constante, principalmente através dos grupos, também reforça a sensação de acolhimento. O fato mesmo de pertencer a um grupo no *WhatsApp* já expressa o sentido de pertença, de alguma referência, uma vez que os grupo são formados a partir de determinados elementos comuns.

Embora os aparelhos mais modernos, com tecnologias mais avançadas, não sejam os mais baratos, grande parte dos migrantes contatados – mesmo os que não tenham uma situação econômica mais estável – esforça-se para ter um telefone celular com mais recursos. A grande vantagem é a mobilidade e, uma vez que contratar serviços de Internet ainda é dispendioso, um *Smartphone* permite que dados sejam acessados e enviados a partir das zonas de Wi-Fi, sejam as existentes em locais públicos, sejam as que podem ser acessadas em algumas instituições, lojas, restaurantes ou dos locais de trabalho mesmo.

Eu trabalho o dia inteiro e não consigo ir ao banco para fazer transferência de dinheiro para os meus filhos. Tenho dois filhos, de 17 e 21 anos, que estão estudando em Manágua e dependem do dinheiro que eu mando. Eu preferi investir em um aparelho melhor que me possibilitasse transferir pela Internet, porque aí eu não preciso sair para ir ao banco, e aqui eu tenho acesso à rede. (MTM, 39).

Juntamente com o *WhatsApp*, o *Facebook* (84,6%) e o *Email* (53,9%) foram os meios indicados pelos brasileiros como os de maior uso para contato com familiares e amigos, tanto os que vivem no Brasil quanto os que fazem parte do seu círculo de relacionamento, na Costa Rica.

O uso elevado e diário de todos esses meios e suportes é justificado, pelos entrevistados, em função da necessidade de se manterem em contato; como uma forma de “driblar” o afastamento físico decorrente dos diversos fatores e motivos já mencionados acima.

Mas, associado à sua situação de migrantes, de “*desplazados*”, o excesso de informação e a velocidade com que as “matérias de expressão” caem em desuso e são substituídas por outras leva os sujeitos a uma saturação de sentido e a uma crise de subjetividade.

[...] as pessoas, seja qual for o lugar onde se encontrem, se sentem inteiramente *estrangeiras*, inclusive e principalmente *em seu próprio país*. **Estrangeiras não só no espaço, mas também no tempo**: perderam as coordenadas de ritmo, coordenadas variáveis e próprias de cada movimento de seu desejo. (ROLNIK, 2014, p. 95. [grifos da autora]).

Diante da possibilidade de serem afetados por um sentimento de desterritorialização, o foco de nossa pesquisa está voltado a identificar e explorar as estratégias utilizadas pelos sujeitos na construção ou reconstrução desse território, no sentido de legitimar este investimento como busca de identidade, através da construção do sentido de pertença.

## 4 | OUTRAS ESTRATÉGIAS

Ao tratarmos de estratégias comunicacionais, não reduzimos nossa perspectiva ao uso dos meios de comunicação – sejam as mídias convencionais, sejam as mídias digitais ou convergentes – mas estendemos o termo “comunicação” a outras linguagens (da arte, da gastronomia, dos esportes, dos espaços públicos ou privados). Sobretudo quando se referem à construção do sentido de pertença, a “sentirem-se parte de”, várias outras práticas comunicativas nos foram indicadas como caminhos trilhados pelos sujeitos.

As práticas artísticas, expressas pela música, a dança, as artes visuais, entre outras, sempre se constituíram em espaços de acolhimento e inclusão, permitindo a convivência das diferenças e um resultado que expressa a soma de individualidades compartilhadas. Não foi diferente a percepção que tivemos no contato com nossos entrevistados. Esta estratégia é facilmente identificada nas ações desenvolvidas pelo SIFAIS (Sistema Integrado de Formação Artística para A Inclusão Social), presente no Bairro La Carpio, em San José. A instituição é uma iniciativa privada, sem fins lucrativos, que promove “a superação pessoal e a integração social, através do ensino-aprendizagem de uma habilidade artística, um esporte ou uma técnica” e está presente em comunidades carentes e tidas como “marginais”.



AULA DE VIOLÃO, AO AR LIVRE



MURO EXTERNO DA “CUEVA DE LUZ”

Fonte: Fotos produzidas pelo autor para este artigo.

Em atuação desde 2011, no local denominado “*cueva del sapo*” (caverna do sapo) e hoje chamado de *Cueva de Luz* (caverna de luz), esta instituição tem proporcionado, além do aprendizado de um instrumento, a quebra de preconceitos e, mais que isso, encaminhado jovens e adolescentes, imigrantes ou filhos de imigrantes nicaraguenses que vivem em La Carpí, a uma situação de inclusão no mercado de trabalho.

A participação nas Invernadas Artísticas dos CTGs, nas suas diversas modalidades, também foi apontada pelos gaúchos que vivem em São Paulo como uma prática que contribuiu para o entrosamento e para dissipar um pouco a saudade de casa e a falta dos amigos.

Quando eu saí do Rio Grande para vir fazer meu curso de engenharia aqui em São Paulo, a primeira coisa que fiz foi perguntar para o meu tio – que já havia morado aqui por um tempo – se tinha CTG e se ele podia me indicar um para eu continuar dançando. Logo depois que me organizei com o local para morar e consegui entender melhor o trânsito e como aproveitar as linhas de metrô e ônibus fui procurar o Meu Pago. A minha primeira “turma” aqui foi o pessoal da invernada. Hoje tenho vários amigos da faculdade e do trabalho. Não estou mais dançando no grupo, mas sempre mantenho contato e participo das promoções. Essa vivência aqui me ajudou a “segurar as pontas” de estar longe de casa. (JCD, 34).

Utilizamos o conceito de memória como a captação das identificações coletivas, acionadas no âmbito das vivências e das lembranças do passado. Por mais que as lembranças pareçam ser consequência de uma ação individual, somente existem como parte de estruturas sociais, ou seja, sempre precisamos da memória dos outros para recordar as nossas. Assim, as lembranças individuais são produtos de uma articulação com as lembranças do grupo do qual o sujeito participa.

Halbwachs em seus estudos demonstra que as lembranças individuais situam-se nos *quadros sociais* das experiências coletivas, realçando que as lembranças individuais permanecem como dados coletivos, à medida que “um homem, para evocar seu próprio passado, tem frequentemente necessidade de fazer apelo às lembranças dos outros. Ele se reporta aos pontos de referência que existem fora dele, e que são fixados pela sociedade” (HALBWACHS, 1990, p. 26).

Os nordestinos que costumam frequentar o CTN afirmam que, além da comida típica, que pode ser encontrada em outros lugares em São Paulo, o ambiente e a junção da música ao vivo, com as apresentações das bandas regionais, com a possibilidade de dançar o forró e o xote é o que mais os atrai, principalmente quando recebem a visita de parentes. “A intenção é mostrar para eles [os parentes] que aqui também se pode sentir um gostinho de Nordeste” (GL, 52).

Com relação ao esporte, enquanto espaço de pertença, algumas situações, registradas nas conversas com os migrantes, revelam a grande influência desta estratégia de comunicação no processo de acolhimento, nos grupos em que estes se encontram inseridos. Já salientamos, anteriormente, a dificuldade inicial sofrida pelos nicaraguenses

residentes na Costa Rica, pelo fato de serem adeptos do beisebol, um esporte com pouca evidência no país. Mas o fato de atletas da Nicarágua integrarem equipes costarricenses de beisebol contribuindo para a conquista de campeonatos regionais e internacionais fez com que ganhassem respeito e se abrisse um espaço para a vinda de outros jogadores; inclusive para a formação de uma equipe composta somente por “nicas” – Pinoleros.

Outros relatos dão conta de que, a partir do momento em que assumiram ser torcedores de determinado time de futebol da Costa Rica – Saprissa, Alajuelense e Herediano são as principais – os nicaraguenses migrantes passaram a fazer parte de grupos organizados que, ao menos durante os jogos, desconsideravam a questão da nacionalidade para ver na camisa ou na bandeira o fator de identidade.

No meu primeiro trabalho, tive muita dificuldade para me entrosar com os companheiros, tanto com os da Costa Rica quanto com os outros estrangeiros. Somente depois de começar a frequentar os jogos de futebol é que passei a ser chamado para as conversas, nos momentos de intervalo do trabalho. Depois de quase um ano, quando o Saprissa foi jogar a final em outra província, é que eu fui convidado para assistir ao jogo em um bar, onde os colegas costumavam se reunir aos sábados. (RF, 41).

As ações dos sujeitos nem sempre são conscientes, intencionais, mas revelam-se eficazes no processo de aceitação. Situação semelhante à dos nicaraguenses foi descrita por alguns nordestinos. De modo geral, é bem comum encontrarem-se entre os moradores de cidades do Nordeste brasileiro, torcedores de times de São Paulo e Rio de Janeiro. Flamengo, Corinthians, Vasco e São Paulo são as quatro maiores torcidas da região, com destaque para torcedores do Flamengo (22,4%), segundo pesquisa realizada em 2013 (cf. <<http://top10mais.org/top-10-maiores-torcidas-da-regiao-nordeste-do-brasil/>>). Em São Paulo, poucos são os migrantes nordestinos que confirmam torcer apenas para o time de seu estado. Quase todos torcem por um time paulista, e admitem sentirem-se parte das torcidas organizadas; consideram esta “adesão” um dos fatores que os identifica.

Entre os gaúchos, porém, isso não acontece. Colorados ou gremistas não abrem mão de sua tradição e, frequentemente, ocorrem “embates” entre as duas torcidas, mesmo em atividades dos CTGs. Mas as disputas transcorrem de forma pacífica. Inclusive há dois redutos em São Paulo, o bar Dona Nina, localizado na Vila Madalena, dos gremistas, e o Quintal do Espeto, em Moema, dos colorados, que costumam reunir os mais aficionados em dias de jogos de uma das equipes contra times paulistas ou em decisões dos campeonatos como o Gauchão, o Brasileirão e a Copa do Brasil, em que uma das equipes gaúchas esteja participando.

Mas nem todas as experiências ligadas ao esporte, enquanto espaço no qual é favorecida a construção do sentido de pertença, foram citadas como positivas. Um dos entrevistados destacou como dificuldade encontrada ao chegar a São Paulo, vindo da Bahia, “o ciúme dos colegas da própria capoeira”, atribuído, segundo ele, a uma disputa por espaço e prestígio.



Embora a capoeira seja hoje uma arte marcial difundida no mundo todo, com mestres e grandes nomes em diversos estados do Brasil, e mesmo fora, ainda existe um pensamento de que fazer aula com um professor da Bahia é melhor. Esta é uma ideia errada. Eu mesmo vim da Bahia atrás do meu mestre que é de São Paulo. Mas, para alguns professores de capoeira, só o fato de ser baiano já faz com que os alunos deem preferência; e isso gera alguma insegurança. [...] Mas isso aconteceu só no início. (AVM, 29).

No exposto acima, percebemos a existência de outra linguagem utilizada como estratégia na construção do sentido de pertença: os espaços públicos ou privados. Como já indicado no capítulo 2 desta tese, o acesso a determinados espaços de convivência possibilita aos sujeitos agregarem elementos identitários, seja na sua autodefinição, seja na identificação por parte dos outros sujeitos.

O sujeito se situa no espaço e estabelece aí suas relações interpessoais, conferindo-lhe significações ligadas às funções que ele desempenha e aos sentimentos de pertença e familiaridade que traz consigo; ao mesmo tempo, este sujeito é também identificado e significado por ele. O acesso a determinados espaços é definido pelo valor conferido ao sujeito, na medida em que representa mais que a superfície física sobre a qual vivemos, trabalhamos e, circulamos. (SANTOS, 2007).

A estratégia de utilização dos espaços como referência a um reconhecimento aparece também na fala de nordestinos residentes no Bairro de São Miguel Paulista, em São Paulo, ao citarem as mudanças ocorridas na Praça do Forró que, embora mantenha o nome na lembrança, após as modificações sofridas, descaracterizou o espaço de encontro dos moradores locais, os quais ali se reuniam nos finais de semana para ouvir a música dos trios nordestinos que se revezavam no coreto. O mercado de São Miguel Paulista – e os produtos que podem ser encontrados nele – também é descrito como “um pedacinho do nordeste na capital”. Os cheiros, os sabores, as músicas, os artigos de couro, a farinha são alguns dos elementos trazidos como desencadeadores de lembranças que fazem com que a saudade e a distância sejam atenuadas, mesmo que de apenas momentaneamente.

Para os nicaraguenses, a estratégia do uso do espaço está fortemente representada nos encontros dominicais que acontecem na Praça La Merced, como já indicamos acima, e no conjunto dos elementos (comidas, bebidas, o modo de falar, o sotaque, as notícias) que podem ser vivenciados e compartilhados nesse espaço. Manifestações desse tipo são mencionadas por Carlos Sandoval-García, utilizando um termo de Raymond Williams, como estruturas do sentir, definidas como “experiencias sociales en proceso de configuración, que aún no emergen como versiones públicas, pero están en proceso de constitución” (SANDOVAL-GARCÍA, 2008, p. 40). Por estruturas do sentir devemos entender algumas práticas culturais que estão em processo de ativa formação no curso da vida social.

Na praça também são comemoradas festas religiosas típicas da Nicarágua, como a *Fiesta de Nuestra Señora de Las Mercedes* que, por influência dos espanhóis, é considerada a padroeira em diversas cidades da América Latina, sobretudo na Argentina. Na Nicarágua,

existem quatro municípios e cidades que têm a santa por padroeira: Santiago de los Caballeros de León, San Pedro de Matagalpa, El Jicaral e Mateare. A principal igreja é a de León, construída em 1528, junto ao convento de mesmo nome, e reconstruída no século XVIII, a qual é considerada, depois da catedral, o “templo barroco mais importante, ainda conservado no país”.

As estratégias relatadas neste capítulo, em sua maioria, referem-se às ações dos próprios sujeitos, na busca de referências e balizas que lhes permitam entender sua condição de “ser-no-mundo” – não vamos aprofundar, aqui, as concepções heideggerianas sobre este conceito, desenvolvidas em sua obra *Ser e Tempo*, mas o tomamos como um correlato à expressão “sentido de pertença”. Entretanto, pudemos observar, também, articulações de outros sujeitos, que não os envolvidos na condição de migrantes em processo de adaptação a uma nova realidade (cultural, geográfica, social, linguística etc.), voltadas a contribuir, de alguma forma, com esse processo.

Uma dessas ações – já descrita neste texto – foi a iniciativa de criação da Rádio Atual e, posteriormente, a fundação do Centro de Tradições Nordestinas (CTN). Estes dois empreendimentos não nasceram como resultado de propostas reiteradas pelos migrantes nordestinos que vivem em São Paulo. Não obstante o aspecto comercial de ambos, estes empreendimentos configuram-se como a concretização de espaços (midiático e físico), idealizados por um paulistano que, percebeu a realidade dos nordestinos em São Paulo e pensou em formas de contribuir para que a cultura nordestina estivesse um pouco mais acessível ao grande contingente de migrantes. Exemplos como esse, embora não tenham partido da ação de grupos sociais organizados, atuam no sentido da construção daquilo que Denise Cogo (2005) identifica como cidadania cultural.

Mas nossa pesquisa encontrou, ainda, estratégias desenvolvidas por agentes externos aos grupos investigados que contribuem para a conquista da cidadania política/jurídica, entendendo que a cidadania não se restringe à delegação ao Estado da tarefa de promover a justiça social, concepção eivada nas ideias de assistencialismo e paternalismo, mas compreende uma postura ativa dos cidadãos, uma vez que são eles que possuem as condições para promover a transformação de sua realidade (BITTAR, 2004).

Na Costa Rica é grande a disparidade entre os dados oficiais e as estimativas sobre migrantes nicaraguenses que vivem no país. Parte desta disparidade se dá pelo fato de que muitos migrantes não têm sua documentação regularizada e, por isso, não constam nos registros do seguro social. Percebendo que a falta de documentos e orientação quanto aos procedimentos adequados para consegui-los agravava a situação dos migrantes, um grupo de voluntários, de diversas nacionalidades, criou a “Asociación Ticos y Nicas: Somos Hermanos” que orienta e auxilia os migrantes nicaraguenses na obtenção de documentos e oferece cursos de formação profissional, para que eles possam se inserir no mercado de trabalho, com registro e ganhos equiparados aos demais. Além disso, a associação promove ações assistenciais, como a coleta de alimentos, roupas, produtos infantis, que

são distribuídos a comunidades carentes, onde reside um grande número de nicaraguenses, como em La Carpio.



ATIVIDADE REALIZADA POR VOLUNTÁRIOS DA ASSOCIAÇÃO EM LA CARPIO

Fonte: [http://www.ticosynicas.org/?action=galeria\\_fotos\\_proyecto&idp=23](http://www.ticosynicas.org/?action=galeria_fotos_proyecto&idp=23)

A conquista da cidadania político-jurídica, citada no exemplo acima, é uma das principais estratégias utilizadas para que esses sujeitos estabeleçam referências e desenvolvam elementos de identificação, no novo espaço político, social, econômico e cultural em que se encontram.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As práticas descritas neste artigo, como ações empreendidas pelos sujeitos (ou para os sujeitos) investigados com o propósito de construção de um sentido de pertença, refletem o alcance de nossa observação sobre o objeto da pesquisa e as escolhas realizadas em função desse objeto. Acreditamos que várias outras estratégias estão entremeadas nesse processo e em constante reelaboração, na busca da consciência de pertencimento.

Os grupos estudados, apesar de consideradas suas diferenças e especificidades, apresentaram algumas características comuns, além do fato de serem migrantes e comungarem certas dinâmicas – consciente ou inconscientemente – em suas interações na comunidade:

\* Os sujeitos, em geral, optam por sair de seus locais de origem em busca de

uma melhor condição de vida, que pode ser expressa pela conquista de um trabalho, de melhores salários, de formação acadêmica ou de qualidade de vida; \* A alternância entre memória e esquecimento atua como mais uma estratégia na conquista de uma consciência subjetiva, assim como a compreensão e absorção de elementos culturais do novo espaço em que vivem; \* Apesar da consciência de que o mau uso dos meios de comunicação e suas tecnologias pode afastar os sujeitos, intervindo na qualidade das relações interpessoais, no que se refere à sua situação de migrantes e “*desplazados*”, vêm como positivas as ferramentas que as mídias lhes proporcionam para que se mantenham em contato com familiares e amigos; \* As estratégias comunicacionais desenvolvidas fora do contexto das mídias – convencionais ou digitais –, especialmente os espaços físicos, a arte, a gastronomia, o esporte, configuram-se importantes meios para a aproximação entre os sujeitos.

## REFERÊNCIAS

- BAITELLO JÚNIOR, Norval. Os sentidos e as redes: considerações sobre a comunicação presencial na era telemática. In: BARBOSA, Marialva; MORAIS, Osvando J. de (orgs.). **Comunicação em tempo de redes sociais**: afetos, emoções, subjetividades. São Paulo: INTERCOM, 2013. (p. 59-65).
- BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Trad. Myriam Ávila; Eliana Lourenço de Lima Reis; Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
- BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. **Ética, educação, cidadania e direitos humanos**. Editora Manole: Barueri-SP, 2004.
- COGO, Denise. Mídias, identidades culturais e cidadania: sobre cenários e políticas de visibilidade midiática dos movimentos sociais. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/>>. Acesso em: 04 abr 2016.
- FERREIRA, Jerusa Pires. **Cultura das bordas**: edição, comunicação, leitura. Cotia: Ateliê Editorial, 2010.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 3. ed. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Loureiro. Rio de Janeiro: DP&A, 1999. (Coleção identidade cultural na pós-modernidade).
- JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. 2. ed., ampliada e atualizada. Trad. Susana Alexandria. São Paulo: Aleph, 2009.
- ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2003.
- PINHEIRO, Amálio (org.) **O meio é a mestiçagem**. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2009.
- ROLNIK, Suely. **Cartografia sentimental**: transformações contemporâneas do desejo. 2. ed. Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2014.

SANDOVAL-GARCÍA, Carlos. **Otros amenazantes: los nicaraguenses y La formación de identidades nacionales en Costa Rica.** 1. ed. 3. reimp. San José/C.R.: Editorial UCR, 2008.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão.** 7. ed. São Paulo: EDUSP, 2007.

SIMON, Pedro. **A diáspora do povo gaúcho.** Brasília: Senado Federal, 2009.

ZUMTHOR, Paul. **Performance, recepção, leitura.** Trad. Jerusa Pires Ferreira e Suely Fenerich. São Paulo: EDUC, 2000.

## ENQUADRAMENTOS SOCIOAMBIENTAIS EM DISPUTA NA CONSTRUÇÃO DO IMAGINÁRIO SOCIAL DE GRANDES DESASTRES DA MINERAÇÃO

*Data de aceite: 02/05/2022*

**Raquel Lucena Paiva**

Ufes

Mestre e doutoranda em ciências sociais, graduada em comunicação social. Membro do grupo de pesquisa Organon

**RESUMO:** Este texto propõe um olhar sobre as disputas relativas aos enquadramentos socioeconômicos e ambientais que giram em torno da atividade mineradora, a partir de uma perspectiva que observa as estratégias de legitimação destas empresas e as interações e resistências construídas pelos movimentos sociais e outros atores afetados por estes problemas. A partir do contexto dos dois grandes desastres que se iniciaram na Região Sudeste do Brasil, em 2015 e 2019, este texto apresenta o contexto da atividade mineradora na América Latina e os fatores estruturais percebidos por diversos analistas como fatores correlacionados aos desastres tecnológicos provocados pelas grandes mineradoras: Vale, Samarco e BHP Billiton. Com enfoque interacionista, este texto se debruça sobre os discursos socioambientais e as visões de natureza e de desenvolvimento envolvidos nestes conflitos e disputas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Interacionismo simbólico; mineração; economia ecológica; sociologia ambiental; sociologia dos desastres.

**ABSTRACT:** This text proposes a look at the disputes regarding the socioeconomic and

environmental frameworks that turn around mining activity, from a perspective that observes the legitimation strategies of these companies and the interactions and resistances built by social movements and other actors affected by these problems. From the context of the two major disasters that began in the Southeast Region of Brazil, in 2015 and 2019, this text presents the context of mining activity in Latin America and the structural factors perceived by various analysts as factors correlated to the technological disasters caused by the large mining companies: Vale, Samarco and BHP Billiton. With an interactionist approach, this text focuses on the socio-environmental discourses and the visions of nature and development involved in these conflicts and disputes.

**KEYWORDS:** Environmental sociology; environmental politics; interpretative frames; social movements.

### 1 | INTRODUÇÃO

O extrativismo minerador é uma atividade que perpassa todo o histórico de apropriação colonial, dentro de um processo de expansão do modo de vida ocidental que se estende aos dias atuais. A densidade simbólica dos metais atravessa as relações sociais, políticas e econômicas mas seu poder cortante não é nem um pouco abstrato, mas se fundamenta na expropriação de territórios e controle sobre governos, populações e indivíduos, seja por meio dos benefícios econômicos oferecidos ou por estratégias bastante diversas, todas

utilizando um poder descomunal, capaz de remover montanhas.

Este capítulo propõe um olhar sobre as disputas relativas aos enquadramentos socioeconômicos e ambientais que giram em torno da atividade mineradora, a partir de uma perspectiva que observa as estratégias de legitimação destas empresas e as interações e resistências construídas pelos movimentos sociais e outros atores afetados por estes problemas.

Os conflitos relacionados à atividade mineradora tornaram-se mais visíveis e intensos a partir dos dois grandes crimes-desastres provocados pelas mineradoras Vale S/A, BHP Billiton e Samarco S/A. O primeiro, iniciado em Mariana e o segundo, em Brumadinho, ambos em Minas Gerais, com impacto sobre toda a bacia do Rio Doce, litoral do Espírito Santo e Bahia, bacia da Rio Paraopeba e Rio São Francisco. Os rompimentos da barragem de Fundão, em Mariana, em 2015 e da Barragem I, do complexo do Córrego do Feijão, em Brumadinho, em 2019, soterraram comunidades e mataram quase trezentas pessoas.

A dimensão desses impactos é ainda maior quando consideramos sua dimensão temporal, visto que os desastres não se limitam ao evento catastrófico, mas deve ser entendido como situação e como processos duradouros de crise social, “[...] frequentemente intensificada pelos encaminhamentos institucionais que lhe são dirigidos, o que faz perpetuar o sofrimento social” (ZHOURI; VALENCIO; OLIVEIRA, 2016, p. 36).

As ações de legitimação ou de enfrentamento à atividade mineradora ou aos desastres da mineração passam pelos enquadramentos interpretativos construídos em torno dos mesmos. Segundo Blumer (1984, p. 2), “[...] os seres humanos agem sobre as coisas com base nos significados que as coisas têm para os mesmos [...]”.

No contexto da atividade mineradora na Região Sudeste, a nomeação do estado de Minas Gerais traz em si a disputa contínua pela legitimação da mineração como uma vocação inerente ao território, o mesmo ocorre em relação à região dentro deste estado denominada de quadrilátero ferrífero. Ambas as expressões são questionadas e ressignificadas nas disputas discursivas em torno do tema.

Em audiência realizada na Câmara dos Deputados, semanas após o rompimento da barragem em Brumadinho, a integrante do Movimento Águas e Serras de Casa Branca e da Articulação Internacional dos Atingidos e Atingidas pela Vale, Carolina de Moura Campos reafirma a proposta de mudança social e discursiva defendida pelo movimento do qual faz parte:

[...] Minas não é um estado que tem mineração no nome, essas minas são de águas. Minas de Águas Gerais. Não é Quadrilátero Ferrífero, é Quadrilátero Aquífero, o nosso território está absolutamente saturado de mineração [...] (CAMPOS, 2018, informação verbal)

Aplicando o princípio do interacionismo simbólico acima citado, os seres humanos agem sobre territórios e lugares a partir dos significados atribuídos sobre os mesmos, considerando o estado como um grande projeto de mineração ou como um lugar onde se

vive e onde as riquezas naturais garantem as condições de vida, como água e alimentos, além de todos os aspectos culturais, afetivos e de pertencimento envolvidos nessa relação.

Este texto apresenta disputas argumentativas e enquadramentos de ações coletivas que fazem parte do contexto de interações nos quais se envolvem populações afetadas, atores acadêmicos, representantes estatais, as empresas e os atores por elas mobilizados e os movimentos sociais de resistência ao modelo de mineração implantado no Brasil.

As organizações da sociedade civil analisadas foram percebidas como relevantes devido à representatividade das mesmas e pela forte presença nas mobilizações e nas disputas argumentativas em torno do tema. São eles: Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à Mineração, Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e Movimento pelas Serras e Águas de Minas (MovSAM).

Com enfoque interacionista, este texto se debruça sobre os discursos socioambientais e as visões de natureza e de desenvolvimento envolvidos nestes conflitos e disputas. Apresenta o contexto da atividade mineradora no Brasil, que obedece a uma lógica da divisão internacional do trabalho que reserva à América Latina e outras regiões periféricas o *status* de exportadores de matéria-prima. Discorre sobre os fatores percebidos como codeterminantes para a ocorrência dos desastres e explora peças de comunicação produzidas tanto por atores que almejam construir uma visão positiva da mineração como pelos movimentos sociais de contestação aos argumentos e artifícios utilizados para legitimar o setor.

## 2 | INTERACIONISMO SIMBÓLICO E ENQUADRAMENTOS SOCIOAMBIENTAIS

Conforme citado na introdução, Herbert Blumer (1984, p. 2) define como princípio do interacionismo simbólico a centralidade do processo de significação. A partir da primeira premissa, de que “[...] os seres humanos agem sobre as coisas com base nos significados que as coisas têm para os mesmos [...]”, acrescenta-se a segunda premissa, de que “[...] o significado de tais coisas derivam do, ou surgem do, interacionismo social que se tem com os companheiros [...]”. Por fim, a terceira premissa enfatiza que “[...] estes significados são tratados, e modificados, por meio de processos interpretativos, usados pelas pessoas para lidar com as coisas que encontram [...]”.

Blumer (1984, p. 4) reconhece que outras abordagens compartilham a primeira premissa com o interacionismo simbólico e defende que a segunda premissa estabelece melhor esta linha de diferenciação, quando enfatiza que a fonte dos significados deriva das interações sociais, e acrescenta que “[...] o significado de uma coisa para uma pessoa, cresce nas maneiras em que outras pessoas agem com a pessoa com relação às coisas [...]”.

Ao definir ‘coisas’, amplamente abordadas nas premissas, como objetos físicos (árvore, casa), sociais (mãe, presidente, trabalhadores) ou abstratos (princípios morais,



doutrinas filosóficas, ideias como justiça, exploração etc), as implicações socialmente envolvidas no processo de significação são expandidas para percepções mais abrangentes, como o meio ambiente, percebido como os mundos de objetos compartilhados por algumas pessoas. Segundo Blumer (1984, p.11):

[...] o meio ambiente consiste somente dos objetos que determinados seres humanos reconhecem e conhecem. A natureza deste meio ambiente é estabelecida pelos significados que os objetos que o compõem têm para aqueles seres humanos. Indivíduos, também grupos, que ocupam ou vivem na mesma localização espacial talvez tenham, portanto, ambientes muito diferentes; como nós falamos, pessoas podem viver lado a lado e ainda estar vivendo em mundos diferentes [...]

A partir dos princípios do interacionismo simbólico propõe-se pensar os enquadramentos da mineração dentro dos conflitos ecológicos distributivos com os quais se ocupa a ecologia política (ALIER, 2011). Estes processos estão inseridos nas disputas em torno dos mecanismos de significação dos discursos ambientais, pensando estes como constitutivos da realidade socioambiental, visto que são partes integrantes do processo de moldar, orientar e negociar significados valores e relacionamentos, defender perspectivas e negociar crenças, sentimentos, entre outros aspectos (COX, 2018).

Considerando-se, portanto, os aspectos constitutivos e pragmáticos da linguagem, a densidade histórica dessas construções sociais e o processo contínuo de interação dos processos interpretativos, pode-se identificar *frames*, ou molduras interpretativas, relacionadas aos impactos socioambientais da atividade mineradora e aos desastres tecnológicos provocados por estas empresas.

Os movimentos sociais estão entre os atores que participam diretamente das disputas relacionadas aos enquadramentos. Benford e Snow (2000, p. 613) os considera “[...] agentes ativamente engajados na produção e manutenção de significados para os seus participantes, antagonistas e espectadores, ou observadores [...]”. Neste processo, os movimentos sociais atuam em relações de cooperação ou conflito com outros atores relevantes, como a mídia, os governos e as empresas.

A partir dos *slogans* utilizados pelos movimentos sociais estudados apresentam-se núcleos de significados que expõem os enquadramentos centrais desenvolvidos pelos mesmos. O *slogan* do MAB defende que “água e energia não são mercadorias”, o MovSAM afirma que “minério não se bebe” e o comitê Em Defesa dos Territórios Frente à Mineração não utiliza *slogan*, porém o próprio nome da organização cumpre esta função.

Utilizando estes *slogans* como núcleos de enquadramento, percebe-se a ênfase do MAB na importância de se impor limites ao capitalismo. A água, juntamente com a energia, ocupa posição central na definição do problema, de maneira que se deixa em aberto as valorações possíveis ao elemento natural, desde que dentro de uma gama de utilizações que não a reduza à condição de mercadoria.

O MovSAM também traz a água ao centro do enquadramento, embora não utilize a

palavra diretamente no *slogan*, valoriza a água como um elemento insubstituível. No caso, defende a inviabilidade de que seja substituída por minério, remetendo ainda ao metal como metáfora financeira, uma riqueza ilusória que não satisfaz às necessidades materiais básicas de todos os seres vivos.

Em Defesa dos Territórios Frente à Mineração remete à soberania e à sobreposição dos aspectos naturais, culturais, populacionais e políticos que envolvem a questão territorial. Define, no próprio nome, a mineração como uma ameaça aos territórios e à territorialidade. Trata-se de um enquadramento com contornos mais amplos, em consonância com a posição desta organização como um comitê que agrupa diversos movimentos sociais.

Percebendo-se estes enquadramentos como partes de conflitos mais amplos, é necessário compreender a densidade temporal das interações que resultaram nestas molduras interpretativas e a complexidade das relações de poder, resistências, dominações e apropriações envolvidas nos conflitos ecológicos distributivos fomentados pela mineração.

### 3 | MINERAÇÃO

A apropriação colonial do continente americano foi amplamente fomentada pelos interesses mineradores. Ao ciclo do ouro se sucederam vários outros ciclos minerários, mas a presença impactante da atividade foi constante desde a chegada dos europeus, no século XV. O estado de Minas Gerais, epicentro dos dois desastres abordados neste artigo, tornou-se o núcleo da atividade mineradora e o Espírito Santo também teve seu uso territorial definido pelos interesses coloniais em relação à exploração mineral, visto que era proibida a construção de estradas ligando o Espírito Santo a Minas Gerais, para garantir o controle da corte sobre o ouro, que deveria ser exportado pelo Rio de Janeiro.

Trocate e Coelho (2020) apresentam um panorama dos altos e baixos da mineração no Brasil e cita descrição de Auguste Saint Hilaire, que percorreu diversas províncias brasileiras no século XIX e falou da pobreza dos habitantes das regiões mineradoras e das muitas crateras produzidas no solo pela mineração.

Em 1942 foi fundada a Companhia Vale do Rio Doce, como parte dos Acordos de Washington, no qual o governo do Brasil, Estados Unidos e Inglaterra firmaram acordo de cooperação para implantar a companhia e o Brasil fornecer ferro para a indústria bélica destes países. Neste acordo, os Estados Unidos financiou U\$ 14 milhões, a Inglaterra entrou com jazidas de ferro de sua propriedade no território brasileiro, o governo brasileiro se comprometeu com a modernização da Estrada de Ferro Vitória Minas e a CVRD se comprometia em vender toda sua produção, em torno de 1,5 milhões de toneladas de minério de ferro, para estes países, a preços abaixo dos praticados no mercado mundial (TROCATE; COELHO, 2020).

Muitos outros fatores históricos serviriam para ilustrar a trajetória brasileira de exploração mineral, mas o objetivo não é oferecer um relato exaustivo do processo

histórico, mas contextualizar este processo dentro da trajetória de exploração colonial, que se perpetuou após a precária independência política e se reconfigurou com os processos de financeirização, os ciclos neoextrativistas e a radicalização do neoliberalismo.

Já no século XXI, o neodesenvolvimentismo e o neoextrativismo deram o tom do contexto econômico dentro do panorama do superciclo das *commodities*, período em que ocorreu um crescimento rápido e expressivo na demanda por matérias-primas, fomentado, principalmente, pela industrialização da Ásia, em especial, da China. Neste processo, as importações globais de minerais saltaram de US\$ 38 bilhões, em 2003, para US\$ 277 bilhões, em 2013, refletindo aumentos na demanda e nos preços (MILANEZ; LOSEKANN, 2016).

Porém, seguindo a tendência cíclica de instabilidade, o valor da exportação de minérios no Brasil caiu de US\$ 44,2 bilhões para US\$ 28,4 bilhões, entre 2011 e 2014. Essas oscilações geram reflexos no mercado, com o fechamento de mineradoras menores e ampliação de algumas maiores, que optam por ampliar a extração de matéria-prima para compensar a baixa nos preços. Porém, mesmo para as grandes mineradoras, a expansão da produção foi acompanhada da redução de custos operacionais e do preço por tonelada, podendo vir acompanhada de resultados econômicos negativos (MILANEZ; LOSEKANN, 2016).

## 4 | OS CRIMES-DESASTRES E SEUS CONTEXTOS

O rompimento da barragem Fundão, de propriedade da Samarco Mineração S.A., com participação da Vale S. A. e da BHP Billiton, no município de Mariana, Minas Gerais, ocorreu em 05 de novembro de 2015, dezenove pessoas morreram e centenas de moradias foram destruídas, riscando do mapa duas pequenas comunidades, suas rotinas e suas histórias e afetando fortemente diversas localidades em toda a extensão do rio Doce.

Aproximadamente 50 milhões de metros cúbicos de rejeitos da atividade mineral foram derramados nos rios e carreados até o rio Doce, percorrendo uma extensão de aproximadamente 600 km até o oceano, traçando um caminho de destruição que é contínuo e tem consequências negativas para diversas espécies animais e vegetais, afetando também as relações ecossistêmicas no rio, nos estuários e no mar.

Algumas das primeiras notícias sobre o rompimento da barragem Fundão seguiram a nomenclatura utilizada pela própria empresa e o evento chegou a ser classificado como 'acidente', fato que gerou forte reação popular. Nas redes sociais foi criada a *hashtag* #NãoFoiAcidente. Neste contexto, indivíduos e coletividades propõem evidenciar estes fatores e classificam tais acontecimentos como 'crimes'. A coerência lógica deste enquadramento se fundamenta em informações relativas às omissões e descumprimento de normas de segurança, entre outras irregularidades.

Três anos após o crime-desastre da mineração iniciado em Mariana, a barragem da

Vale em Brumadinho se rompe, interrompendo a vida de duzentos e setenta e duas pessoas, sendo que alguns corpos não foram encontrados. A comovente perda de uma quantidade tão expressiva de vidas humanas delineou um enquadramento predominante em torno da tragédia humana; a dimensão ambiental deste crime tem sido menos problematizada que no desastre do rio Doce.

Ambos os desastres estão inseridos dentro de uma tendência cíclica, que se pode observar a partir da análise da correlação entre o período do pós-*boom* das *commodities* (período de desvalorização após o *boom*) e o aumento no número de rompimento de barragens. A análise de um período de 45 anos, realizada por Davis e Martin em 2009 (*apud*, ZONTA; TROCATE, 2016) evidencia o aumento no número de rompimento de barragens de rejeitos no período recessivo dos ciclos de preços dos minérios.

O levantamento e a análise destes dados, em paralelo a diversas outras evidências, fundamentam a avaliação de que os desastres provocados pela Vale, Samarco e BHP fazem parte dos negócios da mineração:

Assumindo a plausibilidade de tais análises, deve-se considerar que, se a volatilidade dos preços é uma característica intrínseca ao mercado de minérios, assim também seria o rompimento das barragens. Dessa forma, os diversos episódios de rompimento das barragens de rejeitos citados neste relatório não deveriam ser vistos como eventos fortuitos, mas como elementos inerentes à dinâmica econômica do setor mineral (ZONTA; TROCATE, 2016, p. 22)

A financeirização do setor mineral também interfere nas estruturas de poder e governança. Definida por Trocate e Coelho (2020, p. 83), como “[...] o processo no qual o modo de acumulação de riquezas se baseia no poder crescente do setor financeiro [...]”, a financeirização foi um fator decisivo para uma série de mudanças na estrutura de governança da Vale, nas últimas décadas (MILANEZ; MAGNO; SANTOS, 2019). A lógica do mercado financeiro, com suas estruturas acionárias pulverizadas, dificulta a responsabilização em relação à ocorrência dos desastres.

Os fatores institucionais também são fatores determinantes na configuração das estruturas deste setor, no qual os desastres fazem parte da rotina operacional. Porém, o controle estatal das normas técnicas e ambientais não pode ser percebido como dissociado dos fatores econômicos e culturais que o configura. Na análise da correlação entre os rompimentos de barragem e o pós-*boom* das *commodities*, Davies e Martin (*apud* ZONTA; TROCATE, 2016, p. 20) percebem como fatores comuns nestes contextos:

[...] pressa para obter o licenciamento no período de preços elevados, levando ao uso de tecnologias inapropriadas e à escolha de locais não adequados para a instalação de projetos; pressão sobre as agências ambientais pela celeridade no licenciamento, o que pode levar a avaliações incompletas ou inadequadas dos reais riscos e impactos dos projetos [...]

A ineficácia dos processos de licenciamento, o sucateamento das estruturas de

fiscalização e a ineficácia dos sistemas de monitoramento são fatores que acumulam diversos exemplos de mal funcionamento, fartamente denunciados na imprensa e nas publicações relacionadas ao rompimento dessas duas barragens.

Dando um exemplo de como este aparato técnico-normativo não reflete a realidade dos riscos, as três barragens da Samarco em Mariana (Fundão, Germano e Santarém) tiveram sua estabilidade garantida pelo auditor da empresa VogBR, em auditoria realizada em junho de 2015, e a Secretaria Municipal de Meio Ambiente ratificou este parecer dias depois (MILANEZ; LOSEKANN, 2016).

As questões legislativas também se configuram como um campo de disputas onde as mineradoras utilizam o forte poder econômico para garantir vantagens para o setor, em detrimento da segurança das populações e ambientes e da distribuição realmente significativa, em termos proporcionais, dos benefícios angariados com a exploração mineral. As disputas em torno do Novo Código da Mineração se estendem desde 2013 e seu processo tem sido marcado pelo forte *looby* do setor mineral (SILVA; ANDRADE, 2016)

De uma maneira geral, o sistema normativo e o controle e fiscalização das barragens mostraram-se ineficazes para evitar que essas catástrofes acontecessem. Segundo Mansur, Wanderley, Milanez e colegas (2016, p. 36), “[...] a inação do Estado, no que diz respeito a um entendimento amplo e democrático da matriz de disposição e recuperação de rejeitos de mineração no Brasil, provoca uma armadilha de elevação exponencial dos riscos [...]”.

Neste contexto, os desastres provocados pela Vale, Samarco e BHP na região sudeste são compreendidos como desastres tecnológicos porque

“[...] as operações de disposição de rejeitos na indústria extrativa mineral (IEM) no Brasil [...] constituem uma opção tecnológica determinada por incentivos de mercado [...] práticas corporativas inadequadas e intensificadoras de riscos socioambientais e da inação estatal no que concerne à fiscalização e ao controle (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2015 *apud* MANSUR; WANDERLEY; MILANEZ *et al*, 2016, p. 35)

A construção de argumentações contrárias e favoráveis ao setor minerador, é um tipo de disputa que mobiliza novas subjetividades e de diferente paradigmas de conhecimento e ação.

## 5 | A CONSTRUÇÃO DO IMAGINÁRIO SOCIAL

O poder econômico da mineração mobiliza os governos, as pessoas e os imaginários em torno de promessas e recompensas bastante sedutores. Embora o que se deixa para populações e governos locais seja irrisório em relação aos lucros angariados pelas corporações e seus acionistas e às perdas sofridas por populações e ecossistemas, mesmo assim as cifras financeiras movimentadas são grandes o suficiente para gerar forte dependência econômica em relação à atividade mineradora.

Neste contexto, os movimentos sociais de resistência ao sistema minerador vigente

disputam enquadramentos e narrativas em torno da veracidade dos benefícios materiais supostamente trazidos pela mineração e em torno dos ideais de desenvolvimentos possíveis, ou do tipo de desenvolvimento almejado e seus limites.

Dentro do padrão de desenvolvimento econômico dominante, a mineração utiliza como argumentação paralela ao do crescimento econômico a presença dos derivados de sua atividade em praticamente todos objetos do dia a dia, utilizados por todas as pessoas, sendo, portanto, um dos contra-argumentos mais frequentemente utilizado pelos que defendem esta atividade econômica para desqualificar a crítica dos opositores.

Para apresentar esta linha argumentativa frequentemente presente nas interações e disputas discursivas em torno do tema, um vídeo<sup>1</sup> compartilhado no canal do Instituto Minere<sup>2</sup> encarna esta visão de mundo de maneira eloquente. No *lettering* de abertura, uma pergunta resume o argumento, interpelando o espectador: “você já imaginou o mundo sem mineração?”

Nas cenas seguintes, o casal que protagoniza os filmes é apresentado em um cenário de cidade europeia. Um plano de detalhe mostra o parafuso se despregando da parede e a prateleira caindo, situações em que os metais deixam de existir são apresentados em intensidade crescente: as letras de um jornal se desfazem, a aliança derrete na mão, papel de parede se descola, uma mesa desmonta, entra outras cenas no mesmo padrão. Em um crescente apocalíptico, os prédios históricos da cidade desabam, carros desmontam, as cordas dos instrumentos de uma orquestra se rompem em um ápice dramático que antecede a visão de fim do mundo utilizada pelos realizadores.

Em um cenário de deserto e ruínas, pessoas nuas batem com pedras no chão, mobilizando um imaginário bastante clichê de retorno à idade da pedra. A fisionomia do casal também encarna o clichê de humanos primitivos, de cabelos grandes e desgrenhados, sendo que a mulher também traz uma expressão caricata de ignorância ou loucura um tanto intrigante. O homem havia encontrado um espelho e ela demonstra insatisfação com sua aparência, talvez para completar a utilização de todos estereótipos, até os desnecessários para o argumento da mineração.

Este vídeo leva ao extremo a dramatização da dependência do modelo hegemônico da civilização contemporânea em relação a mineração em uma narrativa típica do ponto de vista dos que participam da cadeia de *commodities* na posição de consumidores. Todos os personagens são brancos, as cidades e os cenários das primeiras cenas são ricos, um mundo perfeito, literalmente sustentado, em suas estruturas, pela mineração e bem distante do cenário de desolação das cavas e dos rejeitos do terceiro mundo.

Mas o olhar que se propõe se volta para as disputas em torno do enquadramento dado ao fato de que o modo de vida ocidental é completamente dependente da mineração.

---

1 <https://youtu.be/uSlcbVUEa7o>

2 Instituto que oferece cursos de capacitação voltados para o setor mineral. No vídeo e nos comentários não existe informação sobre a autoria do mesmo.

Para alguns, esta constatação é argumento para continuar como está, independente da insustentabilidade do modelo minerador e da iminência de exaustão dos estoques de matéria prima. Para outros, isso é motivo para defender outras propostas de desenvolvimento.

Enrique Leff (2007, p. 124) delinea o conceito de uma racionalidade ambiental, que se distingue da racionalidade capitalista em um processo de confrontação de interesses opostos “[...] arraigados em estruturas institucionais, paradigmas de conhecimento e processos de legitimação que enfrentam diferentes agentes, classes e grupos sociais [...]”. Esta racionalidade se fundamenta na ideia de adaptação, em vez de se apoiar nos ideais de domínio da natureza nos quais se apoiam os pressupostos de desenvolvimento capitalista e os paradigmas da ciência moderna.

Importante ter em mente, porém, que os movimentos sociais que disputam os enquadramentos socioambientais relacionados à mineração e seus desastres, nem sempre têm um caráter ambientalista. Com as devidas diferenciações relacionadas à identidade de cada coletivo, geralmente, os atores envolvidos não têm a questão ambiental como um único núcleo de onde se articulam as mobilizações, mas como um dos importantes fatores mobilizadores das disputas.

Mariestella Svampa (2012, p. 22) percebe os conflitos socioambientais como relacionados ao acesso e controle dos recursos naturais e dos territórios, que envolvem diferentes atores, com valores e interesses diferentes em contextos de grande assimetria de poder. A autora percebe que as lutas socioambientais na América Latina têm se configurado no que ela denominou de ‘giro ecoterritorial’, definido como: “[...] emergência de uma linguagem comum que dá conta do cruzamento inovador entre a matriz indígena-comunitária, defesa do território e discurso ambientalista [...]”. Estes fatores são percebidos como marcos comuns da ação coletiva, que funcionam como esquemas de interpretação alternativos e como produtores de uma subjetividade coletiva.

Joan Martinez Alier (2005, p. 2) levanta a seguinte questão: “[...] Em qualquer conflito ecológico-distributivo, podemos perguntar: quem tem ou se dá o poder de determinar quais são as linguagens de valoração pertinentes? [...]”. Compreende-se que este poder é sempre um objeto de disputa, embora a assimetria das forças econômicas ou políticas frequentemente atuem para ofuscar perspectivas concorrentes.

Nas redes que disputam os enquadramentos socioambientais relacionados à mineração no Brasil, percebe-se uma forte herança proveniente de uma das primeiras vozes que se levantou contra o modelo de exploração mineral e que conseguiu repercutir enquadramentos de oposição. Carlos Drummond de Andrade nasceu em Itabira, Minas Gerais, lugar em que foi fundada a Companhia Vale do Rio Doce. Ele viu a paisagem de sua infância ser transportada nos trens da mineradora e atuou em oposição aos impactos da atividade e ao imaginário de desenvolvimento promovido pela mesma, associado à ideia de vocação mineral da região (WISNIK, 2018).

A poesia de Drummond tem sido amplamente utilizada pelos movimentos sociais,

autores e grupos de pesquisas, entre outros afetados pela mineração que anseiam repercutir em linguagem poética a angústia do enfrentamento à mineração. Os versos da 'Lira itabirana' foram publicados originalmente em 1984 e soaram como uma profecia aos desastres do século XXI:

O Rio? É doce. / A Vale? Amarga. / Ai, antes fosse / Mais leve a carga. // Entre estatais / E multinacionais, / Quantos ais! // A dívida interna. / A dívida externa / A dívida eterna // Quantas toneladas exportamos / De ferro? / Quantas lágrimas disfarçamos sem berro. (ANDRADE, 1984)

Percebe-se que os núcleos-chaves dos enquadramentos permanecem os mesmos. O peso da mineração, os poderes que suplantam qualquer desejo de autodeterminação das populações locais, as *commodities* e a dívida externa. Nas redes sociais, o poema 'Lira Itabirana' foi inserido em diversos *posts* sobre o tema. Entre inúmeras publicações que utilizaram este poema, após o rompimento da barragem da Vale em Brumadinho, o comitê Em Defesa dos Territórios Frente à Mineração, publicou na rede social *Facebook*, o *post* abaixo:

**Em Defesa dos Territórios Frente a Mineração**  
24 de fevereiro de 2019 · 🌐

**#SOLIDARIEDADE A BRUMADINHO**

Nas estrofes do Poeta Drummond vai a dor de quem viu a vida de seus parentes e amigos ceifadas em nome do lucro da exportação de minério de ferro.

"Quantas toneladas exportamos  
De ferro?  
Quantas lágrimas disfarçamos  
Sem berro?"

(Carlos Drummond de Andrade, 1984)

**#30 dias do Crime da Vale em Brumadinho (MG)**

Que cada vítima da Vale em Brumadinho receba o nosso abraço solidário. E saibam que continuaremos juntos, na luta pela garantia dos seus direitos e pela criminalização de cada um dos culpados por esta tragédia.

**#ForçaBrumadinho**

**“QUANTAS TONELADAS EXPORTAMOS DE FERRO QUANTAS TONELADAS LÁGRIMAS DISFARÇAMOS SEM BERRO?”**

Carlos Drummond de Andrade, 1984  
**#30 DIAS DO CRIME DA VALE EM BRUMADINHO (MG)**

👍👎👉👊 710      17 comentários 290 compartilhamentos

Figura 1



A atuação, interação e construção de contraenquadramentos ao discurso da mineração tem se dado em redes com as características descritas por Svampa (2012, p. 20) na definição do que ela chamou de “novos movimentos socioambientais” ou “redes e movimentos socioterritoriais”, que se dão pela articulação de diferentes atores, engajados em diálogos de saberes “[...] caracterizado tanto pela elaboração de um saber especialista independente dos discursos dominantes (um saber contraespecialista), assim como pela valorização dos saberes locais, muitos deles de raízes indígenas-camponesas [...]”.

Segundo esta autora, estas redes têm gerado linguagens de valoração relacionadas à territorialidade, desenvolvimento e natureza divergente do discurso ecoeficientista e desenvolvimentista hegemônico, “[...] ao contrário da visão dominante, no marco do giro ecoterritorial os bens naturais não devem ser compreendidos como *commodities*, isto é, mera mercadoria [...]” (SVANPA, 2012, p. 24).

Neste processo, o giro ecoterritorial tem resultado na construção de “[...] marcos comuns de ação coletiva, que funcionam como estruturas de significação e esquemas de interpretação contestatórios ou alternativos [...]” (SVANPA, 2012, p. 27). Este repertório de significação tem o potencial de desenvolver importantes capacidades mobilizadoras, agendar novos temas, definir linguagens, criar *slogans* e palavras de ordem, enquanto orientam uma dinâmica interativa para a produção de novas subjetividades, além de produzir repertórios argumentativos, construídos por meio de pesquisas, publicações e outros meios de divulgação, que disputam a construção dos enquadramentos relacionados ao tema.

Na publicação do MAB apresentada abaixo, as informações levantadas pelo grupo de pesquisa Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade (PoEMAS) foram apresentadas em uma linguagem acessível e visualmente atraente no *Facebook* do MAB, promovendo a divulgação de informações contextualizadas que apresentam as tragédias da mineração como eventos recorrentes, contribuindo para a desconstrução do enquadramento que as percebe como acidentes ou fatalidades.



Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)

9 de novembro de 2016 · 🌐

|MARCAS DA LAMA|

O rompimento de Fundão não parece ser um caso isolado no contexto das barragens de rejeitos. O grupo Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade (PoEMAS), formado por acadêmicos de diversas universidades brasileiras, levantou sete rompimentos de barragens nos últimos trinta anos, apenas no estado de Minas Gerais. Além dos danos ambientais, esses desastres resultaram na morte de 15 pessoas.

Confira o especial do Brasil de Fato: <http://bit.ly/2eLiFyn>

#1AnoDeLamaELuta



Figura 2

A diversidade dos atores envolvidos nos conflitos socioambientais também reflete a amplitude dos impactos provocados pelo setor minerador e delinea o caráter de múltiplas identidades e cosmovisões que dialogam na construção dos enquadramentos de ação coletiva, promovendo linhas argumentativas que se somam às perspectivas de outros atores e grupos sociais.

Os dois desastres aqui abordados afetaram comunidades indígenas. No Rio Doce, foram atingidos os Krenak, que vivem tradicionalmente à beira do rio e no desastre iniciado em Brumadinho a comunidade Pataxó Hã Hã Hãe foi impactada. Na publicação apresentada na Figura 3, realizada pelo comitê Em Defesa dos Territórios Frente à Mineração, apresenta-se uma ação de protesto na qual os Krenak fecham a ferrovia da Vale e a participação destes atores promove o enquadramento de defesa da natureza como sagrada. A fala do líder indígena Geovani Krenak defende esta cosmovisão integrada e holística, quando defende que: “Com a gente não tem isso de nós, o rio, as árvores, os bichos. Somos um só, a gente e a natureza, um só [...] Morre o rio, morremos todos”.



Figura 3

Neste contexto de diversidade, as disputas se fazem, também, em torno de valores humanísticos e da incomensurabilidade das perdas e impactos sofridos. Em depoimento à Comissão externa da Câmara dos Deputados, realizada semanas após o crime-desastre iniciado em Brumadinho, o presidente da Vale, Fábio Schvartsman afirma que a empresa é uma “joia” e que “[...] não pode ser condenada por um acidente, por maior que tenha sido a tragédia” (BOLDRINI; MORAES, 2019). Várias narrativas em resposta a este depoimentos foram empreendidas pelos mais diversos atores. O MovSAM, publicou o grande texto apresentado abaixo, no qual contrapõem os valores defendidos pelas populações aos valores expostos pelo presidente da Vale.

**Movimento pelas Serras e Águas de Minas**  
26 de fevereiro · 📍

\*Schvartsman, você está errado. Não é a Vale quem julga quem é ou não uma joia

A minha mãe, Malu, é que era uma joia brasileira. Todo mundo que fala dela lembra-se do seu sorriso, da sua bondade. Da sua bravura de leoa quando mexiam com a família dela. A Malu foi levada pela lama tóxica que a Vale derramou lá em Brumadinho. A onda lá na pousada devia ter uns 10 a 12 metros e velocidade de 80 km por hora.

Foram com ela Adriano, Camila, Luiz, Fernanda, Lorenzo: cinco joias, de futuro longo, violentamente interrompido no dia 25 de janeiro. Foram com eles outras 300 ou mais pessoas-joias: pais, filhos, netos, avós, sobrinhos, tios, irmãs.

Todos eles deixaram de existir em um intervalo de minutos. Eu nunca vou esquecer o tamanho do vazio que senti quando vi o local do desastre com os meus próprios olhos...

O estado de Minas Gerais é uma joia. Com suas lindas montanhas e rios —como o Paraopeba, que morreu. Com seus cidadãos e suas belas comunidades como a de Brumadinho —completamente traumatizada, com futuro incerto e arrancado de suas raízes, da sua história.

Joia é a cultura indígena, como aquela comunidade no morto rio Paraopeba que chora a sua existência suspensa e a perda de seu sustento e da sua natureza.

Joias são os nossos heróis bombeiros de Minas Gerais e de todo o país que dia após dia enfrentam um futuro incerto que a lama tóxica traz, condições perigosas e difíceis de trabalho. Tive o prazer de conhecer membros do Gost Curitiba, que abriu mão de algumas horas de sono quase não disponíveis para conversar conosco, para que pudéssemos mostrar a nossa gratidão.

Tudo isso não para trazer sobreviventes, mas para trazer aos familiares, como eu, o conforto de ter um corpo para velar, para carregar para a eternidade com um mínimo de dignidade. Eu ainda não tive esse conforto.

Joias são as equipes de médicos-legistas que trabalham dia e noite incansavelmente nos nossos familiares perdidos. Trabalham com corpos e fragmentos de corpos nos mais variados estados de decomposição. Trabalham para dar a eles seus nomes de volta, devolver-lhes sua história, tirá-los da temida lista (que confiro todos os dias) dos desaparecidos de Brumadinho.

Trabalham para nos dar mais respostas, embora as mais importantes ainda fiquem...

Joias são os voluntários que abandonaram suas vidas para prestar apoio às comunidades afetadas, aos bombeiros convaléscidos, e distribuir doações, abraçar, dar amor. Porque eles não se conformam, porque eles choram por todos nós.

Uma empresa não é joia só por trazer empregos e dinheiro. Uma empresa-joia lidera guiada pelo norte da ética, do respeito à vida e ao meio ambiente. E a Vale, hoje, não é essa empresa. Vidas não podem mais ser risco calculado, danos colaterais de uma estratégia falida.

Fabio, hoje não é a Vale quem julga quem é e quem não é uma joia. Somos nós que julgamos. A voz de Brumadinho, Fabio, é nossa. Essa é a nossa história.

E, por último, mas não menos importante, levante-se da próxima vez que houver minuto de silêncio pelos nossos mortos. Seria uma demonstração melhor de respeito às nossas joias brasileiras.

Patrícia Borelli

Filha de Maria de Lurdes Da Costa Bueno, desaparecida em Brumadinho\*  
Via Em Defesa dos Territórios Frente a Mineração



WWW1.FOLHA.UOL.COM.BR

**Schvartsman, você está errado**

A minha mãe, Malu, é que era uma joia brasileira. Todo mundo que fala...

👍👎🗨️ 75

58 compartilhamentos

Figura 4

O episódio não poderia ser mais emblemático dos extremos a que se pode chegar a discrepância de valores e enquadramentos. O presidente da Vale ultrapassou um limite de valorização dos negócios que provavelmente não seria aceito em um posicionamento institucional mais planejado. Sua justificativa insensível de apresentar a empresa como uma jóia, dias depois que quase trezentas pessoas perderem suas vidas, ainda é complementado com a insistência em classificar o crime como um acidente.

Um choque de valores tão extremo não costuma ser explícito em situações mais cotidianas, porém uma série de enquadramentos bastante aceitos conformam o imaginário coletivo, especialmente nos assuntos relacionados às questões econômicas e aos padrões de desenvolvimento. Parâmetros macroeconômicos, como o PIB, por exemplo, além de não contabilizar trabalhos não remunerados realizados na família ou na comunidade, principalmente por mulheres, computa de forma positiva recursos provenientes da comercialização de recursos não renováveis, quando seria coerentes que tais explorações fossem vistas como um processo de descapitalização (ALIER, 2011).

A ideia de atribuir valor monetário às riquezas naturais não renováveis mostra-se inconsistente diante de uma análise não reducionista do mundo real. Um exemplo citado pelo autor se refere à tentativa de contabilização de serviços que a natureza nos proporciona

ao concentrar os minerais utilizados pela nossa civilização. Segundo Alier (2011, p. 54), os ecólogos industriais propõem cálculos para este custo energético, porém:

[...] a tecnologia para criar tais depósitos de minério simplesmente não existe. Assim sendo, as cifras disponíveis a respeito dos valores monetários aplicados aos serviços ambientais disponibilizados de forma gratuita pela natureza carecem de coerência metodológica (COSTANZA et al, 1997). São úteis, por outro lado, para estimular o debate sobre como 'levar em conta a natureza'.

A economia ecológica “[...] observa a economia como um subsistema de um ecossistema físico global e finito [...]” (ALIER, 2011, p. 45). Portanto, o princípio da compensação e da substituição é percebido como ineficaz porque alguns bens naturais são insubstituíveis. Considera-se também que “[...] a vida e a dignidade humana possuem dimensões mais profundas que a valoração monetária [...]” (ALIER, 2011, p. 45).

Para dar conta dessa complexidade, a economia ecológica se articula com a ecologia política, que se ocupa dos conflitos ecológicos distributivos. Neste contexto, percebe-se que os valores monetários atribuídos às externalidades negativas ou aos serviços ambientais “[...] são uma consequência de decisões políticas, pautas de propriedades e da distribuição da renda e do poder [...]” (ALIER, 2011, p. 209). Ou seja, a atribuição de valores deve ser percebida como um exercício de poder político, exacerbado quando este poder é utilizado para simplificar a complexidade, descartando-se perspectivas socioculturais diversas.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Drummond Carlos. **Lira Itabirana**. Jornal Cometa Itabirano, 1984. Disponível em: <https://movimentorevista.com.br/2019/08/lira-itabirana/>. Acesso em 21/02/2021.

ALIER, Joan Martinez. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. SP: Contexto, 2011.

ALIER, Joan Martinez. **Los conflictos ecológicos-distributivos y los indicadores de sustentabilidad**. Barcelona: Universidad Autònoma de Barcelona, 2005.

BENFORD, Robert D.; SNOW, David A. *Framing processes and social movements: an overview and assessment*. Annu. Rev. Sociol. 2000. 26:611–39

BLUMER, Herbert. *Symbolic Interactinism: perspective and method*. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, 1984(1969).

BODRINI, Angela; MORAES, Fernando Tadeu. **Presidente da Vale diz que empresa é uma joia e não pode ser condenada**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/02/presidente-da-vale-diz-que-empresa-e-uma-joia-e-nao-pode-ser-condenada.shtml>. Acesso em 20/02/2021.

CAMPOS, Carolina Moura. **Audiência na Câmara dos Deputados: comissão geral sobre Brumadinho, 13/02/2019, de 1h10min a 1h17min**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QFMt3qPgLOY>. Acesso em: 03 mai. 2019.

COX, Robert. *Environmental communication and the public sphere*. 5ª Edição. London: Sage Publications, 2018.

LEFF, Enrique. *Epistemologia ambiental*. São Paulo: Cortez, 2007.

MANSUR, Máira Sertã; WANDERLEY, Luiz Jardim; MILANEZ, BRUNO *et al.* **Antes fosse mais leve a carga**: introdução aos argumentos e recomendações referente ao desastre da Samarco/Vale? BHP Billiton. In: ZONTA, Márcio; TROCATE, Charles. **Antes fosse mais leve a carga: reflexões sobre o desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton**. Marabá: Ed. iGuana, 2016.

MILANEZ, Bruno; LOSEKANN, Cristiana. **Desastre no Vale do Rio Doce**: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição. RJ: Folio Digital: Letra e Imagem, 2016

MILANEZ, Bruno; MAGNO, Lucas; SANTOS, Rodrigo. **Minas não há mais: avaliação dos aspectos econômicos e institucionais do desastre da Vale na bacia do rio Paraopeba**. Juiz de Fora: Poemas, 2019.

SILVA, Jarbas Vieira; ANDRADE, Maria Júlia Gomes. **Introdução**. IN: MILANEZ, Bruno; LOSEKANN, Cristiana. **Desastre no Vale do Rio Doce**: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição. RJ: Folio Digital: Letra e Imagem, 2016

TROCATE, Charles; COELHO, Tádzio. **Quando vier o silêncio**: o problema mineral brasileiro. SP: Fund. Rosa Luxemburgo, Expressão Popular, 2020.

SVAMPA, Maristella. **Consenso de los commodities, giro ecoterritorial y pensamiento crítico en América Latina**. Disponível em: <http://maristellasvampa.net/archivos/ensayo59.pdf> Acesso em: 10/02/2021.

WISNIK, José Miguel. **Maquinação do mundo**: Drummond e a mineração. SP: Ed. Schwarcz, 2018.

ZHOURI, Andréa; VALENCIO, Norma; OLIVEIRA, Raquel. **O desastre da Samarco e a política das afetações**: classificações e ações que produzem o sofrimento social. SP: Cienc. Cult. vol.68 no.3, 2016

ZONTA, Márcio; TROCATE, Charles. **Antes fosse mais leve a carga: reflexões sobre o desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton**. Marabá: Ed. iGuana, 2016

# CAPÍTULO 6

## SOCIEDADE DE CONSUMO E A POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS: CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS

*Data de aceite: 02/05/2022*

*Data de submissão: 08/03/2022*

### **Ana Cristina Bagatini Marotti**

Universidade Federal de São Carlos – UFSCar  
São Carlos-SP  
<http://lattes.cnpq.br/0882292538928826>

### **Juliano Costa Gonçalves**

Universidade Federal de São Carlos – UFSCar  
São Carlos-SP  
<http://lattes.cnpq.br/1803562162325019>

### **Cristine Diniz Santiago**

Universidade Federal de São Carlos – UFSCar  
São Carlos-SP  
<http://lattes.cnpq.br/2054503151318666>

### **Erica Pugliesi**

Universidade Federal de São Carlos – UFSCar  
São Carlos-SP  
<http://lattes.cnpq.br/6736386099280623>

### **Luiza de Lima Neves**

Universidade Federal de São Carlos – UFSCar  
São Carlos-SP  
<http://lattes.cnpq.br/2226821354604207>

### **Aline Chitero Bueno**

Universidade Federal de São Carlos – UFSCar  
São Carlos-SP  
<http://lattes.cnpq.br/5418452950310799>

**RESUMO:** Considerando a geração de resíduos sólidos como desafio, tendo em vista que é intrínseca às atividades humanas, ainda que

seja urgente a necessidade de repensá-la, assim como os hábitos de consumo da sociedade contemporânea, a realidade é que existem, na esfera nacional e mundial, crescentes incentivos ao consumo, como o uso disseminado de bens descartáveis. A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) declara, dentre os seus objetivos (artigo 7º), a proteção da qualidade ambiental, a não geração de resíduos sólidos e o estímulo à adoção de padrões sustentáveis de produção e consumo de bens e serviços. A PNRS também afirma, em seu artigo 9º, que “na gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, deve ser observada a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos”. Entretanto, o panorama atual, caracterizado por uma sociedade de consumo ou ainda, uma sociedade de descarte, é pautado na geração exacerbada de resíduos, o que já vai na contramão da primeira prioridade da política: a não geração. Desta forma, fica a questão: até que ponto a não geração significa uma negação da sociedade de consumo ou uma sociedade de consumidores? A partir de uma análise da sociedade de consumo e de consumidores o presente trabalho realiza uma reflexão sobre os modelos de produção e consumo da sociedade contemporânea correlacionando-os com alguns objetivos e com a proposta de prioridade da PNRS. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental a partir de estudos de casos dos Planos Municipais de Resíduos Sólidos (obrigatórios aos municípios com mais de 20 mil habitantes) que necessariamente devem conter

suas propostas de não geração de resíduos. Os resultados apontam para a necessidade de melhor reflexão sobre um ponto essencial da PNRS que é pouco comentado e tematizado na sociedade contemporânea.

**PALAVRAS-CHAVE:** Política Nacional de Resíduos Sólidos. Não Geração. Gestão de Resíduos Sólidos. Sociedade de Consumo.

## CONSUMER SOCIETY AND THE NATIONAL SOLID WASTE POLICY: CONVERGENCES AND DIVERGENCES

**ABSTRACT:** Considering waste generation as a challenge, since it is intrinsic to human activities, and even though it is urgent to rethink it, as well as other consumption inhabits of the contemporary society, the reality is that we face worldwide growing incentives to consumption, such as the widespread use of disposable goods. Aiming at facing this challenge, in 2010 the Brazilian Waste Policy was enacted, declaring, among its goals (7<sup>th</sup> article) the protection of environmental quality, the prevention of waste generation and the stimulus to adopt sustainable patterns for production and consumption of goods and services. The Brazilian Waste Policy also declares in its 9<sup>th</sup> article that in waste management the following hierarchy must be observed: prevention, reduction, reuse, recycling, treatment and adequate environmental final disposal of rejects. However, the current panorama is distinguished as a consumer society or a discard society, based on an exacerbated waste generation, in the opposite direction of the first priority of the Brazilian Waste Policy – prevention. The question stands: to what extent does prevention mean a denial of the consumer society or a society composed by consumers? This paper presents a reflection on the production and consumption models of the contemporary consumer society, relating them with goals and the hierarchy proposed by the Brazilian Waste Policy. The method was documental and bibliographic research, analyzing Municipal Waste Management Plans, mandatory for cities with more than 20 thousand inhabitants. These documents, used as case studies, should contain waste prevention proposals. The results show the need for a deeper reflection on this essential Waste Policy hierarchy priority, little discussed in the contemporary society.

**KEYWORDS:** National Solid Waste Policy. Prevention. Waste Management. Consumer Society.

## 1 | INTRODUÇÃO

A velocidade do crescimento das populações urbanas e aumento da concentração populacional intensificam os impactos adversos sobre o meio ambiente.

Nesse contexto, para melhorar a sustentabilidade ambiental urbana, é preciso compreender estão relacionados o consumismo, a degradação de recursos naturais, a gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, a poluição e contaminação do ar, da água e do solo (DODMAN, MCGRANAHAN & DALAL-CLAYTON, 2013).

Considerando o consumo como elemento central de análise, neste artigo, o estudo da sociedade de consumo, envolve o entendimento, para Bauman (2007), das questões de liquidez, obsolescência, desapego e descarte. O bem consumido se transforma em



resíduo em algum momento. O incentivo ao consumo (e a conseqüente mudança de hábito de consumo que tal incentivo promove) produz o aumento da geração de resíduos. Atualmente, no modelo adotado no Brasil há a utilização de processos de produção, consumo e descarte, que geram grandes quantidades de resíduos, e, culminam no acúmulo destes, muitas vezes descartados de forma inadequada, aumentando riscos ambientais e à saúde pública, se tornando questão necessária a ser discutida para a gestão pública, responsável e minimizadora de danos ambientais e sociais. Assim, a necessidade de normatizar políticas públicas que tratem sobre a gestão dos resíduos sólidos se tornou evidente.

Buscando enfrentar este desafio, foi promulgada em 2010 a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), principal marco normativo e legal da gestão de resíduos no Brasil. O trâmite legal da PNRS perpassou 20 anos e quando promulgada foi considerada tardia, devido a necessidade de promulgação de uma política voltada à gestão de resíduos e suas abrangências, que reunisse o arcabouço legal existente e até então dissipado (JURAS, 2012; NETO & MOREIRA, 2010).

Como principais disposições trazidas pela PNRS podem-se destacar a ordem de prioridade a ser adotada para a gestão e gerenciamento de resíduos, descrita em seu artigo 9º: “não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos”.

Apesar destas disposições, enfatiza-se que o panorama atual brasileiro e mundial é caracterizado por uma sociedade de consumo ou ainda, uma sociedade de descarte, pautada na geração exacerbada de resíduos. Como uma sociedade de consumo pode realizar a não geração?

O presente trabalho realiza uma reflexão sobre os modelos de produção e consumo da sociedade contemporânea correlacionando-os com alguns objetivos e com a proposta de prioridade da PNRS.

Este trabalho incorpora uma linha de pesquisa em desenvolvimento e, portanto, uma investigação que ainda está em andamento, voltada à correlação entre consumo, não geração e as disposições da Política Nacional de Resíduos Sólidos e sua forma de instrumentalização nos Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS).

## **2 | MARCO TEÓRICO/MARCO CONCEITUAL**

### **2.1 A sociedade de consumo**

Desde a origem do ser humano, a necessidade de consumir é evidenciada pela natureza do indivíduo. Com o seu desenvolvimento, o homem buscou novas formas de se apropriar (consumir) de mais recursos, e para isso surgia a necessidade de se conquistar novos espaços.

O homem é o principal agente de modificações no território. Buscando a completa independência da natureza, criou uma infinidade de tecnologias capazes de (re)organizar o território. Este novo tipo de sociedade criada, onde já predominava a valoração de todos os bens ali presentes, também contribuiu para o aumento de rejeitos das atividades realizadas, sejam dos processos de obtenção de insumos quanto nos de suas transformações (BERRÍOS, 2007, p. 83).

No contexto histórico, as origens da sociedade que rege suas ações focadas no consumo (diferentemente da anterior, voltada ao trabalho), se dão a partir do século XV, que marca os movimentos europeus que impulsionaram a Revolução Industrial (RI), processo que se iniciou no século XVIII mantendo-se até o XIX, fortalecendo o acúmulo de capital e o aumento da produção (GODECKE et al., 2012), devido a três fatores que mais influenciaram durante a RI: aceleração do processo de urbanização; aumento consumo de recursos naturais pelo processo de produção em série e as modificação dos hábitos de consumo (SOUZA FILHO; RIQUE NETO; GOUVEIA, 2013, p. 6).

Mike Featherstone (1995) indica que a cultura de consumo envolve três perspectivas. A primeira compreende o aumento da produção capitalista de produtos originando acúmulo de bens e a expansão de locais de compra e consumo. A segunda é a relação de satisfação envolvida pelos bens devido à vinculação de *status*, utilizando-se das mercadorias para criar seus vínculos. A terceira envolve a celebração da conquista dos bens por serem considerados sonhos alcançados (FEATHERSTONE, 1995, p. 31).

Zygmunt Bauman defende a ideia de que vivemos em uma sociedade estritamente consumista, na qual, segundo o autor, a liquidez dos vínculos caracteriza uma condição humana na qual predominam o desapego e a versatilidade em meio à incerteza (BAUMAN, 2007). Este tipo de sociedade, chamada de “sociedade de consumo”, é característica do mundo desenvolvido, em que a oferta excede geralmente a procura, os produtos são normalizados e os padrões de consumo estão massificados (TASCHNER, 2010).

Tal sociedade tende a levar uma “vida líquida”, que segundo Bauman é a forma de vida a ser levada frente uma “líquido-moderna”, em que as condições mudam rapidamente, ou seja, em um tempo mais curto do que o necessário para sua consolidação, além das reações e estratégias se tornarem obsoletas de forma acelerada, na qual os autores não têm o tempo suficiente de aprender com suas experiências, sendo cada vez mais difícil fazer previsões futuras baseadas em experiências anteriores (BAUMAN, 2007).

Em suma: a vida líquida é uma vida precária, vivida em condições de incerteza constante. [...] A vida líquida é uma sucessão de reinícios, e precisamente por isso é que os finais rápidos e indolores, sem os quais reiniciar seria inimaginável, tendem a ser os momentos mais desafiadores e as dores de cabeça mais inquietantes. Entre as artes da vida líquido-moderna e as habilidades necessárias para praticá-las, livrar-se das coisas tem prioridade sobre adquiri-las (BAUMAN, 2007, p. 8).

Dessa forma, a geração de resíduos em sociedades deste nível é proporcionalmente

maior.

Além disso, a necessidade da substituição dos objetos de consumo é eminente, gerada devido a defasagem a que esse objeto é submetido, que pode ocorrer de diversas maneiras, de forma que não se torne mais desejável ou satisfatório. Tal estratégia de rápida obsolescência das mercadorias é impulsionada pela publicidade insistente e pela rápida rotatividade de designs, além da ânsia pelo aumento da contabilização do lucro que instaura as práticas de consumo pautadas nas novidades desejadas e na difamação do mais antigo (BAUMAN, 2008, p. 31).

Neste contexto a obsolescência programada se insere, podendo ser explicada como “uma programação para se tornar obsoleto”, insinuando ao consumidor o desejo de comprar algo novo antes do necessário, sendo considerada a força-motriz da sociedade de consumo. Tal necessidade de consumir constantemente, seja por vida útil curta dos produtos, ou por serem considerados ultrapassados e fora de moda, é imposta com a justificativa de crescimento econômico e geração de empregos, sendo, na realidade, uma tática para reduzir a vida útil dos produtos, aumentar as vendas e conseqüentemente os lucros (FERREIRA; BARBOSA, 2015).

A necessidade da intensa rotatividade dos bens também é impulsionada pela “destruição criativa”, que perpassa a necessidade das pessoas se manterem sempre atualizadas, a fim de tentar acompanhar a frenética dos lançamentos e inovações, tudo para não pertencer ao grupo dos atrasados, antiquados, desatualizados, para os quais o destino é o mesmo dos objetos, o lixo. Portanto, a “destruição criativa”, é a forma como caminha a vida líquida, que atravessa destruindo outros modos de vida e as pessoas que as praticam (BAUMAN, 2008). A maneira com que o consumidor lida com a insatisfação presenciada em sua rotina diária é através do descarte dos objetos que a causam, substituindo-os por novos que o satisfaçam. Dessa forma, o que é caracterizado como defasado perde seu valor, tendo o lixo como sua única destinação cabível. Assim, o desperdício relacionado ao aumento da geração de resíduos se torna consequência direta de um fetichismo subjetivo que intermedia a sociedade de consumo (BAUMAN, 2008, p. 31).

Com a liquidez e obsolescência instauradas na sociedade de risco, a mesma se torna refém de um sistema de remoção de resíduos e rejeitos, que atua na mesma velocidade com que os bens são substituídos e descartados. Assim, a qualidade de vida de seus membros, ou até mesmo a sobrevivência de tal sociedade fica condicionada à eficiência do seu sistema de coleta (BAUMAN, 2008, p. 31; BAUMAN, 2007, p. 9).

Cabe a reflexão de quem são as pessoas que irão se manter no ciclo infundável da atualização, do moderno, das tendências, e quem são as pessoas que conseguirão outros modos de vida, seja por opção ou por não acompanhar a vida líquida. Segundo Bauman (2007, p. 10), as pessoas que têm maior chance de não ir para o “lixo social” são aquelas pertencentes ao “topo da pirâmide do poder global” e citando Jacques Attali, afirma que, em graus variados, tais pessoas dominam tal liquidez da vida, vivendo a partir de “valores

voláteis, descuidadas do futuro, egoístas e hedonistas” e rodeadas de ligações frouxas. Entretanto, Bauman também afirma que os membros da pirâmide em si, tem um fator em comum: todas são afetadas por problemas de identidade.

Percebendo o consumo como “um ato privado em que não se reconhece nenhuma consequência para além da vida privada daqueles que o praticam”, a pessoa, ou seja, o consumidor, atua de forma pontualmente privada no desempenhar esta ação quanto constituição de sociedade. O ser humano tem seu papel social reduzido apenas ao de consumidor, em detrimento de outros papéis sociais que desempenha. Tal limitação tem intrínseca relação com as mudanças sociais e culturais da sociedade, uma vez que sua valorização, como membro da sociedade, fica vinculada superficialmente ao seu consumo e aos seus bens (DA SILVA, 2014, p. 15).

Portanto, a pessoa que de forma aprisionadora e restrita é identificada apenas como consumidor, encontra-se numa situação de valoração pautada nos bens que possui e no estilo de vida que ostenta, pois isso identifica seu padrão social e seu valor total, desconsiderando quaisquer outras atribuições e valores pessoais (DA SILVA, 2014, p. 18).

## **2.2 A problemática socioambiental**

A massificação do consumo no século XX, ajudou a intensificar ainda mais a geração de resíduos, como visto anteriormente. Os resultados do seu mau gerenciamento dos resíduos são encontrados em todas as escalas espaciais e refletem na qualidade das águas, na biodiversidade, nas mudanças climáticas do planeta, entre tantos outros.

A disposição inadequada em lixões, por exemplo, evidencia um problema social e de desigualdade de distribuição de renda, quando uma parcela da população busca nestes locais sua fonte de renda, ou até restos de alimentos para sobrevivência. Os resíduos e rejeitos também estão diretamente relacionados à saúde pública quando proliferam doenças ou vetores de doenças (como ratos e insetos). A gestão ineficiente de resíduos sólidos envolve coleta insuficiente, tratamento inexistente e disposição incorreta, sendo um perigo iminente à saúde humana, animal e vegetal (BRASIL, 2010).

A amplitude dos impactos diretos e indiretos que os resíduos e rejeitos criam ultrapassam fronteiras municipais, estaduais e nacionais. Esta dimensão dos danos e dos riscos envolvidos apresenta a necessidade de criar uma gestão eficiente dos resíduos, com soluções integradas, a partir de uma visão sistêmica, considerando as variáveis ambientais, sociais, culturais, econômicas, tecnológicas e de saúde pública. A cadeia de geração de resíduos envolve os atos de produção, consumo, reciclagem e disposição final, e esta ligada aos aspectos culturais, aos valores e hábitos da sociedade atual. É fundamental iniciar e aprofundar a ação e a reflexão sobre esta temática.

## **2.3 A política nacional de resíduos sólidos**

Como marco legal que norteia as políticas públicas que introduzem as questões

ambientais no Brasil podem-se destacar o artigo 225, capítulo IV, da Constituição de 1988 que ressalta que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 1988). Tal artigo serviu de embasamento para as demais legislações ambientais brasileiras, juntamente com a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), Lei nº 6.938/1981, que trouxe constatações importantes acerca de sua descentralização, incumbindo maiores responsabilidades para os entes federativos de unidades territoriais menores. Além disso, a PNMA serviu como modelo de estrutura e regimento para futuras leis ambientais, como é o caso da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), Lei nº 12.305/10, que traz princípios, objetivos e instrumentos relativos a gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos no país (BRASIL, 2010).

Apesar da Política Nacional de Resíduos Sólidos datar de 2010, outras políticas públicas e requisitos legais que fomentam e norteiam a gestão e o gerenciamento de resíduos sólidos já existiam anteriormente, porém de forma dissipada e diluída, problema resolvido com a promulgação desta nova política. Um exemplo de dissipação do conteúdo legislado sobre resíduos se encontra Política Federal de Saneamento Básico (PFSB), Lei nº11.445/07, que foi promulgada três anos antes da PNRS, que claramente aborda a questão dos resíduos sólidos de forma mais ampla, devido à grande abrangência dos serviços que compõem o saneamento básico, sendo eles: abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo das águas pluviais, e o objetivo da lei ser abranger todos esses tipos de serviço, e não restritamente os relacionados aos resíduos (BRASIL, 2007).

Vale ressaltar que a promulgação da Lei nº 12.305/10 é considerada tardia. Com início em 1989, o projeto de lei só chegou à Câmara de Deputados em 1991 com sua posterior aprovação em 2010, mais de 20 anos depois (JURAS, 2012; NETO & MOREIRA, 2010). A figura abaixo, construída por Santiago (2016) a partir do histórico da Política Nacional de Resíduos Sólidos disponibilizado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), elenca os principais acontecimentos relevantes a esta tramitação no âmbito legislativo.

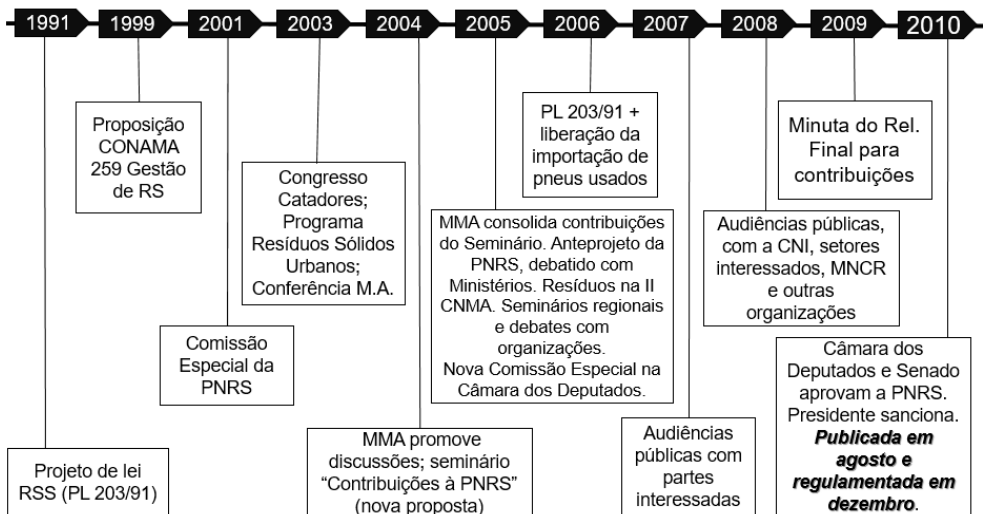


Figura 1. Linha do Tempo da Política Nacional de Resíduos Sólidos (SANTIAGO, 2016 - Baseado em: Política Nacional de Resíduos Sólidos: Linha do Tempo, MMA. BRASIL, 2015)

Siglas: RSS – Resíduos de Serviços de Saúde; PL – Projeto de Lei; RS – Resíduos Sólidos; MA – Meio Ambiente; MMA – Ministério do Meio Ambiente; CNMA – Conferência Nacional de Meio Ambiente; CNI - Confederação Nacional das Indústrias; MNCR – Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis.

Dessa forma é possível salientar a importância dos debates precedentes à aprovação da PNRS, em forma de congressos, conferências e programas, que influenciaram nas discussões e contribuíram para o texto final da referida política.

Apesar da citada burocracia referente à sua promulgação e da ainda frequente discussão acerca da implementação de seus instrumentos, a PNRS é considerada um marco legislativo na área de políticas públicas ambientais. Ela trouxe o caráter integrado para seus regimentos, além do incentivo à cooperação dos entes federativos e demais esferas da sociedade, e a responsabilidade compartilhada na gestão e gerenciamento dos resíduos sólidos, definindo ordem de prioridade para ações e recursos que envolvem tal gerenciamento, sendo considerada um modelo para os demais países da América Latina (JURAS, 2012; GODOY, 2013).

A responsabilidade de considerar e validar o conjunto de diretrizes trazidas pela PNRS pertence a todos os entes da sociedade, o que é fomentado pelos princípios da cooperação e da responsabilidade compartilhada e pelo incentivo à gestão integrada de resíduos, todos ressaltados pela política. Dessa forma, ninguém é isento do envolvimento em questões que tratam de gestão adequada dos resíduos, sendo, de forma integrada, responsabilidade de todos se envolverem em tal ação, a fim de torná-la mais sustentável.

Partindo dessa premissa, considera-se que a Lei nº 12.305/10 aspira promover modificações em diversos setores da sociedade, incentivando um novo modelo de

produção e consumo (KALIL; EFING, 2013). Na PNRS, a questão de produção e consumo é abordada pelo artigo 7º, que contempla os objetivos da lei, o qual incentiva o consumo sustentável de forma geral, e em seu inciso XV, ressalta a adoção de padrões sustentáveis de produção e consumo além, de incentivar os governos a fazerem aquisições e contratações governamentais que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis. Também, no Art. 30º, que trata da responsabilidade compartilhada, inciso V, há a menção de “estimular o desenvolvimento de mercado, a produção e o consumo de produtos derivados de materiais reciclados e recicláveis” (BRASIL, 2010).

De forma indireta, a PNRS também respalda o consumo e produção mais sustentáveis de forma complementar através do princípio do direito à informação e ao controle social, que surge a partir da vulnerabilidade encontrada, tanto por parte do consumidor, quanto do meio ambiente. O consumidor se encontra em tal situação devido à dificuldade de acesso à informação e seu congelamento de ação perante o controle da produção. Já o meio ambiente, devido a capacidade suporte de sua preservação, envolvendo esgotamento de recursos, diminuição de diversidade, resistência e resiliência de ecossistemas e demais elementos que constituem o equilíbrio ecológico de manutenção da vida, e sua fundamental preservação para futuras gerações (KALIL; EFING, 2013).

De forma geral, é meritório que a PNRS aborde os meios de produção e consumo atuais mesmo que isto não esteja explícito em suas atribuições, transcendendo a visão restrita de gestão de resíduos. Portanto, a reflexão acerca da modernidade, dos meios de produção e da sociedade de consumo e suas inter-relações se fazem importantes a fim de repensar atitudes cotidianas, valorações que a sociedade e a indústria impõem aos cidadãos, bem como os impactos ambientais e sociais destas ações e demais conseqüências a médio e longo prazo.

### **3 | METODOLOGIA**

A metodologia da presente pesquisa se baseou em pesquisas bibliográficas e documentais. A pesquisa bibliográfica se deu a partir dos conceitos de sociedade de consumo e consumismo, gestão de resíduos sólidos e a Política Nacional de Resíduos Sólidos. A pesquisa documental foi pautada na análise do documento da Política Nacional de Resíduos Sólidos, visando compreender a forma com que os aspectos de não geração são incorporados à estrutura textual da política, o que implica em suas determinações e instrumentos, traçando a forma de ênfase e fomento dada à esta questão, além de melhor compreender a correlação de consumo, geração e gestão de resíduos.

Em um segundo momento, foi utilizado um Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS), como exemplo de aplicação da PNRS a partir da priorização estabelecida por esta política.

## 4 I ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A Política Nacional de Resíduos Sólidos, como principal normativa legal de gerenciamento de resíduos em âmbito nacional brasileiro, elenca ações em ordem de prioridade, que devem ser consideradas para a gestão e o gerenciamento de resíduos sólidos no país. Tal ordenança de prioridade está localizada no artigo nono da lei:

Art. 9º Na gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, deve ser observada a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos (BRASIL, 2010).

A gestão e o gerenciamento dos resíduos sólidos devem, portanto, ser norteados a partir de ações que promovam, em primeira instância, a não geração dos resíduos. Tal fator influencia, inevitavelmente, no atual modelo de produção e conseqüentemente, na geração de resíduos (KALIL; EFING, 2013).

A reutilização e reciclagem de materiais são práticas que também auxiliam no combate à não-geração de resíduos. Por fim, em um cenário ideal, é esperado o remanescente de apenas rejeitos, que devem ser destinados corretamente de acordo com sua periculosidade, com as alternativas viáveis e com os regimentos da gestão em vigor de sua área ou setor pertencente.

Vale ressaltar que tal hierarquia de gerenciamento descrita também é compartilhada por outros países, o que indica sua aceitação internacional. A legislação da União Europeia, por exemplo, ressalta em seu artigo 4 da Diretiva 2008/98/CE, que a ordem de prioridade para se articular o gerenciamento de resíduos deve ser a de prevenir, reduzir, reutilizar, reciclar, valorizar (e. g. valorização energética) e eliminar (União Européia, 2008).

### 4.1 A não geração na política nacional de resíduos sólidos

A não geração é a principal prioridade da gestão de resíduos sólidos, de acordo com a PNRS. Sua definição não está descrita na política, não havendo um marco legal que defina seus limites de implementação e gestão, ou seja, que estabeleça abrangência do seu conceito. A ausência de definição e delimitação do conceito cria um terreno de complexidade, principalmente por estar inserida em um contexto de priorização em relação à compreensão de redução, reutilização e reciclagem.

A partir deste cenário, propõe-se a conceituação de não geração como “algo que não se transforma em resíduo, podendo ter uma dimensão qualitativa e quantitativa”.

A não geração, ao se comparar os demais conceitos, não pode ser entendida como sinônimo de redução, reutilização e nem reciclagem. No entanto, associada a ações fomentadas por estes termos, possibilita discutir o consumo responsável, decisões de diminuição da extração e produção e até o não consumo, uma vez que todos os elementos citados estão vinculados e interligados pelo elo da lógica da produção capitalista.

A fim de melhor compreender a estruturação destes conceitos com embasamento



da PNRS, elaborou-se o esquema apresentado na Figura 2.

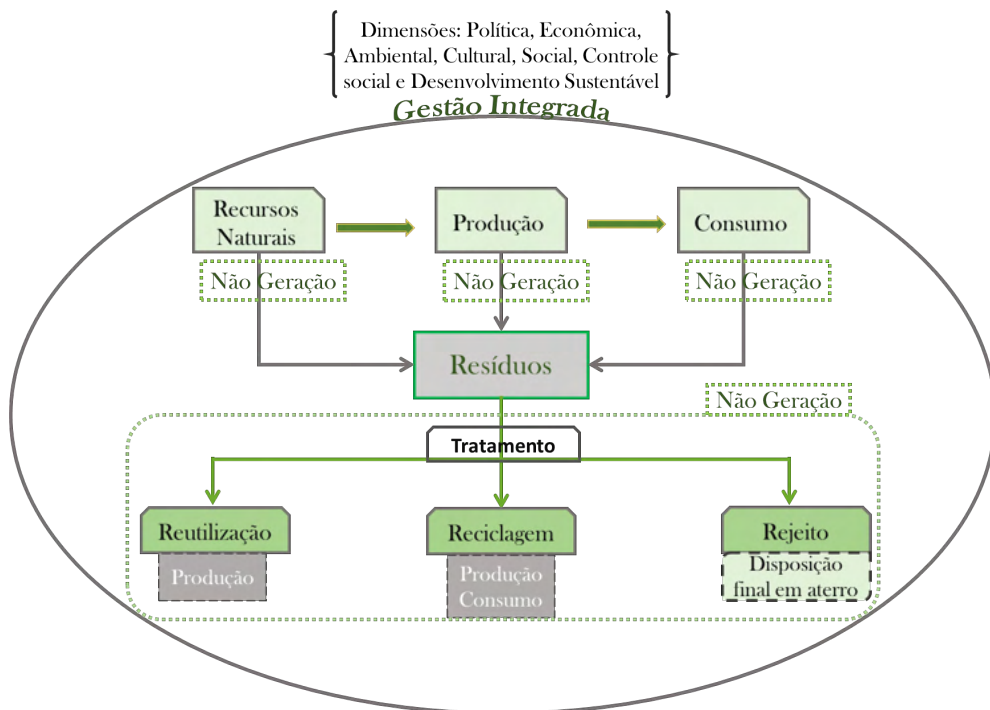


Figura 2 – A não geração de forma esquemática no conteúdo da PNRS.

A partir da figura esquemática de representação acima, compreende-se que o processo de formação do resíduo perpassa pela extração de recursos naturais, pelo processo de produção e pelo consumo, sendo que em qualquer destas etapas é passível a geração de resíduos.

Após a geração dos resíduos, os mesmos podem passar por etapas de tratamento e serem encaminhados para reutilização e reciclagem, desde seja tecnológica e economicamente viável tal ação. Os não forem tecnológica e economicamente viáveis serão dispostos em aterros sanitários já denominados rejeitos.

As ações de não geração podem ser incluídas em diversas etapas de todo este processo, como demonstrado no esquema, nas etapas de extração de recursos, de produção, consumo, que resultam na aplicação de não geração também nos processos posteriores de tratamento, reutilização, reciclagem e disposição final.

Sendo assim, a aplicação da não geração, conceito prioritário para a gestão de resíduos segundo a PNRS, pode estar presente de diversas formas, permeando várias estações de geração de resíduos, e, de forma cooperada com as demais etapas de gerenciamento, compõe as ações voltadas á gestão integrada de resíduos, que por sua

vez, considera dimensões política, econômica, ambiental, cultural, social, propiciando o controle social, com vistas ao desenvolvimento sustentável.

Como exemplo de utilização do conceito de não geração analisamos o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) de Campinas/SP, município com 1.080.113 habitantes (IBGE, 2010). O Quadro 1, abaixo, apresenta a análise do referido PMGIRS.

Município	Não geração
Campinas	<b>A não geração é citada como objetivo específico do Plano, mas não há propostas de ações ou metas com o objetivo da não geração.</b> No item IV.3. Metas quantitativas, Ações e Prazos, a não geração de resíduos é proposta apenas para geradores de RCC, os quais devem traçar metas de redução ao elaborarem os Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos.

Quadro 1 – Análise da Não Geração do PMGIRS do município de Campinas

Fonte: autores.

A PNRS estabelece um conteúdo mínimo para os PMGIRS que não explicita ações de **não geração**. Esta ausência não parece ser mero esquecimento. Há um claro propósito em deixar em aberto as ações de não geração que ficam restritas a políticas pouco explícitas ou meras citações da priorização da PNRS sem maiores explicações de como realizar e operacionalizar tais priorização.

## 5 | CONCLUSÃO

À guisa de conclusão, a sociedade de consumo incentiva a criação de uma relação consumista com as mercadorias e com as pessoas. Nesta sociedade tudo é produzido para o consumo e tudo vira resíduo com a mesma velocidade e na mesma proporção.

Esta sociedade é insustentável!

Para melhorar a gestão dos resíduos sólidos no Brasil foi promulgada a PNRS. Mesmo que haja problemas para a efetivação de seus instrumentos, a PNRS é um importante avanço. Ela deve ser fortalecida pela sociedade à medida que seu controle social seja aumentado. Para isto é fundamental conhecer a PNRS e estudar e refletir sobre suas relações, avanços e desafios.

Fica claro, que a sociedade de consumo e a PNRS não estão atuando em direções opostas como a idéia de não geração poderia deixar transparecer em um primeiro momento. Ao colocar uma prioridade sobre as quais não há exigências, a priorização da não geração fica enfraquecida e é deixada de lado.

Para finalizar, este trabalho terá continuidade com a análise de outros PMGIRS que permitirão fortalecer e expandir as análises e conclusões aqui realizadas.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. p. 292.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.445 de 05 de janeiro de 2007. **Política Federal de Saneamento Básico**. Brasília, 2007. D.O.U. de 08/01/2007, p. 1.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.305 de 02 de agosto de 2010. **Política Nacional de Resíduos Sólidos**. Brasília, 2010. D.O.U. de 03/08/2010, p. 2.

BAUMAN, Zygmunt, (1925). **Vida Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

\_\_\_\_\_, (1925). **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadorias**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

DA SILVA, Claudio Luiz Vieira. **Meio Ambiente e Gestão dos Resíduos Sólidos: Estudo sobre o Consumo Sustentável**. 2014. Trabalho apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Economia e Meio Ambiente no curso de Pós-graduação em Economia e Meio Ambiente - Departamento de Economia Rural e Extensão, Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

DODMAN, David; MCGRANAHAN, Gordon; DALAL-CLAYTON, Barry. **Integrating the environment in urban planning and management: key principles and approaches for cities in the 21st century**. Nairobi: United Nations Environment Programme (UNEP), 2013. Disponível em: <http://goo.gl/dc8krU>. Acesso em 30 maio 2016.

FEATHERSTONE, Mike. **Cultura de consumo e pós-modernismo**; tradução Julio Assis Simões. São Paulo: Studio Nobel, 1995. (Coleção cidade aberta. Série megalópolis).

GODECKE, Marcos Vinicius et al. O Consumismo e a geração de resíduos sólidos urbanos no Brasil. **Rev. Elet. em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental**, v(8), nº 8, p. 1700-1712, set-dez, 2012

GODOY, Manuel Baldomero Rolando Berríos. Dificuldades para aplicar a Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos no Brasil. **Caderno de Geografia**, v. 23, n. 39, p. 1-12, 2013.

JURAS, I. A. G. M. **Legislação sobre Resíduos Sólidos: comparação da Lei 12.305/2010 com a legislação de países desenvolvidos**. Consultoria Legislativa da Câmara de Deputados. Brasília. Abr 2012.

KALIL, Ana Paula Maciel Costa; EFING, Antônio Carlos. Política nacional de resíduos sólidos: por uma nova racionalidade no consumo. **Revista Direito Ambiental e sociedade**, v. 3, n. 2, p. 31-52, 2013.

NETO, Paulo Nascimento; MOREIRA, Tomás Antonio. Política Nacional de Resíduos Sólidos: reflexões acerca do novo marco regulatório nacional. **Revista Brasileira de Ciências Ambientais**, São Paulo, v. 15, p. 10-19, 2010.

SANTIAGO, Cristine Diniz. **Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos: Desafios locais na implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos**. 2016. 169f. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) – Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Departamento de Ciências Ambientais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016.

SOUZA FILHO, José Farias de Souza Filho; RIQUE NETO Júlio; GOUVEIA, Valdiney Veloso. Lixo e Comportamento: a interdisciplinaridade da Política Nacional de Resíduos Sólidos. **InterScientia**, João Pessoa, v.1, n.1, p. 2-24, jan/abr. 2013.

TASCHNER, Gisela. **Cultura do consumo, cidadania e movimentos sociais**. Ciências Sociais Unisinos, São Leopoldo, Vol. 46, N. 1, p. 47-52, jan/abr 2010.

UNIÃO EUROPEIA. **Diretiva 2008/98/CE do parlamento Europeu e do conselho relativa aos resíduos**. Acesso dia 19 de Novembro de 2008. Disponível em: < <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32008L0098&from=EN>>.

# CAPÍTULO 7

## SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO

*Data de aceite: 02/05/2022*

### **Adelcio Machado dos Santos**

Doutor em Engenharia e Gestão do Conhecimento (UFSC). Pós-Doutor em Gestão do Conhecimento (UFSC). Docente e pesquisador nos Programas de Pós-Graduação “Stricto Sensu” em Desenvolvimento e Sociedade e em Educação da Uniarp Florianópolis (SC) Brasil

**RESUMO:** A Sociologia integra o grupo das ciências sociais que estudam os seres humanos e sua complexa vida social. No Brasil, todo o desenvolvimento da história da ciência sociológica evidencia sua ligação com a educação e sua importância no contexto educacional. A sociologia da educação possui a função de realizar o estudo sobre as condições sociais da educação, tratando do estudo dos fenômenos educacionais em seu aspecto social, com base em conceitos, temas, e métodos que tem sua origem na sociologia em geral. A Sociologia da Educação destaca a transmissão da cultura por meio da educação, bem como a mútua influência entre a educação e os grupos sociais, as instituições sociais, a estratificação social, o controle social, o desvio social, o desenvolvimento social, a mudança social etc. Todos estes aspectos da Sociologia da Educação evidenciam sua importância no contexto educacional. A natureza social do processo educativo e as relações íntimas e orgânicas que existem entre a escola e a sociedade colocam em relevo a grande importância que a Sociologia da

Educação possui para a formação do educador. Ao estudar a Sociologia da Educação, entra-se em contato mais profundo com a realidade pedagógica e social, possibilitando a verificação da influência que os fatores sociais exercem sobre o processo educativo. Com isso, percebe-se a relação existente entre os fatos sociais e os fatos pedagógicos. A percepção da interação que ocorre entre fatores sociais e processo educativo amplia a cultura geral e proporciona uma visão mais nítida e penetrante acerca do fenômeno educacional.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação; sociologia; socialização.

### **SOCIOLOGY OF EDUCATION**

**ABSTRACT:** Sociology integrates the group of sciences which study human beings and their complex social life. In Brazil, the whole development of sociological science demonstrates its connection with education and its importance in the educational context. Sociology of education has the function of performing the study about social conditions of education, considering the study of educational phenomena in its social aspect, based on concepts, topics and methods which have their origin in sociology in general. Sociology of Education highlights the transmission of culture through education, as well as the mutual influence among education and social groups, social institutions, social stratification, social control, social deviation, social development, social change, etc on... All these aspects of Sociology of Education highlight its importance in the educational context. The social nature of the educative process and its

intimate and organic relations which there are between school and society bring the relevance of the great importance that Sociology of Education has in the formation of an educator. When one studies Sociology of Education, he makes a deeper contact with the pedagogical and social reality, make it possible to verify the influence social factors have on educative process. With that, it is possible to notice the relation there is among social facts and social facts. The perception of the interest which occurs between social factors and educative process widens general culture and provides a clearer and more penetratin vision of the educational phenomon.

**KEYWORDS:** Eudcation; sociology; socialization.

## INTRODUÇÃO

A Sociologia integra o grupo das ciências que estudam os seres humanos e sua complexa vida social. As ciências humanas nasceram em decorrência da diversidade de aspectos que permeiam a convivência humana. Todas essas possuem em comum o objeto material, isto é, o estudo do ser humano como ser social e de diferenciam pelo objeto formal, isto é, a forma como são estudados os aspectos específicos da vida social humana.

Por ser uma ciência, a realidade sociológica é observada sob um aspecto científico, com base em um procedimento metódico e os diversos temas são vistos sob um ponto de vista sistemático. Cabe ao sociólogo encarar o seu objeto de estudo como ele é e, por isso, a Sociologia constitui uma ciência especulativa que espelha a realidade tal qual ela é, embora possam surgir deformações originadas de posições ideológicas dos cientistas sociais, sustenta Pessoa (2001).

A Sociologia ocupa uma posição de destaque em meio às ciências sociais, sendo que se caracteriza pela sua grande abrangência tendo como objeto material o ser humano como ser social e como objeto formal o estudo realizado sob os prismas da forma como tais seres humanos se agrupam e interagem entre si.

Desta forma, a Sociologia estuda todo o processo de interação social e os agrupamentos dos seres humanos. Em outras palavras o objeto de estudo da sociologia envolve a sociedade humana, sua estrutura básica, a coesão e a desintegração dos grupos, a transformação da vida social. Porém, não basta um conjunto de indivíduos para que se obtenha a vida social. É necessário que esses indivíduos interajam, se relacionem, convivam, tenham interesses comuns, vivam de acordo com normas comuns.

De acordo com Pessoa (2001) no conteúdo da sociologia é possível verificar como o indivíduo, através de sua socialização, se transforma de ser biológico em ser social, interiorizando a cultura, aprendendo o comportamento social padronizado e compartilhado pelos demais membros de sua sociedade.

A Sociologia identifica também os *status* sociais, ou seja, as posições que os indivíduos têm nos grupos sociais, bem como o comportamento em cada *status*, denominado de papel social. A posição do *status* de um indivíduo é sempre relativa à posição ocupada

por outras pessoas. O papel social constitui o conjunto de funções que cada indivíduo desempenha em consequência do *status* que ocupa.

Outro aspecto abrangido pela Sociologia são as formas como os seres humanos se agrupam nos grupos sociais, nos agregados sociais, nas categorias sociais, nas comunidades e nas sociedades. Por outro lado, a sociologia enfoca, as camadas sociais estratificadas e a mobilidade social no interior da sociedade. Além disso, ela ainda analisa outro aspecto muito importante da vida social: a mudança social.

Toda a organização da sociedade e as relações de interação que os indivíduos estabelecem entre si estão, de certo modo, ligados a determinadas instituições ou organizações também desenvolvidas pelos indivíduos. Uma destas instituições é a instituição educacional, a qual constitui uma forma de interação entre os seres humanos e, acima de tudo, de formação dos cidadãos que farão parte da sociedade. Logo, também a instituição de ensino e a própria atividade educativa são objetos de estudo da Sociologia.

## UM POUCO DE HISTÓRIA DA SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO

O estudo dos fatos sociais é algo muito antigo, que remonta ao surgimento dos primeiros grupos humanos, visto que sempre houve a preocupação com a melhor maneira de se organizar para alcançar os objetivos de sobrevivência. No entanto, como afirma Piletti (1991), apenas no século XIX que a Sociologia passou a constituir-se como ciência autônoma e independente.

Para Mazza (2002) a história da sociologia no Brasil pode ser traçada com base em sua relação com o campo educacional, considerando-se a maneira como a sociologia chegou ao Brasil e o investimento empreendido por vários cientistas sociais, em diferentes momentos de suas carreiras.

As primeiras tentativas de introdução da sociologia no Brasil ocorreram através de sua inserção nos currículos dos cursos secundários. Antes de 1920 já haviam sido tomadas algumas iniciativas para a introdução da sociologia, na forma de sociologia da educação nos cursos secundários, com forte orientação positiva, ou seja, buscando-se uma análise objetiva para a compreensão da realidade.

A década de 1930 pode ser considerada mais promissora para a sociologia, pois já no ano de 1931 a reforma do ensino manteve a sociologia no curso secundário e no currículo dos cursos de preparatórios para o ensino superior (pré-jurídico, pré-médico e pré-politécnico). Entre os anos de 1933 e 1935 a nova ciência enriquece o ensino superior, passando a integrar o currículo de diversos cursos superiores.

Destarte, pode-se afirmar que a sociologia no Brasil se desenvolveu fundamentada na aplicação da mesma na área educacional. Isso se deve ao fato de que, conforme Mazza (2002) acreditava-se que a sociologia juntamente com outras disciplinas, poderia definir rumos renovadores à educação nacional, particularmente valendo-se da formação de

professores com novos conhecimentos e uma nova moral.

Certamente, a possibilidade de pressentir na educação, em geral, e, particularmente na pedagogia, um campo promissor para a construção da teoria sociológica e para a aproximação dos movimentos de proposição e de intervenção no processo de reconstrução da República tenha influenciado a história da sociologia no Brasil, do mesmo modo como ocorreu na França.

A compreensão sociológica da educação configurou-se no Brasil, num primeiro momento, através da associação entre a sociologia e o ensino tendo em vista a instrumentalização da compreensão da realidade social brasileira. Assim, no ano de 1935, Fernando de Azevedo, publicou o livro “Princípios de sociologia”, cujo objetivo consistia em colocar nas mãos de professores e alunos uma obra básica de sociologia. Este e outros livros do autor entenderam a sociologia como a ciência que estuda os fatos sociais, ou seja, acontecimentos que podem ser tomados como coisa visto que independem das vontades individuais.

Com isso, a educação foi entendida como um fato social considerando que possui uma natureza objetiva, exerce um poder coercitivo e desempenha uma função social particular. Nesta linha de pensamento Candido, em 1949, escreveu o artigo intitulado “Sociologia: ensino e estudo” no qual afirma que o estudo e o ensino da sociologia decorrem de fornecer ao estudante os instrumentos de análise objetiva da realidade social.

Todavia, igualmente, deve propiciar ao estudante pontos de vista através dos quais possa compreender o seu tempo, e normas com que poderá construir a sua atividade na vida social. Sendo assim, o ensino e o estudo da sociologia, considerada como disciplina humana, deveriam contemplar a formação de pesquisadores, teóricos e seres humanos capazes de refletir sobre os problemas sociais, contribuindo para uma visão crítica e científica da sociedade.

Já em um segundo momento do desenvolvimento da sociologia da educação, a educação foi tomada como campo de análise sociológica configurando literalmente a sociologia da educação. Em outro artigo, intitulado com o nome de “Tendências no desenvolvimento da sociologia da educação”, redigido no ano de 1955, Candido analisou a evolução dos estudos sociológicos sobre a educação, organizando-os em três linhas de pensamento (MAZAA, 2002).

A primeira destas linhas é a filosófica-sociológica, a qual se caracterizaria por uma reflexão acerca do caráter social do progresso educativo, seu significado como sistema de valores sociais, sua relação com as concepções e teorias do homem. Esse tipo de estudo apresenta-se como fundamento de toda investigação relativa à função sociocultural dos valores e idéias educacionais, porém não esgotou o temário específico da sociologia da educação, uma vez que a transformou numa filosofia sociológica dos fatos educacionais.

A segunda linha compreenderia a pedagógica-sociológica através da qual foi efetuado o estudo dos aspectos sociais da educação a fim de obter-se o bom funcionamento



da escola. A principal contribuição dessa linha de pensamento consistiu na análise das relações entre escolar e meio social imediato.

A terceira linha seria a de orientação sociológica mais definida em que sociólogos e educadores veriam na sociologia educacional um ramo da sociologia e não da ciência da educação. Esta linha beneficiou-se a partir da contribuição das linhas anteriores, sendo que herdou da tendência filosófica a preocupação com a função social da educação e da tendência pedagógica a solução dos problemas práticos.

Esta linha avançou para além das duas anteriores procurando definir um sistema coerente de teorias elaboradas segundo as exigências do espírito sociológico. Deste modo, a sociologia educacional adquiriu um caráter científico e os trabalhos passaram a ser encarados como sociologia aplicada e não como teoria educacional.

O texto de autoria de Florestan Fernandes, produzido no ano de 1963, analisou criticamente “A sociologia da educação como sociologia especial”, descartando a existência das chamadas “sociologias especiais”, como a sociologia educacional. Para ele, tal como acontecia em qualquer ciência, os métodos sociológicos poderiam ser aplicados à investigação e à explicação de qualquer fenômeno social particular, sem que, por isso, se devesse admitir a existência de uma disciplina especial, com objeto e problemas próprios (MAZZA, 2002).

A sociologia da educação conserva seu sentido figurado, relacionado ao objeto que essa disciplina prioriza na análise dos fenômenos sociais, porém a investigação de um fenômeno particular, freqüentemente, envolve o recursos simultâneo às abordagens sociológicas fundamentais. Sob esta perspectiva a sociologia da educação nada mais é do que a educação tomada como campo de análise sociológica.

No entendimento de Mazza (2002) os textos referenciados podem ser considerados como paradigmáticos de um período da história da sociedade e da sociologia brasileira na qual a educação representava um objeto da pesquisa sociológica. Os textos retratam o que a educação representou para a sociologia da década de quarenta a meados da década de sessenta, focalizando o processo educacional sob o ângulo de suas vinculações societárias.

A educação aparecia nas preocupações daquela época vinculadas às intenções de democratização, constituindo um dos dilemas brasileiros. A educação era concebida como instrumento de difusão de uma consciência científica da sociedade e um instrumento de mudança social. Neste contexto, a sociologia aparecia comparecia como um instrumento de diagnóstico da realidade e como um instrumento de consciência social.

Mazza (2002) sustenta ainda que a sociologia que atentou à problemática educacional presentiu uma espécie de processo educativo permanente nas relações sociais em crise. O interesse pelo estudo sociológico da educação permitia, além de desenvolver técnicas sociais que alavancariam mudanças sociais provocadas, a indução de processos de ressocialização dos agentes, por intermédio da escola, como uma forma de afirmação.

Em suma, todo o desenvolvimento da história da ciência sociológica no Brasil evidencia sua ligação com a educação e sua importância no contexto educacional. As indagações formuladas pela sociologia neste período ainda orientam as pesquisas interessadas em mergulhar no conhecimento do país e a dimensão sociológica de pensar a educação brasileira apresenta-se inacabada, por continuar.

## **SOCIOLOGIA E SUA IMPORTANCIA NA EDUCAÇÃO**

A sociologia da educação possui a função de realizar o estudo sobre as condições sociais da educação, ou seja, trata do estudo dos fenômenos educacionais em seu aspecto social, com base em conceitos, temas, e métodos que são da sociologia em geral. No entanto, nos estudos de sociologia educacional são levados em consideração, não só os conhecimentos proporcionados pela sociologia em geral, mas também os conhecimentos fornecidos pelas ciências da educação.

Para Pessoa (2001) a Sociologia da Educação é uma sociologia especial, visto que enfoca a Educação como um fenômeno social. Por conseguinte, ocupa-se da origem social da Educação ou de suas manifestações sociais, do seu conteúdo social, das suas instituições sociais, do seu desenvolvimento social, dos seus condicionantes sociais, da sua função social, dos seus objetivos sociais e dos seus agentes sociais.

Neste sentido, Lenhard (1978) sustenta que a Sociologia da Educação concentra-se naqueles aspectos da sociedade que entram no campo da visão do sociólogo quando este a percebe a partir da posição no sistema educacional. Analisam-se os valores propostos à educação e sua posição no sistema global de valores sociais, os grupos especializados em educação e aqueles que a praticam ao lado de outras funções, as conexões dela com outras instituições, a repercussão da educação no sistema de posições sociais, enfim, tudo aquilo que penetra no horizonte do sociólogo quando observa a educação no contexto da sociedade.

De modo mais analítico pode-se afirmar, sem perder de vista o encadeamento entre os diversos aspectos da vida social, que a sociologia da Educação destaca a transmissão da cultura por meio da educação sistemática, parassistemática e assistemática, bem como a mútua influência entre a educação e os grupos sociais, as instituições sociais, a estratificação social, o controle social, o desvio social, o desenvolvimento social, a mudança social etc.

Além disso, a Sociologia da Educação faz uso dos métodos da Sociologia Geral, procurando adaptar o método escolhido ao objeto de estudo. O método da sociologia consiste basicamente em dirigir indagações à realidade para preencher lacunas do conhecimento; a partir das indagações obtém e interpreta as respostas para localizá-las corretamente no contexto do conhecimento já existente ou para corrigir o que, neste, se revelar errôneo ou imperfeito.

Por conseguinte, o método sociológico parte de uma teoria, ou seja, de um sistema incompleto de conhecimento, formula hipóteses relativas a fatos desconhecidos ou a relações de causa e efeito, ainda não compreendidas. Esforça-se para ser objetiva, procurando excluir, na medida do possível, a deturpação causada pelos desejos e pelas crenças do pesquisador.

Como corretivo as inevitáveis influências, na interpretação dos dados necessita da confrontação das conclusões obtidas por pesquisadores com desejos e crenças divergentes e, sempre que isto seja viável, da quantificação dos resultados. Não obstante, o método sociológico ainda enfrenta, segundo Lenhard (1978), a questão do alcance da generalização admissível, em face das peculiaridades das situações pesquisadas.

É importante ressaltar que a Sociologia da Educação não constitui uma ciência isolada. Ela permanece em constante comunicação com as demais disciplinas e ciências. Por um lado comunica-se com a sociologia geral, extraíndo dela temas, conceitos e problemas sociais; por outro lado, comunica-se com as ciências da educação. Da história da educação ela extrai a relação que há entre os diferentes modos de educação desenvolvidos pelo homem e a ordem social ou o modo de vida dos grupos humanos.

A Sociologia da Educação também está ligada à psicologia educacional. Conforme Saldanha (1980) a idéia de “processo educativo” aparece em ambas as ciências embora variando de sentido. A psicologia educacional trata de condições de vida pessoal do educando e estas condições têm um lado social.

Do mesmo modo a Sociologia da Educação também está relacionada à ciência administrativa, uma vez que não se administra uma escola sem compreensão de aspectos sociais do convívio entre alunos e professores. O mesmo se dá no campo da orientação e a supervisão, que necessitam ter em conta problemas de ajustamento e adaptação de grupos.

Todos estes aspectos da Sociologia da Educação evidenciam sua importância no contexto educacional. A natureza social do processo educativo e as relações íntimas e orgânicas que existem entre a escola e a sociedade colocam em relevo a grande importância que a Sociologia da Educação possui para a formação do educador.

Ao estudar a educação sobre a ótica da sociologia percebe-se como a educação se constitui como um aspecto social. A educação não é um fato simples, mas um complexo de fatos. Ela não se dá dentro de uma pessoa isoladamente, mas ao contrário, vai se processando no convívio com os outros, aos poucos, por intermédio de influências diversas.

Ao estudar a educação é necessário considerar a organização da vida social, que se distribui em grupos maiores e menores (nação, família, etc); é preciso considerar a influência de diversos fatores sobre os hábitos das pessoas. Esse estudo só é possível a partir da Sociologia da Educação.

Pode-se estudar a instituição escolar num sentido estritamente “pedagógico”, e então ela aparece como uma forma de educar, dotada de métodos eficientes ou não,

porém, sociologicamente a escola constitui uma das instâncias que forma o ser humano. Ela é um ambiente de convívio social.

Assim, percebe-se que a aprendizagem depende das influências, do meio e da adequação social da escola. No sentido amplo, afirma Saldanha (1980) a educação não é somente a educação da criança: envolve todos os homens, pois, de certa forma o ser humano passa, na vida, por vários ambientes; recebe diversas influências; aproveita dessa ou daquela maneira a escola.

A Sociologia da Educação compreende um estudo sociológico do processo educativo, e ao mesmo tempo um estudo da instituição escolar. Com isso, ela também tem de lidar com o fenômeno da cultura. A cultura no sentido sociológico, é o conjunto de criações do homem, define Saldanha (1980). Por sua vez, essas criações são frutos de variações históricas, e de fatores geográficos e etnográficos.

Em cada lugar, ou em cada época, a escola, e o processo de aprendizagem refletem a cultura. Assim, por exemplo, a escola entre civilizações primitivas não existia formalmente, sendo que havia entre eles uma rudimentar aprendizagem referente às coisas que os meninos iam aprendendo até ficarem adultos. Entre os povos modernos, passou a existir a escola como lugar específico de aprender com vistas ao complexo mundo em que os homens vivem.

Desta forma, quanto mais complexa a estrutura da civilização, mais complicadas as coisas que os homens precisam aprender para se socializarem, para que possam ser devidamente integrados ao patrimônio de cultura e na vida social da comunidade. Portanto, mais cuidados requer a organização do ensino, necessitando do estudo da Sociologia Educacional.

A educação é o processo que assegura a continuidade e o desenvolvimento da sociedade. Sendo ela uma realidade social, varia no tempo e toma formas diversas no espaço, refletindo sempre toda a escala de valores da respectiva sociedade, de modo que seria possível conhecer a sua estrutura pelo conhecimento da educação.

Se cada povo tem suas características especiais e necessidades próprias, se a sua organização social, política e econômica se transforma, a educação – que se processa em um determinado quadro de instituições – terá de necessariamente variar nos seus ideais, na sua estrutura e nos seus processos, com os graus de mudança atinge a educação.

Com isso, verifica-se que a educação possui uma natureza sociológica, da qual emerge a importância da Sociologia da Educação. No entendimento de Neto (1977) a natureza sociológica do fenômeno educacional está relacionada a alguns fatos que permitem reconhecer na educação um fenômeno social, susceptível de ser tratado cientificamente em seus aspectos peculiares.

O primeiro desses fatos diz respeito à coexistência em cada indivíduo de dois seres que não podem ser separados senão por abstração – o ser “pessoal” e o ser “social”. O ser pessoal possui origem hereditária, formado por todos os estados mentais que se ligam

a cada ser e aos acontecimentos da vida pessoal. Já o ser social consiste em um sistema de idéias, de sentimentos e de hábitos que são expressos no ser humano, não em sua individualidade, mas no grupo do qual faz parte.

Outro fator do qual decorre a natureza sociológica da educação leva em consideração a personalidade. Se esta, em sentido físico, é um dado originário, em sentido social e moral é, porém, algo que necessita ser elaborado, que representa um conjunto de aquisições relativas ao uso que delas se tenha de fazer no grupo a que pertence o indivíduo.

A natureza sociológica da educação também está relacionada ao fato de que as aquisições culturais, que constituem o ser social, são realizadas por um processo de transmissão (educação), pelo qual a sociedade, pela ação das gerações adultas sobre as gerações jovens, garante as condições essenciais de sua existência contínua.

Assim, o fenômeno de educação que consiste, em sua essência, na transmissão de herança social de uma geração a outra, está subordinado às alterações provocadas pelos fatores de mudança intrínseca a dinâmica das culturas. Esse tratamento científico do fenômeno educacional se situa na esfera própria da Sociologia da Educação.

Ao estudar a Sociologia da Educação, os professores entram em contato mais profundo com a realidade pedagógica e social, possibilitando-lhes a verificação da influência que os fatores sociais exercem sobre o processo educativo. Com isso, percebem a relação existente entre os fatos sociais e os fatos pedagógicos.

Além disso, o estudo da Sociologia da Educação também possibilita que os professores se certifiquem da pressão que os regimes políticos comumente exercem sobre a educação popular. Desta forma, adquirem uma visão mais nítida e penetrante dos fenômenos educacionais; ampliam sua cultura geral e o raio dos seus conhecimentos; enfim, ganham uma consciência mais lúcida da sua missão de professores, como educadores e formadores de personalidade.

## **FUNÇÃO SOCIAL DA EDUCAÇÃO**

As funções sociais são inerentes a qualquer sistema social, um vez que toda sociedade é um produto unido resultante de sua história e de suas relações com outras sociedades. Embora sejam muito diversas em razão da peculiaridade de seus contextos culturais, as sociedades apresentam, também, características comuns. Sendo sistemas sociais, necessitam do desempenho de certas funções universais, indispensáveis ao prosseguimento de seu curso.

A educação compreende um dos processos atingidos pelas projeções de alguma dessas funções de caráter universal. E isto se dá com a educação em todas as sociedades. A escola constitui uma das instituições sociais mais importantes desenvolvidas pelo homem. Como instituição, possui uma função social, qual seja a de educar o indivíduo, formar sua personalidade e prepará-lo para o convívio social ou socialização. Assim, a função social

da escola também é objeto de estudo da Sociologia da Educação.

Para Neto (1977) uma das funções de caráter universal que a educação possui consiste em transmitir à cultura, pois todas as sociedades se mantêm devido à manipulação de uma cultura que deve ser aprendida pelo indivíduo. Como consequência da transmissão cultural, a educação possui outra função universal que corresponde à formação de personalidades. Pela transmissão da cultura através de uma amoldagem adequada da personalidade social, a educação contribui à integração da sociedade ou socialização como mecanismo que facilita a adaptação das pessoas ao seu contexto, sua sobrevivência e reprodução.

Neste sentido, Meksenas (1988) sustenta que a escola se propõe o objetivo de preparar os indivíduos para a vida em sociedade ao mesmo tempo em que desenvolve suas aptidões pessoais. A educação como questão nunca deixou de ser analisada pelos sociólogos porque se constitui numa parte integrante da sociedade.

Conforme Neto (1977), o processo de socialização representa uma perspectiva sociológica para compreender-se o que os pedagogos denominam de educação funcional, isto é, aquela que não se controle por expedientes formais, aquela que se recebe naturalmente pelo simples fato de se viver em sociedade. Ao processo de socialização corresponde um processo de aprendizagem de papéis, devido à mera participação nas estruturas sociais. Essa função especial de ensino de papéis complementa a função de conservação e controle que caracteriza as estruturas sociais.

O resultado desse ensino de papéis é o que se denomina processo de socialização. Diante da função manifesta de ensinar e aprender, desde logo aparece um processo de educação. É o processo de aprendizagem de papéis como função manifesta de um educador, que comunica certos conteúdos culturais e um educando em função de um objetivo cultural.

A aprendizagem se cumpre em função de uma integração da pessoa social, qualquer que seja o conteúdo dessa integração. Quando não estiver presente essa função manifesta, apenas existe o processo de socialização. O normal do processo de socialização é a possibilidade de se apreenderem papéis por mera participação nas estruturas sociais. Trata-se de uma função latente que emerge da mera participação em um grupo ou estrutura, sem que possua função manifesta e específica de ensinar e aprender papéis.

Não se pode realizar um processo de educação sem que seja efetuado em forma conjunta e simultânea, um processo de socialização. Entretanto, o contrário é possível, ou seja, pode apresentar-se um processo de socialização sem um processo de educação, visto que no processo de socialização apenas se exige a mera participação em estruturas sociais; e o processo de educação já requer a comunicação de determinados conteúdos culturais em função de meta definida, e com participação da estrutura social especificamente educativa.

Por conseguinte, todo processo de educação traz em si implícito um processo

de socialização, isto é, além da função manifesta de ensinar e aprender, se realiza a função latente de aprendizagem de papéis pelo único fato de participar na estrutura social educativa. A comunicação dos conteúdos culturais no processo educativo destina-se a formação da personalidade do educando.

A personalidade, expõe Pessoa (2001), compreende o conjunto de traços que inclui temperamento, caráter, sentimentos e capacidades. Uma das suas características mais importantes é a individualidade, segundo a qual a personalidade forma um conjunto único, que torna cada pessoa distinta das outras. Esses componentes formam uma estrutura dinâmica, porquanto, mudam com as novas experiências.

A personalidade consiste fundamentalmente numa configuração de respostas que o indivíduo desenvolve como resultado da experiência. O desenvolvimento da personalidade ocorre através da interação dos seguintes fatores: ambiente físico (aspectos climáticos, geográficos, topográficos, etc.), fator biológico (herança hereditária) e fator sociocultural (influência do meio social circundante).

Para Lenhard (1978) o ser humano recém-nascido, que se apresenta como futuro membro da sociedade e conhecedor de sua cultura, começa, por ser, apenas, um organismo, possuindo um potencial de desenvolvimento psíquico, mas não uma “personalidade”, propriamente dita. É humano em um sentido ético, como objeto de valor social e não como sujeito de vontade, conhecimento e capacidade, sendo que é a socialização por meio da educação que faz crescer nele a humanidade ativa.

A educação orienta e organiza o desenvolvimento da personalidade em concordância com os objetivos que a sociedade persegue. A educação possibilita também, conforme os princípios pedagógicos existentes, um meio ou situação de desenvolvimento especial e individual, que da melhor maneira possível põe em manifesto as possibilidades de uma determinada personalidade. Além disso, a educação origina condições para que a personalidade forme e oriente suas atividades.

Todo esse processo educativo possibilita a socialização do indivíduo. Assim, observa-se que a sociologia mantém uma ligação direta com a educação, o que torna de suma importância o estudo da Sociologia da Educação.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A socialização do indivíduo, apesar de poder se proceder fora do contexto educacional da escola, está fundamentalmente ligada a estrutura escolar. As potencialidades do ser humano desenvolvem-se no contexto de um processo de educação e de socialização que transforma o indivíduo, ao mesmo tempo, em um membro da sociedade e em uma personalidade única.

A Sociologia da Educação é de extrema relevância, uma vez que possibilita o entendimento do contexto educacional, situando a instituição escolar e a questão do

ensinar e do aprender dentro de determinada cultura. Deste modo, pode-se compreender os aspectos ou fatores sociais que influenciam no processo educativo adentrando na realidade pedagógica vigente.

Através da disciplina da Sociologia da Educação, que parte dos princípios gerais da sociologia e os aplica à problemática educativa, é possível compreender a relação existente entre os fatos sociais e os fatos pedagógicos. A percepção da interação que ocorre entre fatores sociais e processo educativo amplia a cultura geral e proporciona uma visão mais nítida e penetrante acerca do fenômeno educacional.

## REFERÊNCIAS

LENHARD, Rudolf. **Escola: dúvidas e reflexões**. São Paulo: Moderna, 1998.

LENHARD, Rudolf. **Sociologia educacional**. 4. ed. rev. São Paulo: Pioneira, 1978.

MAZZA, Débora. A história da sociologia no Brasil contada pela ótica da sociologia da educação.

TURA, Maria de Lourdes Rangel (org.). **Sociologia para educadores**. 2. ed. Rio de Janeiro: Quartet, 2002, p.97 – 126.

MEKSENAS, Paulo. **Sociologia da Educação**: introdução ao estudo da escola no processo de transformação social. São Paulo: Loyola, 1988.

NETO, A. Delorenzo. **Sociologia aplicada à educação**. 2. ed. corr. São Paulo: Duas Cidades, 1977.

PESSOA, Xavier Carneiro. **Sociologia da Educação**. 2 ed. São Paulo: Alínea, 2001.

PILETTI, Nelson. **Sociologia da educação**. 11 ed. São Paulo: Ática, 1991.

SALDANHA, Nelson Nogueira. **Sociologia da Educação**. Rio de Janeiro: Aurora, 1980.

SANTOS, Theobaldo Miranda. **Noções de sociologia educacional**. 9. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1964.



## A FORÇA COMUNICACIONAL DO YOUTUBE E O FENÔMENO DE WHINDERSSON NUNES

Data de aceite: 02/05/2022

### Leonardo Gonçalves de Souza

Acadêmico de Publicidade e Propaganda no  
Centro Universitário FAG

### Diego Rafael Munhak

Acadêmico de Publicidade e Propaganda no  
Centro Universitário FAG

### Cristiano de Souza

Docente de Publicidade e Propaganda no  
Centro Universitário FAG

**RESUMO:** Este resumo procura, através de estudos sobre a comunicação em meios eletrônicos (abrangendo assim análises sobre a chamada “cibercultura”), compreender a importância comunicacional do site de transmissão e divulgação de vídeos YouTube e analisar como tal plataforma criou novos parâmetros para o mercado publicitário, alavancando um novo tipo de figura pública, formadora de opiniões e influenciadora de uma geração, elencando o *case* de Whindersson Nunes, personalidade notória do site em questão, para exemplificar o fenômeno.

**PALAVRAS-CHAVE:** YouTube, Cibercultura, Whindersson, Comunicação, Internet.

## 1 | INTRODUÇÃO

É de comum conhecimento que a Internet é um meio de comunicação atual em incessante crescimento. Devido a sua

influência nos patamares socioculturais, torna-se importante realizar uma análise de como, na prática, este meio contribui para o mercado do entretenimento. O resumo a seguir trará para estudo um *site* de forte importância no campo audiovisual *web*: o YouTube. O problema está em responder como a plataforma reconstrói e institui um novo panorama cultural na sociedade contemporânea. A resposta procura trazer esclarecimentos da mecânica comunicativa de um *site* de forte influência cibercultural, explanando como isto interfere nos processos de publicidade, tanto dentro como fora da camada *web*. O assunto tratado tem grande importância no campo comunicacional, pois analisa um fenômeno que transforma alguns padrões promocionais e, conseqüentemente, gera adaptações de métodos publicitários envolvendo pessoas de influência social. Para explicar o tema proposto, o resumo é composto de três etapas: explicar o contexto histórico-social da Internet, explicar em que contexto como surgiu o YouTube e como suas celebridades nele reveladas (como o Whindersson) terminam por modelar o campo comunicacional e publicitário.

## 2 | FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Internet possui uma história imperceptivelmente comprida. Sua criação, no fim da década de 1960 (vide contexto da Guerra Fria), deu-se nos Estados Unidos através da

companhia ARPA (Advanced Research and Projects Agency). O sistema levava o nome de ARPAnet e encarregava-se de interligar laboratórios de pesquisa a bases militares do país, funcionando assim como um método de serviço secreto contra a então inimiga União Soviética. Anos mais tarde, este sistema passou a conectar, junto aos laboratórios, as universidades e centros acadêmicos em geral. Entretanto, o sistema estava restrito a apenas tais locais, assim como suas finalidades eram também limitadas. Muito diferente do que se é visto na atualidade.

No início da década de 1990, surge um indivíduo tido como um dos principais responsáveis em provocar uma transformação no uso da Internet: o inglês Tim Berners-Lee. Uma vez estudante da prestigiada CERN (Organização Europeia para a Pesquisa Nuclear), programou uma bem-sucedida ligação de um hipertexto com a Internet, a fim de facilitar o tráfego e coleta de informações entre pesquisadores. Desta experiência, Tim criou a World Wide Web, sistema de navegação em rede, com a função de visualizar e reunir imagens, textos, sons e vídeos (a chamada hiperídia) através de servidores *web*. Contando com a possibilidade de usuários “comuns” da Internet poderem criar seus próprios documentos e disseminá-los para quem quiser, a partir daí, o avanço foi imprescindível. A técnica se popularizou rapidamente, surgindo nos próximos anos várias empresas provedoras de acesso à Internet. A *web* deixou de ser um serviço restrito à interesses governamentais e passou a ter disponibilidade mundial, para qualquer indivíduo. Entra aí a era da informação, em que o criador de conteúdo é o sujeito comum.

Dentre os mais variados tipos de mídia publicados e disseminados pela Internet, o vídeo tornou-se um dos mais complexos, devido à grande gama de formatos existentes (“mp4”, “avi”, “mov”, “wmv”, dentre outros), *softwares* de reprodução e tamanhos de arquivo.

Neste cenário, surgiram os chamados *video hosting services*, sites onde era possível hospedar e propagar gravações/produções caseiras, ou ainda transmitir conteúdo televisivo e/ou autoral de terceiros. Dentre os vários serviços criados, destacaram-se o Break.com, eBaum’s World, SomethingAwful e Metacafe. Teve seu maior período de uso por volta de 2004 a 2005, época em que profissionais da computação apresentavam um interesse maior em aperfeiçoar os serviços de hospedagem *web*. Outros endereços de grande destaque incluem Dailymotion, LiveLeak e Veoh. Porém, o site mais prosperado e hoje, praticamente onipresente (ao lado do Facebook) no tema de hospedagem de vídeo *web*, é o YouTube. Fundado em 2005 por Chad Hurley, Steve Chen e Jawed Karim, tinha a proposta de oferecer um serviço de disseminação audiovisual em *web* mais facilitado, perante a dificuldade de compartilhar vídeos por e-mail. Em um ano de existência, sua eficiência foi provada por números significativos (mais de 60 mil envios de vídeo por dia e mais de 100 milhões de visualizações por dia), gerando a compra do site pelo Google, em Outubro de 2006. No mesmo ano, o YouTube já promovia contratos de distribuição com gravadoras de porte mundial (Sony BMG, Warner e Universal) e meses depois, parcerias comerciais de canais populares com patrocínio inserido no YouTube. Este estágio representou um

novo tipo de mercado de conteúdo e entretenimento, associado à promoção de marcas. Na medida em que personalidades exibiam audiovisuais que cativavam um público fiel e potencialmente maior a cada publicação, houve aí um senso de colaboração mútua. Companhias de variadas áreas anunciavam seu interesse em provocar um patrocínio em cima do conteúdo de certo canal, funcionando tal ato seja por inserção de algum produto/serviço na “realidade” costumeira do canal (um tipo de *product placement*), ou inserindo um vídeo promocional antes de realmente iniciar o vídeo desejado, ou por anúncio por intermédio dos Anúncios Google. Ao mesmo tempo, os chamados “criadores de conteúdo” (pessoas “comuns”, produzindo entretenimento/contéudo de forma independente), em uma forma de profissionalizar o ofício de envios audiovisuais, faz a colaboração promocional. De tal forma, o criador pode focar em melhorar ainda mais seu próprio “programa” (atraindo mais espectadores e, conseqüentemente, mais marcas) e as companhias em si aproveitam-se da aura influenciadora do criador em cima de seu público, podendo estreitar laços comunicativos com um grupo específico de forma ainda mais eficaz. “[...] as imagens, as palavras, as construções de linguagem entranham-se nas almas humanas, fornecem meios e razões de viver aos homens e suas instituições [...]” (LEVY, 1999, p. 22).

### 3 | METODOLOGIA

Após mais de dez anos de existência do site, o YouTube conta com um número extenso de personalidades muito conhecidas entre um grupo social jovem, preferencialmente. A comunicação promocional consolidou-se de vez no meio, assim como também se profissionalizou o trabalho de criar vídeos periodicamente. Tais criadores, recebedores de patrocínio por intermédio do site, passaram a serem conhecidos como *youtubers*.

Para exemplificar a força deste mercado *web* audiovisual, explica-se aqui o sucesso de um *youtuber* brasileiro, consolidado no momento como a 2ª personalidade mais influente do mundo no YouTube: Whindersson Nunes.

### 4 | ANÁLISES E DISCUSSÕES

O piauiense de 22 anos, presente no site há mais de 3 anos, terminou por conquistar recentemente a marca de 20 milhões inscritos em seu canal. Os fatores auxiliares em seu prestígio são muitos (por vezes indecifráveis); aqui estão descritos os principais. A começar, o rapaz tem um cenário familiar muito simples, um tanto pobre. Sabendo da maioria da população brasileira ser composta por indivíduos de classe “C”, Whindersson sai em vantagem com o público geral do país. Compartilhando de certos aspectos e valores sócio-culturais semelhantes à maior parcela do Brasil, Whindersson estreita este vínculo com seu conteúdo criado, consistindo basicamente de vídeos gravados, em sua maioria, somente ele e a câmera, sem utilização de cenários ou produções sofisticadas (o fundo varia de cômodos de sua casa a quartos de hotel), falando sobre situações típicas

do cotidiano (mais focado em situações embaraçosas, frustrações e comparativos) ou parodiando cenários culturais vigentes no país, sempre em um tom popularmente jocoso e cômico.

Tais qualidades lhe serviram o posto de “influente”, e com isso, contratos publicitários de grande porte vieram a seu favor. O conteúdo promocional varia, sendo um ato de marketing indireto (vídeos sobre algum filme ou evento, na maioria) ou diretamente inserido no canal da companhia patrocinadora, ou ainda com apresentações e eventos encabeçados pelo próprio Whindersson.

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que, no atual momento, o Facebook serve de forte concorrente de conteúdo multimídia frente ao YouTube, o poder comunicacional do último continua provocando panorâmicas distintas de publicidade *web*. O YouTube mantém-se como principal meio de propagação de conteúdo informativo/entretenimento, vide a profissionalização do audiovisual na *web*, ocorrido nesse site.

O universo dos audiovisuais na *web* é imprevisível, pois suas manifestações (parte da cibercultura) não são definidas por grandes companhias, mas por grupos de pessoas “comuns”. Logo, essa cultura de disseminação de vídeos na *web* surge e institucionaliza-se de forma totalmente espontânea e dinâmica, restando às mídias mais tradicionais procurarem estar imersas nesse caldo cultural contemporâneo, já que esse fato está cada vez mais adentrando no cotidiano das novas gerações.

## REFERÊNCIAS

**Classes C, D e E reúnem 68% dos brasileiros.** Disponível em <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,classes-c-d-e-e-reunem-68-dos-brasileiros-imp-,1604195>> Acesso em: 19 out. 2016.

**Conheça a história do site de vídeos YouTube.** Disponível em <<http://g1.globo.com/Noticias/Tecnologia/0,,AA1306288-6174,00.html>> Acesso em: 19 out. 2016.

LEVY, P. **Cibercultura.** São Paulo: Editora 34, 1999.

TAIT, Tania F.C. **Evolução da Internet: do início secreto à evolução mundial. Informativo PET Informática.** Maringá, ago. 2007.

Whindersson Nunes é o segundo youtuber mais influente do mundo. Disponível em <<http://veja.abril.com.br/entretenimento/whindersson-nunes-e-o-segundo-youtuber-mais-influente-do-mundo/>> Acesso em: 19 out. 2016.

Whindersson Nunes, rei do YouTube, das paródias e do stand-up. <<http://tvuol.uol.com.br/video/whindersson-nunes-rei-do-youtube-das-parodias-e-do-standup-04020C9C3664DCC15326>> Acesso em: 19 out. 2016.

**YouTube: a history.** Disponível em <<http://www.telegraph.co.uk/finance/newsbysector/mediatechnologyandtelecoms/digital-media/7596636/YouTube-a-history.html>> Acesso em: 19 out. 2016.

# CAPÍTULO 9

## FOME E MODERNIDADE: DESAFIOS PARA OS PROGRAMAS E POLÍTICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR

*Data de aceite: 02/05/2022*

### **Tania Elias Magno da Silva**

Professora Emérita da Universidade Federal de Sergipe – Professora Colaboradora vinculada ao PPGS – Mestrado e Doutorado em Sociologia. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Itinerários Intelectuais, Imagem e Sociedade – GEPIIS

Trabalho apresentado em 2019 em Toronto/Canadá no Congresso da ISA.

**RESUMO:** Enfrenta-se hoje um duplo desafio em termos de segurança alimentar: Garantir alimento a todos no sentido de acabar com a fome no mundo, que atinge praticamente um bilhão de pessoas e ao mesmo tempo garantir uma alimentação saudável para o número crescente de obesos no mundo, decorrente de uma alimentação calcada em produtos industrializados pobres em nutrientes e ricos em gorduras e açúcares, alimentos processados e ultra processados. A obesidade está presente em todas as camadas da população. A obesidade infantil e adulta é tida por muitos especialistas como uma epidemia que ceifa vidas bem cedo e uma questão de saúde pública. Duas fomes, dois desafios. Afinal de que fome falamos? A dos que não tem o que comer ou a dos que estão morrendo de tanto comer? A fome dos obesos e mal nutridos é menos preocupante? Como implantar políticas públicas e programas de segurança alimentar que garantam o direito a

todos à uma vida saudável se estamos presos aos grilhões dos interesses de oito ou dez oligopólios da indústria alimentar que comandam o que se produz, como se produz, para quem se produz, o preço dos alimentos e aonde deve ser distribuído o alimento? Como romper com este círculo de ferro do monopólio do alimento se há um poderoso lobby nas esferas de poder dos países que tem garantido a manutenção dos interesses dos grandes produtores e os do grande capital representado por esses complexos alimentares?

A fome tem cem nomes, mas, o grito da fome é igual em todos os países do Globo. As crianças que morrem de fome nos Estados Unidos recebem o nome de “sugar babies”, na Índia os chamam de “Kwashiorkor”, mas ao final que importam os nomes?

(Josué de Castro, 1965)

### **INTRODUÇÃO**

A fome não é um produto da modernidade, nossa história como habitantes deste planeta está ligada a história da constante busca pelo alimento. Nossa sobrevivência como espécie sempre dependeu de nossa segurança alimentar. Sempre houve grandes períodos de escassez de alimentos assolando várias partes do globo, ameaçando a sobrevivência de populações residentes em terras inóspitas. A escassez alimentar foi um dos fatores que impulsionou e ainda impulsiona o processo de mobilidade dos grupos humanos na face da

Terra.

Em praticamente todas as culturas encontramos referências a abundância e a escassez de alimentos, à fome. Temos uma rica iconografia sobre esta temática, este tema está presente em várias obras literárias, tanto nacionais como mundiais, algumas, como o livro *Fome* de Knut Hamsun, ganhador em 1920, de um Nobel de Literatura, tornaram-se clássicas.

No Brasil, vários são os romances que tratam do tema, obras que apesar de escritas há mais de um século, como é o caso do romance de Rodolfo Theófilo, *A Fome. Scenas da Secca no Ceará*, publicado em 1922, que retrata a terrível fome que assolou a região em 1877, continuam atuais e desafiadoras, pois os problemas da fome, da miséria, da exclusão social, da injustiça social retratadas nessas e em outras obras estão a desafiar o tempo.

A modernidade contudo, trouxe um novo problema para o campo da fome e da saúde pública e enfrenta-se hoje um duplo desafio em termos de segurança alimentar: Garantir alimento a todos no sentido de acabar com a fome no mundo que atinge praticamente um bilhão de pessoas e ao mesmo tempo garantir uma alimentação saudável para o número crescente de obesos no mundo, decorrente de uma alimentação calcada em produtos pobres em nutrientes e ricos em gorduras e açúcares, os alimentos ultra processados.

A obesidade está presente em todas as camadas da população. A obesidade infantil e adulta é tida por muitos especialistas como uma epidemia que ceifa vidas bem cedo e uma questão de saúde pública. Mas os famintos por falta de ter o que comer continuam a ser um desafio e tem aumentado a despeito dos avanços no campo das tecnociências aplicadas à produção alimentar, em que pesem as várias campanhas e programas que tem sido desenvolvidas pela FAO nestes últimos 70 anos no sentido, tanto de amenizar como de acabar com a fome no mundo.

O professor, geógrafo, médico e sociólogo brasileiro Josué de Castro foi pioneiro em trazer o tema para o debate público e para as agendas governamentais em quase todo o mundo. Suas obras *Geografia da Fome* (Primeira Edição, 1946) e *Geopolítica da Fome* (Primeira Edição, 1952) são dois marcos desta denúncia. Em 1952, quando foi publicada *Geopolítica da Fome*, o mundo e principalmente a Europa, África e Ásia ainda enfrentavam as nefastas e trágicas consequências da Segunda Guerra Mundial que arrasou nações inteiras e de certo havia fome onde hoje existe abundância. A nação considerada hoje a mais rica do planeta, o EUA, não ficou livre do problema e a fome também grassou em seu território, em várias ocasiões. Nichos de pobreza e fome existem até hoje nesta área de abundância, especialmente no sul do país. Ironicamente, os EUA, considerada a nação mais rica do planeta, enfrenta as duas fomes, igualmente ceifadoras de vida: a starvation, a fome dos que não tem o que comer e a fome dos obesos que comem demais e acham que estão alimentados. Uns morrem por falta de alimentos e outros de tanto comer ou de comer “junk foods”. Afinal, de que fome falamos? A dos que não tem o que comer ou a dos que estão morrendo de tanto comer? A fome dos obesos e mal nutridos é menos preocupante?

Como implantar políticas públicas e programas de segurança alimentar que garantam o direito a todos à uma vida saudável se estamos presos aos grilhões dos interesses de oito ou dez oligopólios da indústria alimentar que comandam o que se produz, como se produz, para quem se produz, o preço dos alimentos e aonde deve ser distribuído o alimento? Como romper com este círculo de ferro do monopólio do alimento se há um poderoso lobby nas esferas de poder dos países, que tem garantido a manutenção dos interesses dos grandes produtores e os do grande capital representado por esses complexos alimentares? Este é o cerne deste artigo.

## **AVANÇOS TECNO CIENTÍFICOS E A PRODUÇÃO ALIMENTAR**

Apesar das conquistas nestes dois últimos séculos no campo técnico e científico para produção de alimentos, resultantes das pesquisas e avanços na área da engenharia genética e da nanotecnologia em busca de melhorar a qualidade da produção, aumentar o tempo de durabilidade e conservação dos alimentos, potencializar a produtividade e solucionar o problema da escassez alimentar, a fome continua a rondar o mundo como há mais de sessenta anos, quando foi publicada a primeira edição de Geografia da Fome (1946).

Afinal, tanto conhecimento produzido, tantas novidades a disposição nos mercados do mundo e ainda enfrentamos velhos fantasmas como a fome? Como explicar esta contradição?

Primeiro precisamos nos conscientizar dos limites e alcances das conquistas no campo tecnocientífico, bem como considerar o ônus e o bônus da empreitada, pois se por um lado nos beneficiamos com as conquistas científicas e tecnológicas em vários campos da vida como o da saúde, alimentação, transporte, comunicação entre outros, por outro estas conquistas não tem beneficiado a todos igualmente, ao contrário, tem aumentado as diferenças entre o mundo desenvolvido e as regiões pobres do planeta, entre os ricos e os pobres de uma maneira geral, para os quais esse “mundo novo” ainda parece distante, e inalcançável. A engenharia genética e as nanotecnologias parecem prometer para nós um mundo imaginado apenas pelos ficcionistas, um mundo sem males, sem doenças, sem fome graças as conquistas científicas e tecnológicas em um futuro sem data, que muitos acreditam que já o alcançaram, mas isto é uma ilusão e perigosa.

Para Thomas, Fressoli e Lalouf (2013), a existência humana sobre a Terra e também fora dela é impensável sem a tecnologia, pois a dimensão tecnológica atravessa a existência humana. “Desde la producción hasta la cultura, desde las finanzas hasta la política, desde el arte hasta el sexo.” (Op.Cit. P.10) Há, como afirmam os autores acima citados e com os quais concordamos, uma relação direta entre tecnologia e sociedade, estamos de certa forma tecnologicamente constituídos:

Usted es un ser tecnológico, mas allá de que esta idea le resulte agradable o



no. Porque las sociedades están tecnológicamente configuradas, exactamente em el mismo momento y nivel em que las tecnologías son socialmente construidas y puestas em uso. Todas las tecnologías son sociales. Todas las tecnologías son humanas (por más inhumanas que a veces parezcan) (OP. Cit. P. 10)

**Bauman e May seguem esta mesma linha de raciocínio ao afirmarem que:**

A vida nas sociedades industriais avançadas transformou neste último século muitas esferas de atividades cotidianas, por exemplo: varrer o chão, cortar a grama, aparar a cerca, preparar uma refeição ou mesmo lavar os pratos – em todas elas, a expertise, incorporada em instrumentos tecnológicos e em gadgets (dispositivos), assumiu o controle, por ter polido e afiado as habilidades antes depositadas nas mãos de todo mundo. Precisamos agora dessa expertise e dessa tecnologia para concretizar qualquer tarefa. (Bauman e May, 2010, 239)

A reflexão feita pelos autores citados a respeito de nossa dependência em relação as inovações tecnológicas e nossa disposição em aceitar as novas tecnologias como se fossem isentas de malefícios, alerta para o fato de que os produtos podem se tornar científicos ou factíveis do ponto de vista tecnológico antes mesmo que seus usos tenham sido verificados: temos esta tecnologia, como podemos usá-la? E mais: uma vez que nós a temos, seria imperdoável não a usar! (Op.Cit. 240-241).

Este é o caso das conquistas tecnocientíficas obtidas no campo da alimentação que vem alterando a nossa cultura alimentar tradicional, introduzindo uma nova cultura da alimentação, potencializando o crescimento da indústria alimentar que coloca no mercado, para o público em geral, novos produtos e uma maior variedade de opção de escolha, substituindo paulatinamente os alimentos in natura por alimentos fabricados industrialmente. Esta maior variedade de alimentos contudo, não corresponde a uma melhor alimentação do ponto de vista nutricional, pois, não raro, estamos substituindo uma alimentação mais saudável e nutritiva – é o caso no Brasil, do nosso tradicional arroz e feijão – por comidas menos saudáveis e nutritivas, chamadas pelos especialistas de “comida lixo”.

## **O QUE ESTAMOS COMENDO?**

Apesar dos contrastes entre a abundância de alimentos de um lado e a escassez de outro, a propaganda em torno desse novo padrão de alimentação é intensiva, os produtos são sempre apresentados em embalagens muito chamativas para atrair os consumidores. Essa mudança no hábito alimentar tem atingido todas as camadas da população, tanto as que vivem nas cidades, como as que moram nas zonas rurais, as da classe a, b, c e d. Como são produtos que tem uma distribuição muito fácil e também são de fácil conservação, de durabilidade maior e de fácil manipulação, vem substituindo o produto in natura.

A circulação desses novos alimentos é intensa e sua distribuição se faz com muita facilidade, podendo estar à mesa de diferentes pessoas e famílias em todo o território

nacional, o que dá ao consumidor a ilusão de que com mais fartura e variedade no campo alimentar ele estará mais bem nutrido e/ ou alimentado. Significativa parcela da população mundial está de fato comendo mais, mas qualitativamente pior e está sofrendo de outro tipo de fome: a fome da abundância.

Esse é o retrato da modernidade da fome, que está a merecer dos cientistas sociais um estudo profundo, há neste cenário um paradoxo perverso, pois apesar de haver no mercado disponibilidade de alimentos de boa qualidade, alimentos de verdade, para todos que tem um mínimo de poder aquisitivo, os viciados em comidas prontas e semiprontas, os que vivem de fast food e os que impõem a si mesmos regimes de fome, buscando atender os ditames da modernidade em relação ao corpo: magro como sinônimo de saudável, esses alimentos não fazem parte de sua dieta e não raro essas pessoas encontram-se com a saúde ameaçada por falta de nutrientes adequados e excesso de produtos químicos que são adicionados as comidas prontas ou semiprontas<sup>1</sup>. E o pior é que como esse tipo de alimento (se é que este termo é adequado), é mais barato, ele é bem acessível as camadas mais pobres da população que podem adquiri-los e se viciam neste falso alimento.

Nestes casos, a fome não decorre de falta de condições materiais para se alimentar adequadamente, da escassez de alimentos, da pobreza, mas da resposta aos apelos feitos pela mídia, movida pela lógica expansionista da indústria alimentar que fomenta os alimentos light e diet como sinônimos de alimento saudável. Bem como incentiva o consumo dos ultra processados por sua praticidade e preço mais acessível. Essa questão coloca em pauta a discussão acerca das contradições da moderna indústria alimentar, em especial dos produtos apresentados como de baixa caloria. As pessoas parecem responder como que encantadas frente a propaganda em torno deste tipo de alimento e estão cada vez mais obesas e mal nutridas.

Esta nova alimentação provoca a obesidade e todas as suas consequências para a saúde (CAMPILLO ÁLVAREZ, 2011) e, ao mesmo tempo, pode levar à subnutrição e todas as suas mazelas, inclusive a morte. Enquanto um grupo apresenta figuras esqueléticas, sem carne e músculos, já com a sombra da morte emoldurando os rostos e denuncia a nossa tolerância para com o intolerável, o outro grupo está obeso, disforme, doente e também com a morte a rondar-lhes de perto. Realmente duas fomes e dois desafios. Dois problemas de políticas públicas e de saúde, dois desafios para os programas de segurança alimentar.

## **SEGURANÇA ALIMENTAR E INTERESSES DO MERCADO**

A relação ciência, tecnologia e mercado é a base do desenvolvimento e do chamado progresso nas sociedades regidas pela lógica do capital. Globalização significa exatamente isso, os mercados não tem fronteiras e a distribuição dos produtos é feita conforme o poder

---

<sup>1</sup> Estes alimentos ricos em produtos químicos que artificializam e alteram o gosto dos alimentos, não raro sua consistência e odor, tem alterado o paladar das pessoas, em especial crianças e jovens que passam a recusar a comida de fato. Um biscoito industrializado é muito diferente em cor, sabor e cheiro do que os biscoitos caseiros, por exemplo.

de compra dos consumidores. Produz-se para o mercado e não para segurança alimentar. Os interesses das empresas são voltados para o lucro e não para causas sociais. Por isso, apesar de termos uma tecnologia no campo alimentar capaz de fornecer comida a todos e condições de distribuição e circulação desse produtos em todo mundo, a fome ainda ronda o planeta, em que pesem denúncias, campanhas, programas desenvolvidos por agências governamentais e da sociedade civil.

Vejam os como exemplo o caso dos transgênicos, que não tem no Brasil, praticamente nenhuma barreira proibitiva, por isso somos o segundo produtor mundial de grãos transgênicos e a legislação em relação a estes produtos tende a se flexibilizar cada vez mais. As principais empresas produtoras de grãos transgênicos chegam a investir próximo de US\$ 3 milhões por dia em pesquisas em busca da semente “bala de prata”, a quase perfeita.<sup>2</sup>

O depoimento do diretor do departamento de pesquisa química biológica da Syngenta em Jealott's Hill, no Reino Unido, é um exemplo da racionalidade que envolve este tipo de produção. Mark Spinney, diretor da empresa, uma multinacional, é bem claro a este respeito quando alerta: “o que estamos pesquisando agora vai chegar ao mercado em cerca de dez anos. Então nós precisamos prever o que os produtores vão precisar em uma década”. Ainda segundo a matéria citada, um dos maiores investimentos do setor está no desenvolvimento de plantas capazes de driblar o clima. Nas bancadas das empresas, as pesquisas já apontam para a produção de sementes resistentes à seca, ao excesso de água, de frio ou de calor. O que as empresas buscam, complementa Mozart Fogaça, diretor de sementes da Dow AgroSciences, são sementes com melhor absorção de água e de nutrientes presentes no solo. “É preciso produzir mais com menos recursos, água e terra. Para isso, é essencial ofertar uma semente de qualidade”.

Mas, não apenas a qualidade deve fazer parte desta “semente de prata”, o rendimento é igualmente importante. Tanto que, em algumas regiões, a semente já não é vendida por sacas, como o habitual, mas pelo potencial de germinação, segundo Geraldo Berger, da Monsanto, líder mundial em biotecnologia. No Brasil, no estado da Bahia, por exemplo, produtores de sementes já garantem até 99% de germinação, bem acima dos 80% exigidos pelo Ministério da Agricultura. Outro caminho no melhoramento genético está na busca não apenas de maior quantidade produzida, mas também da qualidade do produto. Em pouco tempo, o óleo de soja se aproximará do de oliva, dizem os pesquisadores.

A semente é a base para o sucesso do agronegócio. O desenvolvimento do setor depende dela”, diz José Renato Bouças Farias, da Embrapa, na referida matéria. A relevância do segmento é tão grande que desperta o interesse até de quem ainda não está nesse mercado, como a Basf. “É um caminho sem volta”, diz Fernando Arantes Pereira, gerente da área de tratamento de sementes da empresa. Nos depoimentos não há

---

<sup>2</sup> <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/10/1692706-empresas-desenvolvem-plantas-fortes-e-que-produzem-mais-com-menos.shtml?cmpid=newsfolha>. Acesso em 11/10/2018

preocupação com a fome, mas com o mercado, com os ganhos.

## **NANOTECNOLOGIA E SEGURANÇA ALIMENTAR**

Você sabe o que está comendo? Tenho feito sempre esta pergunta provocativa em minhas exposições quando o tema se refere às nanotecnologias aplicadas aos alimentos, mas nunca deixo de colocar no debate também indagações sobre os produtos oriundos da transgenia, isto porque o princípio da incerteza que caracteriza a modernidade, paira sobre os avanços no campo da tecnociência, como bem coloca Santos Junior (2013, p. 15) ao alertar que “o avançar da ciência expõe a sociedade a novas incertezas, fruto dessa busca pelo “admirável mundo novo”. Essa incerteza está presente quanto a aplicação da nanotecnologia na produção de alimentos. Por isso a pergunta acima é pertinente e deveria ser feita às pessoas quando estas estivessem diante de um prato de comida, ou comprando alimentos nas lojas, mercados, supermercados, feiras livres. Que garantia temos que estes produtos estão isentos de perigo para nossa saúde? Sabemos a procedência dos mesmos? Como identifica-los? A rotulagem basta? Como foram produzidos? Nesta esteira se coloca também o custo ambiental e humano do produto.

Devemos nos preocupar não apenas com a quantidade de alimentos disponíveis às populações, mas principalmente para a qualidade dos mesmos em termos de nutrientes, de variedade ofertada, procedência e a acessibilidade em termos de preços. Ou seja, podemos ter em oferta muitos alimentos, mas os mesmos podem ser muito pobres de nutrientes e até nocivos à saúde, como é o caso de muitos produtos alimentícios industrializados, principalmente os ultra processados, que são mais baratos que alimentos in natura, mas que prejudicam a saúde e levam as pessoas a um estado de subnutrição, embora possam se sentir saciadas em sua fome e até ganharem peso. É o que denomino de Modernidade da Fome.

As maiores empresas que controlam o mercado de alimento no mundo, são também as maiores produtoras de grãos e produtos oriundos da manipulação genética, a saber: Monsanto, Syngenta, Cargill, Bayer, BASF e Dupont. É preciso considerar também na relação do mercado com a produção de alimentos e os interesses das indústrias alimentícias, a questão dos recursos ambientais, pois como alerta a economista Amyra El Khalili (In SILVA, T.E & WAISSMAN, W. 2014, p.28), especialista nos estudos de commodities ambientais:

Quando exportamos soja, vendemos também solo, água, energia, biodiversidade, sangue e suor dos que produzem e sofrem com o sol inclemente na imensidão das lavouras. O estudo da ONG WWF (World Wildlife) mostra o Brasil como líder ranking dos países importadores de “água virtual” agrícola: exporta 91 bilhões de metros cúbicos por ano, mas importa 199 bilhões. Por outro lado, a WWF afirma que o Brasil gasta 5,7 bilhões de metros cúbicos anuais de água na produção de mercadorias que serão consumidas na Alemanha, principalmente café, soja e carne. Esse requisito não é considerado como dado formal no processo produtivo padronizado

para a compra e venda de commodity, exemplificando, cada tonelada de soja vendida implica o uso de 2 mil toneladas de água.

É preciso ter em conta que há muito dinheiro investido neste tipo de alimentação, tanto nas pesquisas com transgênicos como nas nanotecnologias, são bilhões de dólares que se digladiam no mercado de alimentos, movimentando e enriquecendo poderosos conglomerados econômicos transnacionais. A alimentação moderna parece estar assentada nos interesses destes conglomerados e não na luta contra a fome, na alimentação saudável ao contrário do que se tem propagandeado.

Um intenso debate tem sido travado entre cientistas, pesquisadores e ambientalistas de várias partes do mundo sobre os benefícios e os potenciais riscos que o uso de alimentos transgênicos e/ou à base de nanotecnologias podem acarretar tanto para a saúde humana como para o meio ambiente. Esses alimentos tem sido defendidos como solução para o problema da escassez de alimentos no mundo, destacando sua alta produtividade e rentabilidade, resistência a pragas, além das “facilidades” da sua produção e seu potencial nutritivo maior que o alimento tradicional. Os alimentos resultantes tanto das modificações genéticas, como os resultantes do emprego de nanotecnologias são tidos como o alimento do futuro, “do homem moderno”. Será verdade? Não é o que deduzimos dos quadros de fome e das estatísticas sobre o crescimento da obesidade no mundo, em especial em países desenvolvidos e o campeão parece ser os EUA.

Será que um rótulo indicando se um produto é transgênico ou não, ou se contém elementos nano em sua composição resolveria o problema? Claro, que em termos de informação ao consumidor para que este possa saber o que está comprando e tenha o direito de decidir se quer adquirir aquele produto é o mínimo que se espera, pois cumpre o direito à informação que todo cidadão tem, mas será que as pessoas sabem realmente o que é o processo de transgenia? O que é um nano alimento? O que é nanotecnologia? Como ler as letras minúsculas dos rótulos e decifrar os termos técnicos herméticos a nós simples cidadãos? O público em geral, que compra e consome os produtos não é especialista e portanto as indicações dos componentes são por vezes inócuas. Os rótulos não estão preocupados com o cidadão comum, que compõem a maioria do público consumidor, os rótulos parecem feitos de propósito para desanimar a leitura, não são educativos. Muitos especialistas tem levantado um interessante e produtivo debate sobre este ponto.

A incerteza sobre os efeitos das nanotecnologias tem gerado uma série de relatórios, projetos de leis, recomendações pelo mundo. Alguns países apresentam uma resistência maior à comercialização dos nanoprodutos, enquanto outros estão empolgados com os benefícios e a possibilidade de desenvolvimento que a nanotecnologia pode proporcionar. Na Europa, por exemplo, é difícil encontrar textos favoráveis às nanotecnologias fora das esferas científicas, enquanto que, nos Estados Unidos, a população está mais interessada nos avanços técnicos e científicos. Na Ásia, o desenvolvimento das nanotecnologias traz esperança de desenvolvimento econômico (JOACHIM E PLÉVERT, 2009, p. 132). Como

esta questão vem sendo discutida nos debates na América Latina?

## SEGURANÇA ALIMENTAR, FOME E MODERNIDADE

No artigo “A situação de Fome no Mundo, publicado em 29/07/2016 e assinado por Rodolfo Almeida e Beatriz Demasi<sup>3</sup>, cerca de 794,6 milhões de pessoas ainda se encontravam em estado de subnutrição até aquela data e o Haiti liderava o ranking, com mais da metade de sua população nessa condição. O artigo destaca os 15 principais países marcados pela fome, ou pode-se dizer, pela insegurança alimentar. Afirmam os articulistas:

Nos últimos 25 anos, 216 milhões de pessoas deixaram a subnutrição em todo o planeta. O cenário atual é resultado de esforços globais no sentido de melhorar a distribuição de alimentos, sobretudo nos países da África e da Ásia, principais regiões atingidas pelo problema. Em 1991, mais de 1 bilhão de pessoas estavam subnutridas, o que representava 18,6% da população à época. Hoje, 794,6 milhões de pessoas ainda estão nessa condição, ou 10,8% da população mundial atual.

Na definição estabelecida na II Conferência Nacional de Segurança Alimentar, realizada em 2004, na cidade de Olinda/PE:

Segurança alimentar e nutricional é a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis (NASCIMENTO, 2012, p. 621).

Contudo, os dados de 2015-2016 sobre a segurança alimentar no mundo nos colocam estado de alerta: cerca de 794,6 milhões de pessoas ainda se encontravam em estado de subnutrição e o Haiti liderava o ranking, com mais da metade de sua população nessa condição. Por ordem de **insegurança alimentar**, marcados pela **fome/subnutrição**: Haiti, Zâmbia, República da África Central, Namíbia, Coreia do Norte, Chade, Zimbábue, Madagascar, Tanzânia, Etiópia, Libéria, Congo, Iêmen, Uganda e Moçambique.

Mas este quadro pode ser mais grave, pois a FAO não fornece os valores exatos de porcentagem para países com menos de 5% da população subnutrida. Os dados para cada ano são calculados a partir de uma média de três anos (incluindo o ano anterior e o ano seguinte). Isso é feito para reduzir os efeitos de secas e crises sazonais no resultado final da população subnutrida. Os valores para o ano de 2015 incluíam uma projeção para o ano de 2016. (Fonte: The State of Food Insecurity in the World, 2015 e Food security indicators - FAO (Food and Agriculture Organization of the United Nations).

Em 1991, mais de 1 bilhão de pessoas estavam subnutridas, o que representava 18,6% da população à época. Hoje, 794,6 milhões de pessoas ainda estão nessa condição, ou 10,8% da população mundial atual. (Fonte: [www.nexojournal.com.br/grafico/2016/07/29/](http://www.nexojournal.com.br/grafico/2016/07/29/)

[3 /www.nexojournal.com.br/grafico/2016/07/29/A-situacao-da-fome-no-mundo- hoje](http://3/www.nexojournal.com.br/grafico/2016/07/29/A-situacao-da-fome-no-mundo- hoje)

A-situação-da-fome-no-mundo-hoje) De acordo com a FAO, em 2017 cerca de 124 milhões de pessoas sofreram insegurança alimentar, e 34 países, dos 51 afetados, tiveram como causa principal dessa catástrofe os choques climáticos. (Revistaforum.com.br 19/11/2018). Esta é uma outra questão que têm entrado nos estudos, as mudanças climáticas no planeta e que tem afetado diretamente as populações mais pobres, em especial as que vivem nas zonas rurais.

Embora os dados divulgados pela FAO sobre a fome no mundo pareçam apontar uma queda no índice de países famélicos, sabemos que nos países mais pobres este índice ainda é muito alto e muito preocupante. Diante de uma tendência cada vez maior dos países em aderir ao modelo econômico neoliberal, é caso do Brasil recentemente, podemos prever que este índice poderá voltar a crescer. O paradoxo é que a fome convive com as ilhas de abundância da produção de grãos transgênicos, das “fábricas” de grãos, e dos nanofoods, pois cada vez mais os pequenos agricultores se veem expulsos de suas terras pelo avanço das empresas que investem nos transgênicos nas monoculturas de soja, milho, feijão, entre outras. Ou seja, tanto investimento em ciência e tecnologia para produzir mais alimentos e nenhuma segurança alimentar para as populações mais necessitadas que não podem desfrutar desses benefícios, que não são produzidos para atender essa demanda e sim para serem transformados em commodities e gerarem lucros às empresas detentoras do Know How das sementes, plantas etc.

Como adverte Z. Bauman (2010), estamos cada vez mais dependentes da tecnologia, talvez não consigamos mesmo conceber nossa vida sem os avanços nesse campo e parece que não estamos contabilizando o custo ambiental resultante das mudanças geradas pelos avanços e mudanças tecnológicas, o importante dentro dessa lógica é que cada vez mais elas solucionem nossos problemas e facilitem nossa vida cotidiana. Não perguntamos se há alimentos para todos no mundo, nem qual o custo social e ambiental destas inovações e conquistas tecnológicas, quem está arcando com o ônus das conquistas no campo alimentar, bem como os riscos destes alimentos. Vivemos em bolhas de abundância cercados por um grande mar de miséria. A fome parece continuar a ser um tema tabu.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A modernidade se nos trouxe de um lado avanços inimagináveis em termos de novas tecnologias, de outra concepção de vida social, de sujeito, não o fez sem a contrapartida de pesados ônus, como afirma A. Touraine (2011, 104) é impossível separar as conquistas da modernidade dos perigos que ela traz em seu bojo, e contra os quais ela própria deve se precaver. “A modernidade destrói comunidades, a ordem estabelecida e sua estabilidade defensiva”.

Os avanços no campo da produção de alimentos e de toda uma tecnologia sofisticada empregada para o aprimoramento da produção alimentar, são produtos da modernidade,

que é essencialmente técnica como afirma F. J. Brusek (2010), portanto nossa vida está presa a essa contingência: o mundo tecnológico. O problema é que não podemos nos iludir com as promessas de que através dos avanços tecnológicos no campo da alimentação o problema da fome poderia ser resolvido no mundo, pois há outras questões envolvidas. É preciso não se esquecer que esta é uma questão política e econômica muito complexa de ser resolvida, não porque não tenhamos a capacidade de alimentar a todos condignamente sem destruir os recursos naturais, mas porque, como alertava Josué de Castro a mais de quarenta anos, esta produção é controlada pelo imperialismo econômico e o comércio internacional controlados por minorias cegas pela ambição do momento, que teriam grande interesse que a produção, a distribuição e o consumo dos produtos alimentícios continuassem desenvolvendo-se indefinidamente como puros fenômenos econômicos, dirigidos no sentido de seus interesses financeiros exclusivos, e não como fenômenos do maior interesse social, destinados a proporcionar o bem estar a toda coletividade.

Como afirmamos no início do artigo há duas fomes igualmente nefastas a desafiar os programas de segurança alimentar: a dos que não tem o que comer e a dos que estão morrendo de tanto comer. A fome dos obesos e mal nutridos é tão preocupante como a dos que nada tem para comer, de modo que tem sido tratada como uma epidemia. Mas, como destacamos, estamos presos aos grilhões dos interesses de oito ou dez oligopólios da indústria alimentar que comandam o que se produz, como se produz, para quem se produz, o preço dos alimentos e aonde deve ser distribuído o alimento. E, assim, definem quem deve comer e o quê e quem deve morrer de fome. É preciso romper este círculo de ferro do monopólio do alimento e os poderosos lobbys nas diferentes esferas de poder dos países que tem garantido a manutenção dos interesses dos grandes produtores e os do grande capital representado por esses complexos alimentares.

## REFERÊNCIAS

ASSIS, Leticia Marques de. Et al. Características de nanopartículas e potenciais aplicações em alimentos. (2012) Brazilian Journal of Food Technology, Campinas, V.15, N.02, p. 99-109.

BAUMAN, Z. & MAY, Tim. Aprendendo a Pensar com a Sociologia. (2010) Tradução Alexandre Werneck. Rio de Janeiro: Zahar.

BEHAR, Andrew; FUGERE, Danielle; PASSOFF, Michael. Slipping through the cracks: An Issue Briefs. Disponível em [http://www.asyouow.org/health\\_safety/nanoissuebrief.shtml](http://www.asyouow.org/health_safety/nanoissuebrief.shtml). Acesso em 26 jun. 2019.

Bruseke, Franz Josef. A Modernidade Técnica. Contingência, irracionalidade e possibilidade (2010). Florianópolis, Editora Insular.

BUZBY, Jean C. Nanotechnology for food applications: more questions than answers. (2010) IN: The Journal of Consumers Affairs. Vol. 44, N. 3, p. 528-545.

CAMPILLO ÁLVAREZ, José Henrique. El Mono Obeso. (2011) Barcelona-Espanha, Ed. Crítica.



CASTRO, Josué de. Geopolítica da Fome. (1953). 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil.

\_\_\_\_\_. Geografia da Fome (O dilema Brasileiro: Pão ou Aço). (1982) 10ª Ed. Rio de Janeiro: Antares: Achiamé (Clássicos das Ciências Sociais no Brasil)

NANO Magazine. Nanotecnologia para a Indústria Alimentícia. Disponível em: [http://www.nanomagazine.co.uk/index.php?option=com\\_content&view=article&id=56:nanotechnology-for-the-food-industry&catid=37:issue-13&Itemid=151](http://www.nanomagazine.co.uk/index.php?option=com_content&view=article&id=56:nanotechnology-for-the-food-industry&catid=37:issue-13&Itemid=151) - 27.04.11. Acessado em 26/06/2019

SILVA, Tania Elias M. e WAISSMANN, Wiliam. Nanotecnologias. Alimentação e Biocombustíveis. Um olhar Transdisciplinar. (2014) Aracaju: Criação, 2014.

THOMAS, Hérman e BUCH, Alfonso. (Coord.) Actos, actores y artefactos. Sociología de la tecnología. (2013) Bernal: Universidad Nacional de Quilmes Editorial.

TOURAINÉ, A. Um Novo Paradigma. Para compreender o mundo de hoje. (2011) 4ª. Ed. Tradução Gentil Avelino Titton. Rio de Janeiro: Petrópolis: Vozes.

[http://www.nanomagazine.co.uk/index.php?option=com\\_content&view=article&id=56:nanotechnology-for-the-food-industry&catid=37:issue-13&Itemid=151](http://www.nanomagazine.co.uk/index.php?option=com_content&view=article&id=56:nanotechnology-for-the-food-industry&catid=37:issue-13&Itemid=151) - 27.04.11. Acessado em 26/06/2019

Small Times. ALIMENTOS: Nano comestível é a nova fronteira. Disponível em: [http://www.smalltimes.com/document\\_display.cfm?document\\_id=3989](http://www.smalltimes.com/document_display.cfm?document_id=3989) – 15.06.11. Acessado em 26/06/2019.

## **SOBRE A ORGANIZADORA**

**MARIA IZABEL MACHADO** - Possui graduação (Bacharelado e Licenciatura) em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Paraná (2009). Em 2012 defendeu sua dissertação de mestrado no Programa de Pós Graduação em Sociologia (UFPR) na linha de pesquisa “Cultura e Sociabilidades” no eixo temático Violência, Segurança Pública e Direitos Humanos. Em 2017 defendeu sua tese de doutorado (UFPR) também na linha de pesquisa Cultura e Sociabilidades, desta vez no eixo temático Gênero e Trabalho. Como pesquisadora se dedicou durante sua formação acadêmica aos temas economia solidária, gênero, trabalho e cuidado. Atualmente as pesquisas em curso se inscrevem na perspectiva pós-estruturalista e de gênero acerca da cartografia dos sujeitos no ensino superior, especialmente na formação em pedagogia. Como educadora atuou na formação de lideranças populares por meio de ONGs e outras instituições, e com formação de professores em projetos de cultura de paz nas escolas. Atuando na docência nas redes públicas e privada desenvolveu trabalhos acerca da inclusão e segregação no ambiente escolar e com uso de literatura em sala de aula para ensino-aprendizagem de sociologia, na educação básica, especialmente no ensino médio. Atua como docente na Universidade Federal de Goiás (Faculdade de Educação), participando como pesquisadora do grupo Mutamba (UFG) e do Núcleo de Estudos de Gênero (UFPR).

## ÍNDICE REMISSIVO

### B

Bolsa Família 7, 8, 11, 13, 14

### C

Cibercultura 87, 90

Consumo 61, 62, 73

### D

Descartáveis 61

Desenvolvimento 3, 4, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 44, 46, 52, 53, 55, 58, 63, 69, 72, 75, 78, 80, 82, 85, 96, 97, 99

Direitos humanos 42, 104

Direito social 7, 10

### E

Etnodesenvolvimento 1, 4, 6

### F

Fatos sociais 75, 77, 78, 83, 86

### G

Gestão de resíduos 62, 63, 69, 70, 71

### I

Identidade 1, 3, 6, 26, 27, 30, 32, 34, 36, 38, 42, 53, 66

Inclusão social 7, 11, 12, 13, 14, 36

Indígenas 1, 2, 3, 4, 5, 6, 55, 56

Infância 53

Internet 22, 30, 32, 33, 35, 87, 88, 90

### M

Mídias digitais 26, 33, 36

Migrações 29

Mineração 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 60

Mobilidade 14, 35, 77, 92

Modernidade 9, 26, 42, 69, 92, 93, 96, 98, 100, 101, 102

Movimentos sociais 42, 44, 45, 46, 47, 48, 51, 53, 74

## O

Obsolescência programada 65

## P

Pataxó 1, 2, 3, 5, 6, 56

Pertença 26, 27, 30, 31, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41

Política nacional de resíduos 61, 62, 63, 66, 67, 68, 69, 70, 73

Políticas sociais 9, 10, 15, 16

## S

Sociologia 44, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 92, 102, 103, 104

Sociologia ambiental 44

Sociologia da educação 75, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86

Sociologia dos desastres 44

## T

Trabalho 5, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 28, 29, 30, 32, 33, 35, 37, 38, 40, 42, 46, 61, 63, 64, 72, 73, 89, 92, 104

Tradição 9, 26, 38

## W

Whindersson 87, 89, 90

## X


Xenofobia 18, 22

## Y

Youtube 59, 87, 90

# SOCIOLOGIA:

Tempo, indivíduo e sociedade 2

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 


[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 


[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 


[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 

# SOCIOLOGIA:

Tempo, indivíduo e sociedade 2

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 